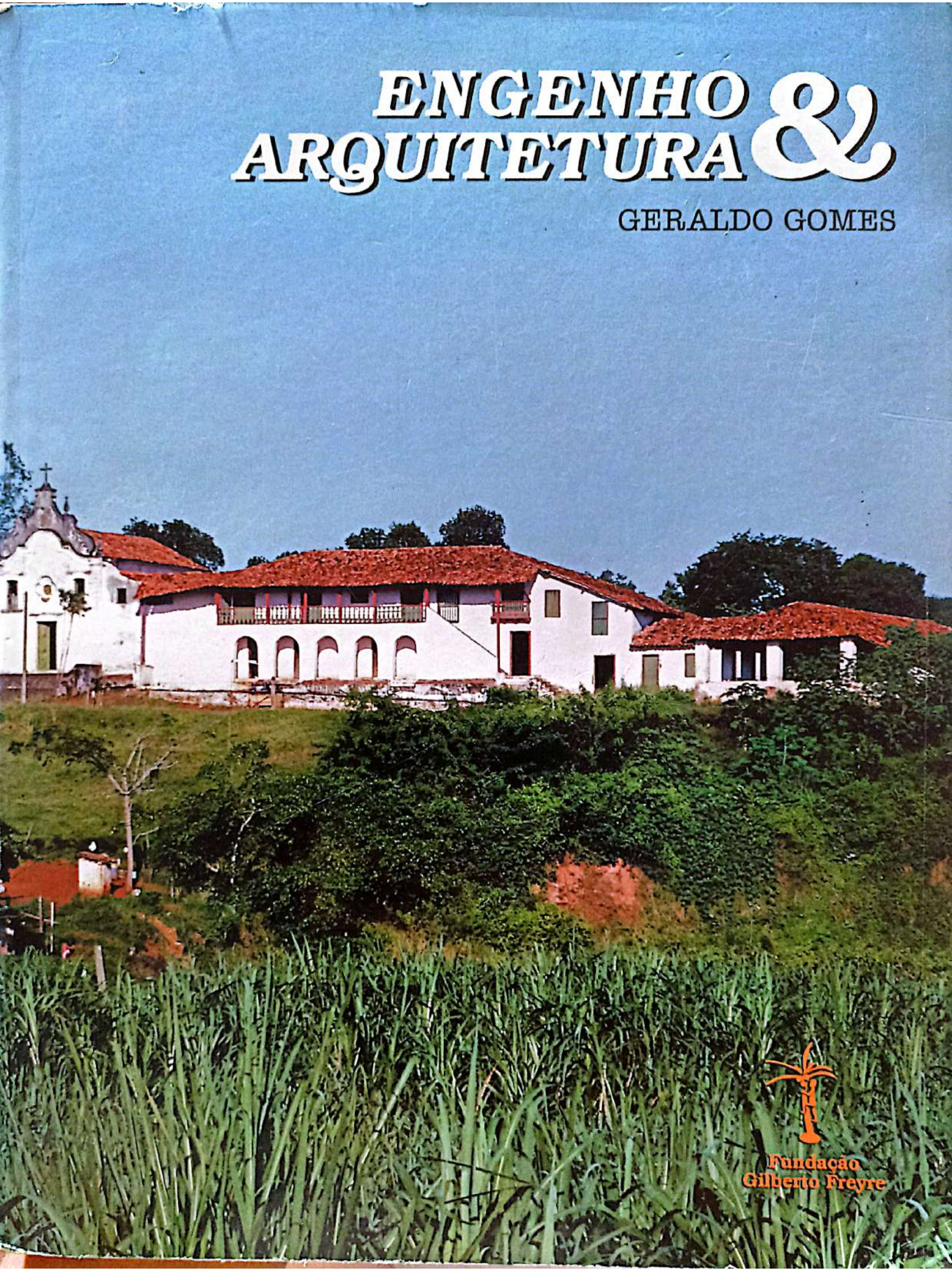
ENGENHO & ARQUITETURA

GERALDO GOMES



Fundação Gilberto Freyre

Mandiocken, bereijt tot
Ferinn
Pata
ten
Annanas
Suijcker mooten

RNAMBUCO
A
A
K
D
B
C
E
H
F
Resif
G

ENGENHO & ARQUITETURA

GERALDO GOMES

Fundação
Gilberto Freyre

Capa
Engenho Poço Comprido, Vicência, Pernambuco

Folha de Rosto
Descrição do Brasil e da cidade de Pernambuco. Gravura em couro atribuída a Abraham Verhoeven, Antuérpia, cerca de 1625

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Gisela Abad

Fotografias
do autor, Geraldo Gomes, salvo referências em legendas

Revisão
Consultexto

Inserção da Revisão Textual
Joana Siqueira

Digitalização de Desenhos
Claudevane Pessoa
José Martins
Nohab Rocha

Agradecimentos Especiais

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN
Fundação Joaquim Nabuco
Fundação Instituto de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife-FIDEM
Fundação Instituto de Desenvolvimento Municipal Interior de Pernambuco-FIAM
Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE

FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE

CONSELHO DIRETOR
Presidente
Sonia Maria Freyre Pimentel
Vice-Presidente
Maria Cristina Suassuna de Mello Freyre
Conselheiros
Albano do Prado Pimentel Franco
Antônio Alves Pimentel Filho
Arthur Reynaldo Maia Alves
Fernando de Mello Freyre
João Pereira dos Santos
José Antônio Gonsalves de Mello
Josué Souto Maior Mussalém
Odilon Ribeiro Coutinho
Reinaldo da Rosa Borges de Oliveira

ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Sonia Maria Freyre Pimentel
Vice-Presidente
Maria Cristina Suassuna de Mello Freyre
Superintendente Geral
Gilberto de Mello Freyre Neto

Rua Dois Irmãos, 320
Apipucos . Recife . Pernambuco . Brasil
52071 440
Fone 081 441 1733
Fax 081 441 2883
fgf@fgf.org.br
www.fgf.org.br

ENGENHO & ARQUITETURA

Tipologia dos Edifícios dos Antigos Engenhos de Açúcar de Pernambuco

GERALDO GOMES

Editora

Fundação
Gilberto Freyre

Gomes, Geraldo
Engenho & Arquitetura/Geraldo Gomes [da Silva].
2. edição revista - Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.
136p. : il.
Inclui bibliografia.

1. ENGENHOS - ARQUITETURA - BRASIL

CDU 72:664.1(81)

SUMÁRIO

Introdução 9

A Produção do Açúcar

A Economia 11

A Técnica 12

O Meio 18

O Homem

O Senhor de Engenho 19

O Escravo 20

Características Gerais do Conjunto Edificado

Fatores de Localização 23

Implantação 23

Sistemas Construtivos 26

A Fábrica

Tipologia 31

Origens 37

A Senzala

Tipologia 43

Origens 46

A Casa-Grande

Tipologia 49

Origens 84

A Capela

Tipologia 105

Origens 117

Conclusões 131

Referências Bibliográficas 133

Prefácio

Pernambuco é o açúcar, desde muito cedo. Certo documento revelado por F. A. Varnhagen indica que a cana-de-açúcar, aqui, estava instalada antes da chegada do primeiro donatário. Um autor holandês informa que o Nordeste brasileiro tinha condições de fornecer o produto a todo o ocidente europeu.

Do Recife partiam as caixas de açúcar, a princípio, nas pobres caravelas que não tinham condições de defesa e, em conseqüência, o produto era conquistado pelos piratas holandeses e ingleses. Uma fonte jesuítica revela que, no ano de 1589, em nove meses foram tomadas 73 caravelas carregadas de açúcar. A solução surgiu em seguida, com a utilização de navios especiais de carga e com boa defesa: eram chamados de *urcas,* procedentes sobretudo dos Países Baixos e dos portos hanseáticos. Com isso, a produção nordestina consegue introduzir ali quantidades crescentes de açúcar, de tal modo que, na Holanda, havendo sido instalado número crescente de refinarias, os consumidores europeus puderam ser abastecidos com o produto refinado das duas regiões. Amsterdam tornou-se, então, o centro principal de refinarias, com o açúcar brasileiro sendo um produto essencial para suas fábricas.

A incorporação do Brasil à monarquia espanhola veio impossibilitar o comércio direto entre os dois parceiros, até então sem problemas. Um jesuíta, o padre Jácome Monteiro, na sua *Relação da Província do Brasil,* em 1610, registra que Pernambuco tinha 120 engenhos e deles carregava 130 a 140 navios por ano. Os Países Baixos, Hamburgo e outras cidades hanseáticas não podiam prescindir do produto nordestino. Em 1623, foi fundada nos Países Baixos, a Companhia das Índias Ocidentais, sendo um de seus objetivos a conquista do parque territorial brasileiro produtor de açúcar. A primeira tentativa foi contra a Bahia, reconquistada por poderosa armada Ibérica, nova tentativa dirigiu-se a Pernambuco, esta bem sucedida.

Durante o período de dominação holandesa (1630-1654), o açúcar e a indútria açucareira mereceram especial atenção, desde o relatório de Adriano Verbonk (1630), que a propósito da Várzea do Capibaribe registrou que havia ali *muita e muito belas casas, residindo ali muita gente de qualidade e várias pessoas ricas,* que já começavam a ser matéria do presente livro. Depois seguem-se relatórios de grande valor para o tema. De 1636 é um inventário dos engenhos de autoria de Willem Schott, onde, pela primeira vez, se indicam aqueles que possuíam casa de moenda e de purgar construídas umas de taipa e outras de alvenaria. A este inventário segue-se o *Breve Discurso* de autoria não indicada, datado de 1638, que é o primeiro levantamento dos engenhos das quatro capitanias conquistadas. Logo do ano seguinte é o valioso relatório redigido por Adriaen Van Der Dussen que é o melhor de todos quanto foram escritos ao tempo da dominação holandesa.

Mas não somente a atividade açucareira ficava limitada a esses valiosos relatórios. Particularmente importante é a obra de um pintor holandês que veio ao Brasil por iniciativa e em companhia do conde João Maurício de Nassau. Chamava-se Frans Post e a sua obra pictórica está largamente utilizada pelo autor deste livro, fundamental sobre os engenhos de açúcar do Nordeste e sobre a

arquitetura de suas casas-grandes, capelas, casas de moendas, de purgar e encaixar e as senzalas dos escravos.

A Geraldo Gomes da Silva devemos, pela primeira vez, de um ilustre e competente arquiteto, um estudo sobre a arquitetura dos edifícios dos engenhos de Pernambuco, para o qual o autor se baseou nos textos e desenhos do passado da velha região açucareira, que ele próprio escrupulosamente visitou, fazendo as observações referidas neste livro, essencial para a história pernambucana.

A Geraldo Gomes da Silva quero agradecer o honroso convite que me fez para escrever o presente prefácio, participando da edição deste livro, tão valioso para a história desta região.

José Antonio Gonsalves de Mello

Introdução

Em 1976, chefiei a equipe técnica da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), que elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da citada região, quando foram classificados 18 edifícios remanescentes de antigos engenhos de açúcar.

Em 1980, fui consultor geral da equipe técnica da Fundação de Desenvolvimento do Interior de Pernambuco (FIAM), que elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos de parte do interior desse estado, contemplando, então, mais 43 edifícios remanescentes de antigos engenhos de açúcar.

Em 1984, Gilberto Freyre, abrindo um seminário sobre *Arquitetura nos Trópicos,* promovido e realizado no Recife pela Fundação Joaquim Nabuco, referiu-se à *casa-grande* dos antigos engenhos de açúcar como um *clássico da arquitetura brasileira.*

Nessas três oportunidades, ficou evidente que a arquitetura dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco nunca fora objeto de um estudo sistemático.

Foi este o tema da minha tese de Doutorado defendida, em 1990, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e que agora apresento de forma resumida.

Este texto resultou de pesquisas bibliográficas, iconográficas e de campo, quando visitei cerca de 150 antigos engenhos de açúcar em Pernambuco.

Para a pesquisa bibliográfica de autores brasileiros, utilizei-me, entre outros, e essencialmente, das obras de Francisco Augusto Pereira da Costa e de Gilberto Freyre. O primeiro, autor da monumental história de Pernambuco escrita em quase cinco mil páginas impressas sob o título de *Anais Pernambucanos,* publicada em 1923, embora sem citar suas fontes, contribuiu decisivamente para situar a economia açucareira na história política e social de Pernambuco sem significativos subsídios para as questões específicas da arquitetura. Por outro lado, a visão enciclopédica de Gilberto Freyre foi extremamente útil na medida que estimulou o desenvolvimento de estudos peculiares.

De grande valor foram os textos de estrangeiros viajantes e residentes em Pernambuco no século XIX, como os franceses L. F. Tollenare, L. L. Vauthier e o inglês H. Koster. Dentre estes, cabe destacar a extraordinária contribuição do engenheiro francês Vauthier, cujos textos sobre a arquitetura rural de Pernambuco são tão precisos e valiosos que, não raro, pesquisadores de outras regiões brasileiras os utilizam, por extensão e analogia, para compensar lacunas na história da arquitetura das regiões que estão estudando.

Uma outra fonte, também do século passado e de inestimável valor, foi a coleção de escrituras de engenhos *Juiz Orlando Cavalcanti,* de propriedade do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, cujo presidente, Dr. José Antônio Gonsalves de Mello, gentilmente me permitiu a consulta.

No desenvolvimento do trabalho, quando começei a aventar a possibilidade dos tipos aqui identificados terem outra origem que não a portuguesa ou brasileira, consultei, com resultados compensadores, bibliografias específicas nas bibliotecas: *British Library* de Londres, *Bibliothéque Nationale* de Paris, Biblioteca *José Marti* de Havana e Biblioteca Nacional de Lisboa.

No que diz respeito à documentação iconográfica, mais uma vez Pernambuco foi privilegiado graças à inigualável contribuição dos holandeses que ocuparam o estado por 24 anos. Neste curto período de tempo (1630 - 1654), os flamengos produziram uma documentação artística sobre o Nordeste brasileiro e, mais particularmente, sobre Pernambuco, que não se pode comparar à tímida e insignificante iconografia legada pelos portugueses em três séculos de colonização. Neste caso, também é freqüente atribuir características à desconhecida arquitetura seiscentista de outras regiões brasileiras, valendo-se de informações dos holandeses referentes especificamente a Pernambuco.

Como documentação iconográfica mais recente, foram muito úteis os levantamentos métricos e fotográficos realizados pela FIDEM e pela FIAM para a elaboração dos seus Planos de Preservação de Sítios Históricos, já citados, bem como o acervo fotográfico da Fundação Joaquim Nabuco.

O livro se divide em seis capítulos.

O primeiro trata das questões econômicas, tecnológicas e sociais que envolvem a produção de açúcar em Pernambuco. Dentre as questões econômicas, destaca-se a dependência da produção pernambucana em relação às oscilações do mercado internacional. A análise do meio físico indicará as circunstâncias de implantação de técnicas ao longo de quase quatro séculos. Neste capítulo, ainda se tratará da natureza do trabalho escravo, que vem a ser a marca mais profunda da sociedade colonial brasileira e, mais particularmente, da pernambucana.

O segundo capítulo trata das características genéricas do complexo conjunto de edifícios que, por extensão, se chamou de *engenho*, denominação específica de um dos edifícios. Para essa caracterização usou-se, como universo de estudo, não somente os remanescentes de antigos engenhos como também engenhos que não mais existem e sobre os quais somente temos referências bibliográficas e iconográficas, numa tentativa de definição de um quadro geral, nem sempre muito preciso devido às lacunas de documentação.

Descreverei, neste capítulo, os fatores de localização dos engenhos, as características físicas de implantação dos edifícios no terreno e os sistemas construtivos mais freqüentes.

Dedico um capítulo às origens e à tipologia de cada um dos quatro principais edifícios do engenho; a **fábrica**, ou engenho propriamente dito, a **senzala**, habitação dos escravos, a **capela** e a casa do proprietário, conhecida como **casa-grande.**

A bibliografia e iconografia consultadas permitiram identificar as características morfológicas essenciais desses edifícios e especular sobre as prováveis origens de seus partidos arquitetônicos. A classificação tipológica resultou da análise dessas mesmas características.

Algumas das teses levantadas são apenas confirmação e desenvolvimento de idéias já conhecidas, outras podem ser consideradas inéditas, não somente pelos argumentos como também pela ênfase aqui empregada.

A Produção do Açúcar

A Economia

Hoje, o açúcar não tem a mesma importância que assumira há cinco séculos atrás no mercado internacional. Nem é produzido na mesma escala. No século XV, o açúcar era considerado uma especiaria e, devido ao seu alto preço, não estava ao alcance de muitos. Produzido em pequena quantidade, era tão raro e procurado a ponto de figurar, na Europa, como dote altamente prezado em enxovais de rainhas (Prado Júnior, 1977, p. 28).

Sua obtenção, através de processo industrial, era mais complexa do que a das demais especiarias contemporâneas, simples produtos agrícolas.

A cana-de-açúcar, provavelmente originária das baixadas indianas de Bengala ou do sudoeste asiático, logo chegou à Pérsia e daí foi levada pelos conquistadores árabes para a costa oriental do Mediterrâneo.

A cultura da cana e a produção do açúcar, sem demora, foram dominadas pelos portugueses que as teriam assimilado na Sicília e a introduziram na ilha da Madeira, estimulados por comerciantes genoveses. A produção de açúcar nessa ilha cresceu muito em pouco tempo e já era a maior do Ocidente no final do século XVI. Contudo, assim como cresceu, praticamente desapareceu do comércio internacional com a competição do açúcar produzido igualmente por colonizadores portugueses em terras do Brasil.

Os portugueses, no século XVI, encontravam-se em dificuldades econômicas e as suas viagens, mais do que aventuras, pareciam tentativas desesperadas de encontrar compensação para os seus prejuízos comerciais. Frustrados por não terem encontrado, no Brasil, os metais preciosos que os espanhóis saqueavam então dos povos maias, aztecas e incas, restou aos portugueses fixar-se em terras brasileiras com espírito empresarial, procurando tirar delas o maior proveito com a produção de uma mercadoria de alto valor no comércio internacional.

Esse foi o verdadeiro sentido da colonização européia nos trópicos, de que o Brasil é um flagrante exemplo. A exploração do açúcar no Brasil era um negócio da Coroa Portuguesa e o rei era um mercador. Assim se explica o empirismo das leis portuguesas, modificando-se na colônia brasileira ao sabor de interesses particulares quando coincidentes com o mais alto interesse do negócio real.

Os interesses comerciais eram tão superiores aos demais que o próprio território do Brasil chegou a ser objeto de barganha por ocasião da ocupação holandesa. Neste período, a diplomacia portuguesa chegou a entabular negociações junto aos ingleses, propondo ceder-lhes as capitanias do Nordeste brasileiro em troca da defesa das que ficavam ao sul do rio São Francisco (Melo, E. C., 1975, p. 96). O negócio só não foi fechado devido à situação interna da Inglaterra, em plena guerra civil. Por pouco, metade do Nordeste brasileiro não se integrou à comunidade britânica.

Se a situação econômica de Portugal não era das melhores, de onde vinha , no século XVI, o capital para a implantação da manufatura de açúcar no Brasil? De italianos, flamengos e da metrópole também. Na colônia, com certeza na Bahia e no século XVIII, ordens religiosas auferiram rendas provenientes de juros sobre empréstimos para financiamento da produção de açúcar.

O açúcar foi uma excelente mercadoria para a coroa portuguesa e figurou como principal produto de exportação durante todo o período colonial, situação esta que perdurou até meados do século XIX. Até mesmo no auge do período aurífero, o açúcar manteve sua posição de liderança como produto de exportação.

Mas a posição privilegiada do açúcar em relação aos demais produtos da colônia brasileira já não tinha o mesmo significado da situação

excepcional vivida no século XVI, quando era absoluto no mercado internacional. No fim do século XVIII, o Brasil perdeu a colocação de principal fornecedor de açúcar nesse mercado para o Haiti, que desenvolvera técnicas de produção para compensar a escassez e pobreza de suas terras. Daí caracterizar-se como estagnada a técnica que, de fato, pouco ou quase nada se modificou nos três séculos da colônia portuguesa do Brasil.

Os lucros compensavam os custos, por que mudar? Além disso, havia sempre a possibilidade de gozar de certos privilégios concedidos pela Coroa, a título de incentivo, para ressarcir os investimentos, via de regra pouco vultosos.

Um exemplo desses incentivos foi resultado de uma provisão de Mem de Sá, datada de 16 de março de 1570, segundo a qual os proprietários não pagariam tributos por engenhos que fossem erguidos dentro de 10 anos (Azevedo, F., s.d. p. 45). Essa provisão foi se renovando por mais de um século, embora fosse evidente que os senhores de engenhos os reerguiam nos mesmos sítios como se tivessem sido programados para não durar mais do que os 10 anos que lhes davam o direito à isenção de impostos. Isso explicaria o aspecto de provisório que possuem alguns edifícios dos engenhos retratados pelo pintor holandês Frans Post no século XVII.

As medidas protecionistas persistiram até a primeira metade do século XVIII, resguardando os senhores de engenho das oscilações de preço do açúcar no mercado internacional. Nesse mesmo século, a participação do Brasil no comércio internacional do açúcar se reduzira a 10% devido à produção da mesma mercadoria nas Antilhas e na Ásia.

Com a revolução e conseqüente independência do Haiti, em 1804, seguiu-se um período de instabilidade política que iria alterar a situação privilegiada que esse país havia conquistado no mercado internacional de açúcar. O Brasil e Pernambuco pouco lucraram com isso porque se fortalecia um outro país produtor, caribenho, Cuba, para onde emigraram os capitais franceses expulsos do Haiti.

No século passado, com muita resistência por parte dos senhores de engenho, a manufatura do açúcar evoluiu para o emprego de novas técnicas e da máquina a vapor, mas logo cedeu à industrialização que chegou no fim desse mesmo século sob a forma de engenhos centrais e de usinas.

A característica essencial da economia do açúcar em Pernambuco, enquanto existiram engenhos, foi a sua inserção no mercado internacional, razão mesmo de sua criação.

A Técnica

O açúcar de cana é o produto de um processo de manufatura simples mas que requer um trabalho intenso e contínuo. Sua produção compreende várias tarefas que são, em resumo: plantar, colher e moer a cana para extrair-lhe o caldo, que será cozido, decantado, purificado e embalado.

A fase agrícola não requereu, em Pernambuco e durante três séculos, o emprego de técnicas mais avançadas devido à excelência das terras e à natureza da própria cultura. A cana, uma vez plantada pode ser colhida por quatro vezes, uma por ano, sem necessidade de ser replantada.

A tarefa mais penosa é a da colheita que, ainda hoje, se faz com instrumentos rudimentares como o facão e a foice.

O preparo da terra foi feito com enxadas até o século passado. No início do século XIX, com as notícias sobre as técnicas utilizadas nas Antilhas, a não utilização do arado pelos agricultores pernambucanos foi considerada, equivocadamente, como indício de atraso tecnológico. Na realidade, o solo em que ainda se cultiva a cana em Pernambuco é o *massapê*, úmido, viscoso e que opõe uma considerável resistência ao deslocamento de arados puxados por bois.

O isolamento imposto pela metrópole à colônia do Brasil explica a ignorância dos senhores de engenho em relação ao que se passava em outros países. Deslumbrados e, ao mesmo tempo, desconfiados, os

produtores pernambucanos tomaram conhecimento, no início do século XIX, de novas técnicas de manufatura do açúcar.

Um outro parâmetro para avaliar a agricultura canavieira, em Pernambuco, diz respeito ao tipo de cana. Por todo o período colonial, a chamada cana *Crioula* predominou em Pernambuco. Dois anos depois da ocupação da Guiana Francesa, iniciada em 1808 como parte das Guerras Napoleônicas, o governador português enviou para o jardim botânico de Pernambuco mudas da cana *Oitati* ou *Bourbon*, nativa no Taiti e cultivada naquela colônia francesa. As mudas foram depois distribuídas para os senhores de engenho de Pernambuco que passaram a cultivá-la e conhecê-la como *caiana*, corruptela de *Caiena*, capital da Guiana francesa. Este tipo de cana, maior, mais resistente à estiagem e com maior teor de açúcar, substituiu a cana *Crioula* e passou a ser a variedade predominante por todo o século XIX (Eisenberg, 1977, p. 59).

Outros procedimentos técnicos que visam a otimização da produção como a irrigação, a drenagem e a utilização de adubos não têm registro na agricultura canavieira de Pernambuco até fins do século passado. Esses procedimentos eram necessários nas Antilhas, maiores concorrentes do Brasil no mercado internacional, devido às condições meteorológicas e mesológicas daquelas regiões, mas eram dispensáveis em Pernambuco, pelos mesmos motivos.

A racionalização da exploração dos recursos naturais em Pernambuco poderia ter resultado em aumento da produção, redução de custos e, conseqüentemente, melhores condições de concorrer no mercado internacional, mas tudo indica que os produtores ali já haviam definido os limites dos seus investimentos, apenas suficientes para manter a manufatura.

O principal problema da produção de açúcar foi, no entanto, o da moenda.

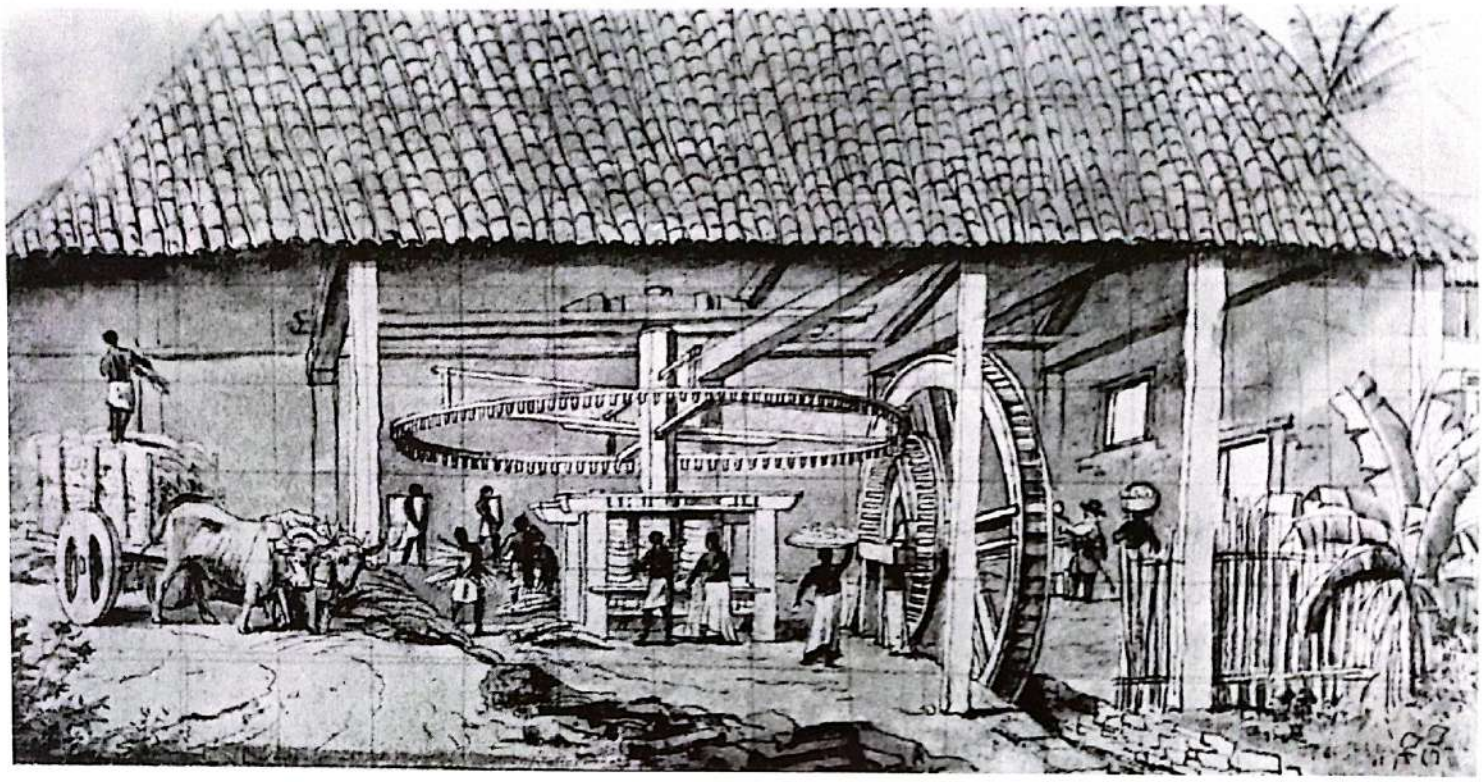
Há vagas notícias sobre a utilização de energia humana associada a pedras de mó e até mesmo uma gravura holandesa que ilustra muito bem esse processo de esmagar as canas. Moinhos de vento, em Pernambuco, se chegaram a existir, o foram em quantidade desprezível.

Mesmo considerando as dificuldades técnicas a serem superadas para fabricar um mecanismo de funcionamento razoável, o que determinou o rendimento do engenho foi mesmo a força motriz da moenda.

A água e os animais irracionais dividiram as preferências dos senhores de engenho, mas a primeira era insuperável como fonte de energia de melhor rendimento. A produção de um engenho a roda d'água chegava a dobrar em relação ao movido por animais. Mas nem todos podiam montar um engenho num sítio onde houvesse água que se pudesse represar para uso no período da colheita e não tinham outra alternativa além da tração animal.

No caso da tração animal, tudo indica que se utilizaram primeiro bois e depois cavalos, embora não haja nas crônicas uma unanimidade quanto a essa ordem. Enquanto os bois têm mais força e menos velocidade com os cavalos a situação se inverte o que pode levar à conclusão do emprego de ambos, num mesmo engenho, conforme as exigências do processo de manufatura.

Via de regra, os engenhos eram movidos com rodas d'água ou com animais. É conhecido, no entanto, o caso do engenho *Novo de Santo Antônio*, montado por Francisco de Vasconcelos no atual município de Goiana que, no século XVII possuía três moendas, duas movidas a água e uma a animais (Costa, F. A. P., 1983, p. 87). Tratava-se de um engenho de grandes dimensões com uma grande quantidade de canas para moer. Neste caso, existiria o risco de diminuir a quantidade de água para mover as duas rodas durante a moagem que não podia se interromper, daí a utilidade da tração dos animais como uma garantia de fonte de energia extraordinária ou complementar. Não se sabe se esse artifício era freqüente ou excepcional.

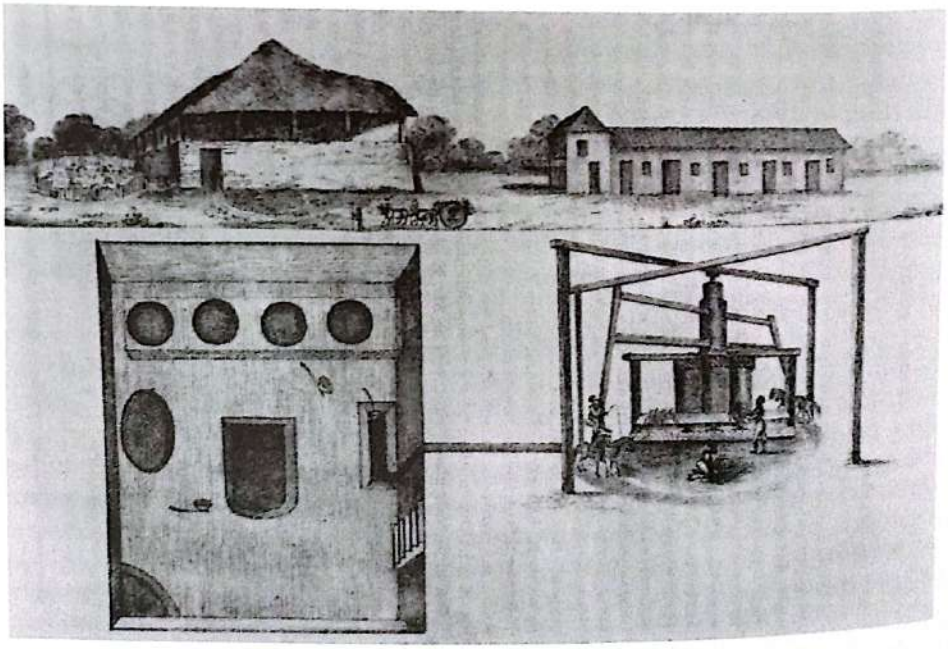


Roda d'água de um engenho de açúcar, segundo gravura holandesa do século XVII.

A preferência pelas rodas d'água era tão grande que muitas delas chegaram a ser utilizadas até no século atual. Introduzidas em Portugal pelos mouros e depois levadas para a Ilha da Madeira, chegaram ao Brasil pelas mãos de fabricantes bastante habilidosos.

A roda d'água, com todas as suas engrenagens em madeira, era um brilhante fruto da engenharia mecânica. Foi esse engenho que deu nome ao edifício que o continha e ao complexo agrícola-industrial-residencial onde se produzia o açúcar.

A roda d'água, sempre na vertical, tinha o diâmetro de aproximadamente sete metros. Acoplada ao mesmo eixo da roda d'água havia uma outra roda menor, dentada, chamada *rodete*, que transmitia o movimento a uma roda maior, esta horizontal e com o mesmo diâmetro da roda d'água e que se chamava de *bolandeira*. O número de dentes do *rodete* era de um terço dos que tinha a *bolandeira*. Assim, enquanto o *rodete* girava três vezes a *bolandeira* girava uma só. O eixo vertical da *bolandeira*,

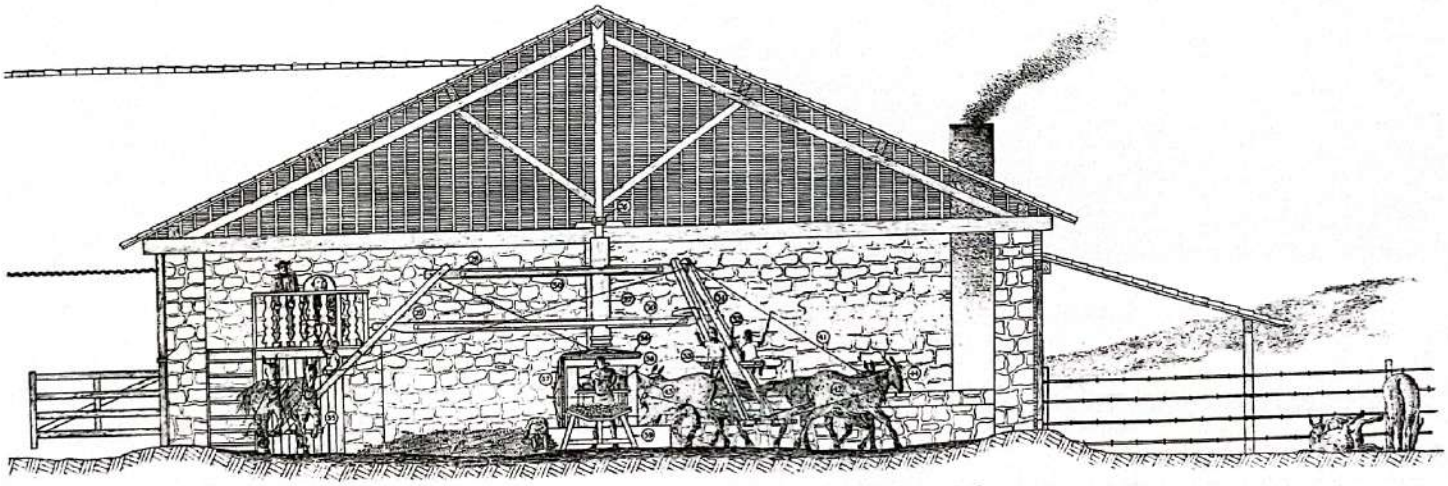


Engenho da Torre, movido a animais, no Recife, segundo James Henderson em seu livro *A history of Brazil*, 1821.

revestido de um cilindro dentado e reforçado com aros de ferro, transmitia o movimento a outros dois cilindros paralelos, um de cada lado, igualmente dentados e reforçados. Entre esses cilindros é que passava a cana. Por três séculos, esse engenho manteve-se sem significativas alterações, mas considerando-se a sua complexidade, pode-se imaginar os cuidados que inspirava para que não fossem interrompidas as operações de moagem.

Apesar de continuar satisfazendo os senhores de engenho, as rodas d'água, na metade do século XIX, eram consideradas ultrapassadas pelos viajantes estrangeiros. O engenheiro francês Vauthier, que residiu em Pernambuco de 1840 a 1846, achava que elas *não eram obras-primas de mecânica* (Vauthier, 1975, p. 89).

O fato é que, desde o século XVI até o atual, os dois tipos de engenho, à água e a animais, existiram em Pernambuco obedecendo às contingências de sua implantação no meio físico e também dependendo das posses de seus proprietários. Em todos os documentos portugueses do século XVI e holandeses do século seguinte, os engenhos movidos à água aparecem em maioria.



Engenho *Aurora*, em Vicência, segundo levantamento de Manoel Bandeira, datado de 1961.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

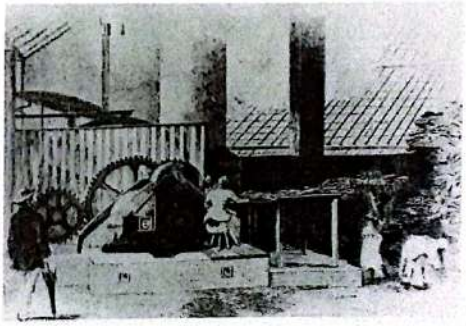
As inovações na técnica de moagem da cana somente iriam surgir no século XIX. A maior delas foi a máquina a vapor, já conhecida no Haiti em fins do século XVIII, mas a sua adoção no Brasil e, mais particularmente,
em Pernambuco, não foi massiva nas primeiras décadas do século passado.

A modernização da produção de açúcar nos países produtores concorrentes adquiria um outro ritmo. Em Cuba, o primeiro engenho a vapor foi instalado em 1796. Em 1860, 70% dos 1.350 engenhos cubanos usavam máquinas a vapor (Eisenberg, 1977, p. 238).

Data de 1817 a instalação do primeiro engenho a vapor em Pernambuco. Nesta mesma província, em 1854, existiam cinco engenhos a vapor, 101 à água e 426 a animais (Diegues Júnior, 1952, p. 23).

Tudo indica que a escravidão tenha sido o maior entrave à modernização da produção em Pernambuco. No entanto, a relutância em adotar as máquinas a vapor não foi um postura exclusiva dos senhores de engenho de Pernambuco. Taunay, em seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicado no Rio de Janeiro em 1839, aconselhava os pequenos e médios agricultores a não adotarem as máquinas a vapor, alegando consumo excessivo de combustível, custos altos de reparações devido à participação de operários especializados e riscos de explosões (Taunay, 1839, p. 31).

Moenda a vapor instalada no engenho *Caraúna*, Pernambuco, segundo William Hadfield em seu livro *Brasil, the river Plate and Falkland islands*, 1854.



As primeiras máquinas a vapor foram importadas da Inglaterra e, naturalmente, logo surgiriam dificuldades com a manutenção de equipamentos tão avançados para a região. Por isso, começaram a surgir, no Recife, fundições que se propunham a fabricar peças de reposição e assim diminuir os custos de manutenção das máquinas. A mais famosa dessas fundições, a *Aurora*, de Harrington & Starr, cidadãos ingleses ali radicados, fundada em 1829, forneceria em 1836 para o engenho *Caraúna*,

situado na freguesia do Cabo, em Pernambuco, a primeira máquina a vapor fabricada inteiramente na América do Sul.

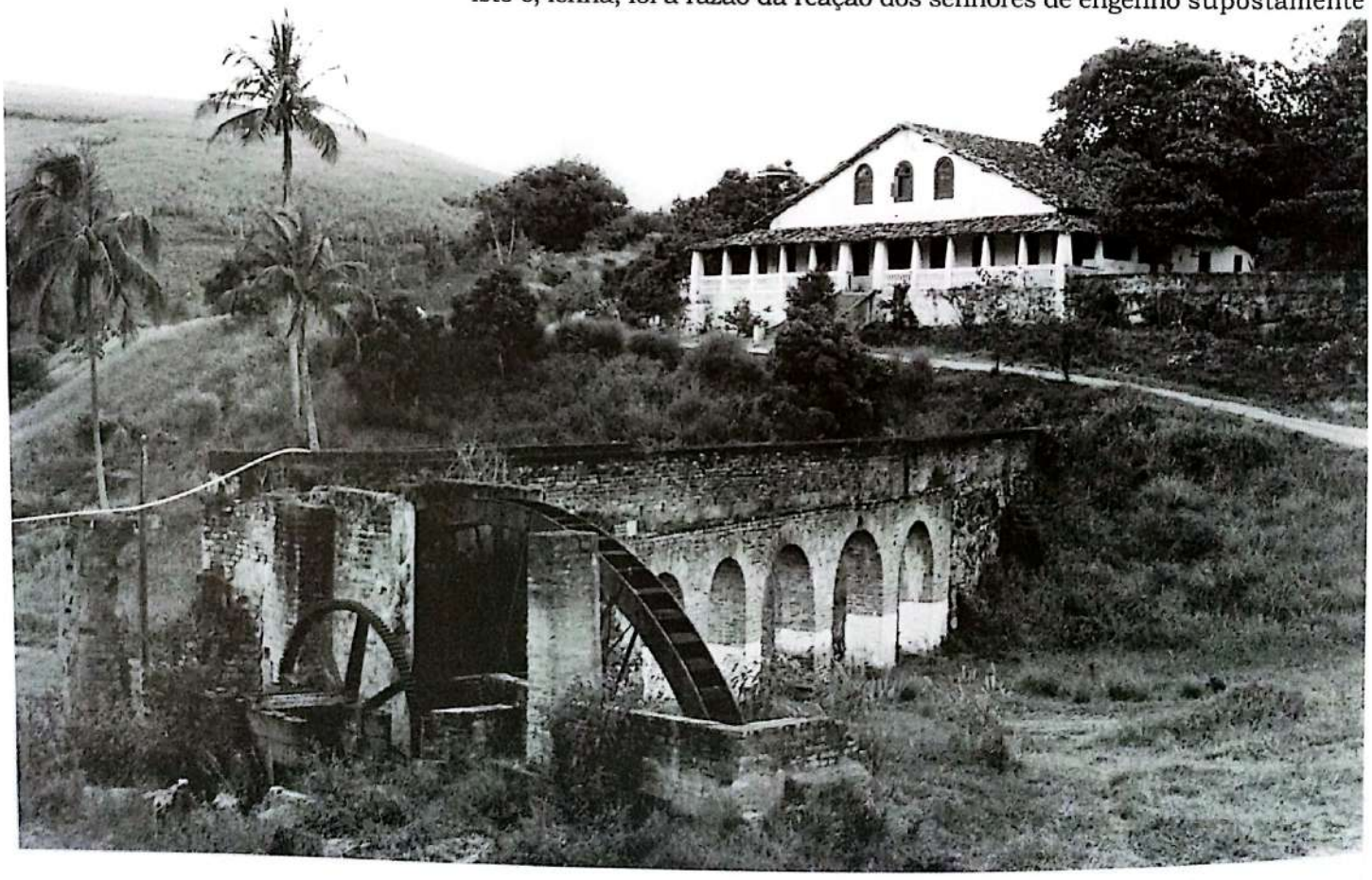
Logo surgiriam outras como a *Bowman,* em 1835, que não fabricavam somente peças de reposição para máquinas a vapor, mas também componentes arquiteturais como grades para varandas e portões, escadas e colunas em ferro fundido. Essas pequenas indústrias não tiveram incentivo algum por parte do poder público. Pelo contrário, o governo brasileiro, submisso aos interesses dos industriais europeus, ao mesmo tempo que isentava de impostos a importação de maquinismos para a agricultura, taxava em até 30% do valor o ferro bruto e outros metais importantes para as fundições locais.

A fase seguinte de manufatura do açúcar é a do cozimento do caldo, que se fez, até o início do século XIX, em várias tachas de cobre, cada uma delas aquecida por baixo por um fogo de lenha. O melhoramento mais notável nessa fase da produção foi a adoção, com um século de atraso em relação às Antilhas, da fornalha contínua, também chamada de *trem jamaicano.*

A fornalha contínua tinha o mesmo número de bocas da anterior, mas com fogo somente em baixo da primeira. O fogo passava para as outras bocas através de um túnel que diminuía de diâmetro gradativamente até chegar a uma chaminé, cuja altura era também função das dimensões do túnel da fornalha. Com o mesmo rendimento, poupava-se lenha, e entende-se que tenha sido logo adotada pelas ilhas do Caribe, cujas reservas de matas logo se esgotariam, se persistisse a utilização da fornalha tradicional. Não foi o caso do Brasil, onde a abundância das matas induziu os senhores de engenho a consumi-las até quando suportaram os custos de frete, pois cada vez elas ficavam mais distantes.

Também provocou polêmica a proposta de introdução de um novo combustível para as fornalhas: o bagaço da própria cana, já utilizado nas Antilhas desde fins do século XVII. Mais uma vez a disponibilidade de matas, isto é, lenha, foi a razão da reação dos senhores de engenho supostamente

Roda d'água do engenho *Três Marias,* em Quipapá.



Engenho pernambucano.
Foto, de Juvenito Gomes, do acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

lastreada em argumentos técnicos. Contudo, a maioria dos senhores de engenho, compelidos a atualizar-se, adotaram todas essas inovações no início do século XIX.

Uma das fases mais importantes na produção do açúcar era a purga ou purificação. Constava de acondicionar o caldo já cozido em recipientes com forma de cones, que eram colocados invertidos em andaimes de madeira com orifícios próprios para acomodá-los. Essas fôrmas tinham um furo por onde escorria o mel durante alguns dias. Depois de submeter-se a alguns procedimentos corretivos, o açúcar se formava em camadas de cores e valor comercial diferentes. O açúcar branco, mais caro, ficava em cima, e o açúcar escuro, o *mascavo,* ficava na parte inferior dos *pães,* como eram chamados os volumes depois de retirados das fôrmas.

As fôrmas dos pães de açúcar eram fabricadas originalmente em barro, o que explica a existência de olarias nos engenhos desde o século XVI. No século XIX, existiam fôrmas em madeira e em chapas de ferro galvanizado. Depois de separados os açúcares de cores e valores diferentes, eram secos ao sol e embalados para serem transportados e comercializados.

Desde os primórdios da colonização, os transportes preferidos pelos senhores de engenho foram o fluvial e o marítimo. Fluvial até a costa e marítimo até o porto do Recife. Daí a dupla vantagem de localização dos engenhos nas margens dos rios; o aproveitamento da energia hidráulica e o transporte fluvial.

Os senhores de engenhos, situados a uma maior distância dos rios, transportavam seu açúcar em lombos de animais ou em carros de boi. O açúcar era acondicionado em caixas de madeira até a metade do século XIX e depois em sacos de algodão. A questão do transporte era tão importante que, de certa forma, condicionou a própria localização dos engenhos até a metade do século passado, quando os ingleses construíram as primeiras ferrovias .

As estradas de ferro expandiram as áreas de cultura da cana e contribuíram decisivamente para a sua interiorização ao introduzir um novo meio de transporte, que deveria contribuir para diminuir o custo da produção do açúcar. Mas os trens chegavam ao Recife sempre carregados,

o que não acontecia no sentido inverso, provocando um desequilíbrio nos custos das tarifas consideradas insuportáveis pelos pequenos produtores. O preço dos fretes até as estações, somados aos fretes ferroviários propriamente ditos, encareciam a produção dos pequenos engenhos instalados nas áreas de expansão da cultura da cana-de-açúcar.

As estradas de ferro prenunciaram a mudança de escala na economia açucareira que logo se concretizaria com os *Engenhos Centrais* e com as *Usinas*. O grande progresso técnico, representado pelo transporte ferroviário, não era acessível aos pequenos produtores de açúcar que, aos poucos e inexoravelmente, foram sendo envolvidos pelas *Usinas*, às quais terminaram por se associar já na condição de fornecedores de cana e abandonando a produção de açúcar.

Desde o século XVI, a cultura da cana-de-açúcar se instalou na então *Capitania* de Pernambuco, promovendo a devastação das florestas da região por quase quatro séculos ininterruptos. A *Zona da Mata*, onde se desenvolveu essa cultura, como diz seu próprio nome, era coberta de densa vegetação. Dentre outras árvores, o pau-brasil, já cobiçado antes da cultura da cana, abundava nessa região.

Para liberar áreas para o plantio da cana, arrasavam-se extensas parcelas da floresta e a maior parte da madeira que daí resultava ia para a fornalha dos engenhos. Quando acabava esse combustível, os engenhos passavam a consumir lenha das matas próximas, que também se extinguiam. Com isso, a *mancha* da cana-de-açúcar se alastrava no sentido do interior da região.

O Meio

Hoje, a paisagem da região é monótona e difere muito daquela imagem paradisíaca captada pelos pintores holandeses no século XVII.

Mas a derrubada das matas da região não se fazia somente visando a liberação de terras para a cultura da cana-de-acúcar. Muita madeira de lei se exportou para Portugal. Em 1775, por ocasião do terremoto de Lisboa e de sua reconstrução, ocorreram, no porto do Recife, até duas vezes por mês, maciços embarques de *jacarandá*, *pau d'arco* e *sucupira* para Portugal (Andrade, M. C., 1974, p. 27).

Nenhuma das madeiras citadas é encontrada hoje em Pernambuco em quantidade que justifique a sua comercialização.

A utilização dessas nobres e duráveis madeiras não é freqüente na construção dos edifícios que constituíram os antigos engenhos de açúcar de Pernambuco.

Por quatro séculos, essa região se caracterizou pela monocultura da cana-de-açúcar. Mas essa cultura não se desenvolveu em todo o território do estado, que possui três regiões geográficas distintas e é cortado na direção norte-sul pelo planalto da Borborema. A faixa de terreno mais próxima do litoral, portanto a leste do planalto citado, tem largura que varia em torno de 60 quilômetros e é chamada de *Região* ou *Zona da Mata*. A faixa que corresponde ao planalto tem largura de aproximadamente 120 quilômetros e é chamada de *Agreste*. A terceira região situa-se a oeste do planalto e é conhecida como *Sertão*.

Na região da *Mata*, concentra-se metade da população do estado.

As diferenças climáticas entre as regiões são evidentes. Quanto à precipitação pluviométrica, na região da *Mata* chove de 700 a 2.500 mm por ano, no *Agreste* de 500 a 1.000 mm e no *Sertão* não chove mais do que 600 mm por ano.

A maior parte dos rios do estado se concentra na vertente do Atlântico do planalto da Borborema, isto é, na região da *Mata*. Esses rios estimularam a instalação de engenhos de açúcar que os aproveitaram tanto para a força motriz de suas moendas como via de transporte para o litoral.

Esses mesmos rios, que tanto facilitaram a vida dos senhores de engenho até o século XIX, transformaram-se, neste século, em vias de esgotamento dos resíduos industriais das usinas, também de açúcar, ali instaladas há um século.

Na realidade, a região da *Mata* não é uniforme e pode ser dividida em duas, a *Mata Úmida* e a *Mata Seca*. A primeira fica ao sul do paralelo que passa pelo Recife e a segunda, ao norte. Em ambas, o solo é constituído, essencialmente, de massapê e de barro vermelho.

Na *Mata Úmida*, cujo relevo se caracteriza por morros baixos e colinas arredondadas, o solo predominante é o massapê, rico em humo e matéria orgânica e encontradiço nas várzeas de aluvião e nos fundos dos vales. Devido à existência de grandes espaços favoráveis ao plantio da cana, foi na *Mata Úmida* que a produção do açúcar mais se desenvolveu e onde se localizaram, no século XIX, a maioria das usinas.

Na *Mata Seca*, predominam as chãs de tabuleiros cristalinos e o solo de barro vermelho, menos fértil do que o massapê para o cultivo da cana-de-açúcar. Nesta região, cultivou-se também algodão e café, nos dois últimos séculos. A instalação de usinas nessa região é mais recente e em menor número do que na *Mata Úmida*, o que permitiu a sobrevida de pequenos engenhos até o século atual.

O Homem

O Senhor de Engenho

A maioria dos colonos que se estabeleceu em Pernambuco, no século XVI, provinha do norte de Portugal, onde predominava a pequena propriedade rural. Isso provavelmente explica a ocorrência na colônia brasileira de outros níveis sociais além dos tradicionalmente citados e representados pelos senhores de engenho e pelos escravos.

As propriedades onde se cultivava a cana tinham dimensões variadas e nem sempre possuíam engenho. Os altos custos de construção e manutenção de engenhos os tornavam inacessíveis à grande maioria de pequenos e médios agricultores.

Segundo um relatório holandês de 1640, somente 40% dos engenhos de Pernambuco moíam canas próprias e os demais dependiam exclusivamente de fornecimento da matéria-prima oriunda de outras propriedades. Assim mesmo as canas próprias dos engenhos representavam somente 25% do total que eles moíam. Se 60% dos engenhos não possuía plantações de cana, os seus senhores, naturalmente sem preocupações com a fase agrícola da produção, poderiam residir a maior parte do tempo na cidade, deslocando-se para o campo somente na fase industrial (Melo, E. C., 1986, p. 246).

Essa divisão de trabalho motivou a fragmentação social na zona rural de Pernambuco no século XVII e poderia explicar as pequenas dimensões, e, em certos casos, o caráter provisório dos edifícios retratados pelos pintores holandeses contemporâneos.

A figura do plantador foi perdendo a importância no complexo de produção de açúcar e cedendo suas atribuições ao senhor de engenho.

No Brasil colonial, ser proprietário rural e, ainda mais, senhor de engenho, significava muito mais do que ter uma fonte certa de razoável renda; significava um título quase nobiliárquico. É bem verdade que, no primeiro século, vieram para o Brasil alguns colonos portugueses que já eram nobres na metrópole, mas eram uma minoria. A propriedade de um engenho era fundamental para manter ou conseguir um título de nobreza.

Quase se comportando como um seqüestrado, o senhor de engenho improvisou-se nobre numa realidade geográfica e social que em nada lembrava sua origem e não deve ser considerado como parte de uma classe social estável, uniforme e toda-poderosa, nem mesmo nas fases alternadas em que o açúcar alcançou os melhores preços no mercado internacional.

Algumas das prováveis residências dos senhores de engenho foram retratadas pelos pintores holandeses, no século XVII, como edifícios sólidos e construídos com apuro. O que não se sabe é o quanto essas casas distavam das cidades. A distância que separava os engenhos das cidades pode ter

também determinado a dupla residência dos seus proprietários. Há notícias da existência de residências habituais em engenhos mais próximos ao Recife como a do morgado João Paes, na freguesia do Cabo.

Existem alguns indícios da fixação dos senhores de engenho no campo já a partir do século XVIII. A propósito, numa crônica de 1761, Frei Jaboatão, referindo-se à freguesia de Ipojuca, mais distante do Recife do que a freguesia do Cabo, afirma que os senhores de engenho *nem casas próprias tem na povoação para a sua residencia como as conservavam, para isso os seus ascendentes e antepassados* (Jaboatan, 1980, p. 477).

Conclusivamente, o que determinou a dupla residência dos senhores de engenho foram as suas posses. Enfim, para perceber as limitações dos senhores de engenho é essencial entender suas relações com os comerciantes.

No século XVIII, todo o comércio estava nas mãos dos *mascates*, como eram conhecidos os comerciantes, geralmente portugueses, que residiam no Recife. Os senhores de engenhos só produziam açúcar e compravam todos os demais gêneros aos *mascates*. Era muito freqüente o endividamento dos primeiros, que chegavam a comprometer antecipadamente parte ou toda a sua produção de açúcar. Sem alternativas, os senhores de engenho se submetiam às exigências dos *mascates*. Os senhores de engenho dominavam o processo de produção, mas não tinham forças para influir na comercialização internacional do açúcar.

Essa situação de contínuo conflito, com aparentes e efêmeras vitórias, ora dos senhores de engenho, os nobres da terra, ora dos *mascates*, perdurou durante os séculos XVIII e XIX e só terminou em fins do século passado com a capitulação dos primeiros, dessa vez diante dos usineiros.

O Escravo

Os primeiros portugueses que vieram para Pernambuco, em quantidade insuficiente para cuidar de todas as fases de produção do açúcar, se valeram da mão-de-obra escrava indígena e depois africana. No primeiro caso, enfrentaram dois consideráveis obstáculos: a cultura do índio brasileiro e a reação dos religiosos.

O índio homem caçava, pescava e guerreava. A agricultura era uma aitividade exclusiva das mulheres índias. Além disso, não havia entre os índios a compreensão da necessidade de produzir qualquer coisa para vender. Viviam em função da satisfação imediata de suas necessidades e a natureza pródiga lhes oferecia tudo sem necessidade de guardar qualquer coisa para consumir em oportunidades posteriores. Por outro lado, os religiosos, especialmente os jesuítas, queriam salvar as almas dos índios pela sua catequese e para isso tinham a cobertura da Coroa Portuguesa. A proibição de apresamento dos índios foi desrespeitada freqüentemente pelo uso de estratagemas por parte dos senhores de engenho.

As relações entre os senhores de engenho e os indígenas foi sempre de antagonismo, a se julgar pelo depoimento do Padre Anchieta que, no século XVI, afirmava que *os portugueses não têm índios amigos que os ajudem porque os destruiram todos* (Anchieta, 1933, p. 306).

A percentagem de escravos índios envolvidos na produção de açúcar foi diminuindo à medida que os senhores de engenho enriqueciam e podiam importar escravos africanos, o que passou a acontecer a partir da segunda metade do século XVI e não era novidade para os portugueses. De fato, a escravidão negra já existia em Portugal desde o século XV.

Em 1551, dos 100 mil habitantes de Lisboa 9.950 eram escravos africanos. A diferença entre a escravidão de africanos em Portugal e no Brasil é que lá a mão-de-obra escrava era empregada nos serviços domésticos e aqui nas tarefas de campo e da manufatura (Schwartz, 1988, p. 23).

A mão-de-obra que sustentou a produção de açúcar em Pernambuco foi a do escravo africano, cuja presença ali foi dominante, numericamente, nos três séculos de colonização e por quase todo o século XIX.

O escravo negro foi tratado como um insumo de trabalho por todo esse período. Todos os cuidados que os senhores de engenho lhes dispensavam devem ser entendidos como zelo pelo capital que representavam.

A título de exemplo, convém citar o costume de se ter sempre ao lado da moenda dos engenhos um facão bem afiado. Um pequeno descuido do escravo que alimentava a moenda com canas poderia custar-lhe a mão ou o braço, mas o facão, manejado com precisão e rapidez por outro escravo ou pelo feitor, evitava sua morte por esmagamento. Salvava-se a vida do escravo, isto é, salvava-se o investimento. Não era raro encontrar-se nos engenhos escravos sem um braço, até sem os dois. Durante a moagem os escravos quase não dormiam e os seus aparentes descuidos podiam significar, de fato, cochilos em pé.

O escravo não usufruía, de forma alguma, do resultado do seu trabalho. Daí o seu desinteresse, os acidentes e até mesmo os incidentes. Como o mecanismo dos engenhos exigia atenção e conservação contínuas, pequenos deslizes, às vezes propositais, faziam parar a produção, o que significava repouso para os exaustos escravos ou castigos corporais, se os senhores de engenhos desconfiassem de atos de sabotagem.

Mas tratar os escravos como coisas parecia ser consensual na sociedade escravista colonial. Até mesmo a Igreja, que tanto lutou para preservar a liberdade dos indígenas e, em seguida salvar-lhes as almas, pouco ou nada fez em relação aos escravos africanos.

Na realidade, algumas ordens religiosas eram proprietárias de engenhos de açúcar e usavam os escravos africanos como mão-de-obra. Há indícios de que, nesses casos, o tratamento dispensado aos escravos tenha sido bem diferente. Henry Koster, viajante inglês, teria conhecido no princípio do século XIX, o engenho Camassari, em Pernambuco, de propriedade dos carmelitas, onde as escravas, *mulatas bonitas e moças pondo as canas nas moendas, vestiam casacos de algodão estampado, camisas de cambraia musselina e tinham no pescoço e nas orelhas enfeites de ouro.* Neste mesmo engenho, ainda segundo o viajante inglês, os escravos participavam dos lucros auferidos na produção do açúcar (Koster, 1978, p. 244).

A presença da capela nos engenhos de açúcar não deve ser entendida somente como demonstração de fé dos senhores de engenho e de seus familiares. A idéia de usar a religião católica como aliada na sua relação com os escravos negros não parece ter sido estranha aos senhores de engenho. Taunay, no seu *Manual do Agricultor* publicado em 1829, dizia que a religião católica romana era *a mais apropriada ao gênio dos pretos, crédulos e supersticiosos por natureza.* No mesmo manual, o autor explicita a função da religião quando, ainda em relação aos escravos, afirma que *a religião rehabilita a sua condição e consagra suas relações com os senhores que não aparecem mais aos seus olhos como proprietários, ou como tiranos, mas sim como pais, como retratos do mesmo Deus, aos quais devem amar e servir com o sacrifício de todos os seus trabalhos e suores, para merecerem a bênção do Céu e uma eternidade de benaventurança* (Taunay, 1839, p. 14).

O fato inconteste é que o negro não somente foi um fator determinante na produção de açúcar em Pernambuco como também se constituiu numa marca indelével na sociedade colonial e imperial, fosse ela rural ou urbana.

A sociedade usava o negro e dependia dele. O escravo negro chegou até a influir no modo de construir na medida que substituía certas funções do edifício. A propósito, Lúcio Costa, em 1951, dizia que *a máquina brasileira de morar ao tempo da Colônia e do Império, dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente, que era o escravo. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar / ..... / o negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria, era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça quebrada, era lavador automático, abanava que nem ventilador* (Costa, L., 1951) .

A arquitetura que se realizou na zona rural de Pernambuco não é conseqüência exclusiva e inevitável das relações sociais mas as reflete.

Características Gerais do Conjunto Edificado

Fatores de Localização

O fator que mais influiu na localização dos primeiros engenhos foi, sem dúvida, a proximidade de água corrente e perene. Em primeiro lugar, porque a água era, de longe, a melhor fonte de energia e, em segundo, porque poderia facilitar o transporte do produto.

Não eram muito grandes os primeiros engenhos pernambucanos. Para se ter uma idéia de suas dimensões, basta lembrar que uma parte dos bairros que formam a atual cidade do Recife tem seus nomes derivados de antigos engenhos ali existentes.

O tipo de solo foi também um fator importante para escolha do sítio onde se implantaria o engenho. Neste caso, a região da Mata Sul ou Úmida, onde predominava o massapê, foi a preferida nos primeiros séculos.

A proximidade de matas foi um terceiro fator determinante, pois dali se extraiu o combustível das fornalhas dos engenhos por três séculos.

Um último fator determinante na localização foi a distância dos índios. Pelo menos, nos dois primeiros séculos, quanto mais longe estivessem os índios melhor, porque os engenhos não dispunham de eficientes meios de defesa.

Essas eram as condições ideais de localização somente acessíveis aos primeiros senhores de engenho privilegiados pela possibilidade de escolha dos seus sítios. Mais ao norte e mais ao sul, foram se instalando outros engenhos, à medida que rareavam os sítios ideais mas sempre próximos à costa para diminuir os custos de transporte do produto para o porto do Recife.

Interiorizar os engenhos, inevitável devido à crescente escassez das matas fornecedoras de lenha para as fornalhas, significou também, quando se distanciavam das margens dos rios, a utilização da força animal para mover as moendas.

Somente no século XIX, com a utilização do bagaço de cana como combustível, da máquina a vapor, como fonte de energia, e das ferrovias, como meio de transporte, esses fatores de localização dos engenhos diminuíram de importância.

Implantação

Engenho significava, até fins do século XIX, uma propriedade rural com cultura de cana e uma sede constituída de edifícios que serviam a fins diversos. O engenho propriamente dito, que dera nome a toda a propriedade, ocupava um dos edifícios que era também chamado de *moita* ou de *fábrica*. Sob o mesmo teto deste edifício, normalmente se moía a cana e se cozinhava o seu caldo. Num edifício contíguo ou próximo, conhecido como *casa de purgar*, se processava o branqueamento do açúcar. Ligados à agricultura e à produção do açúcar poderiam existir ainda edifícios destinados a depósitos, oficinas e estrebarias.

Para fins habitacionais, havia, a casa do proprietário, conhecida como *casa de vivenda* e como *casa grande*, eventualmente a casa do administrador e as casas dos escravos, ou *senzalas*.

Com raríssimas exceções, todos os engenhos tinham uma capela para o culto da religião católica professada pelos proprietários e seus familiares, pelos trabalhadores livres e pelos escravos.

Os edifícios mais importantes do engenho eram a fábrica, a senzala, a capela e a casa-grande. Nos dois primeiros séculos, esses edifícios distavam pouco entre si e não se percebia um padrão rígido para o seu assentamento no terreno. Contudo, a observação dos quadros dos pintores holandeses Post e Wagener indica, pela constância de algumas características, a lógica de implantação dos edifícios. Assim, a fábrica está sempre na parte mais baixa do terreno, o que se explica, em parte, pelo aproveitamento da água como força motriz. Em nível mais elevado do que a

Reprodução de um quadro de Frans Post retratando um engenho pernambucano no século XVII.

fábrica está a casa-grande, o que se deve, provavelmente, à necessidade de domínio visual das atividades manufatureiras por parte do senhor de engenho. O caráter simbólico da capela se evidencia pela sua situação: acima ou no mesmo nível da casa-grande.

Na iconografia holandesa, não aparece nenhum edifício que lembre as características morfológicas das senzalas referidas pelos cronistas estrangeiros no século XIX. Talvez ainda não existisse um edifício específico para a habitação dos escravos.

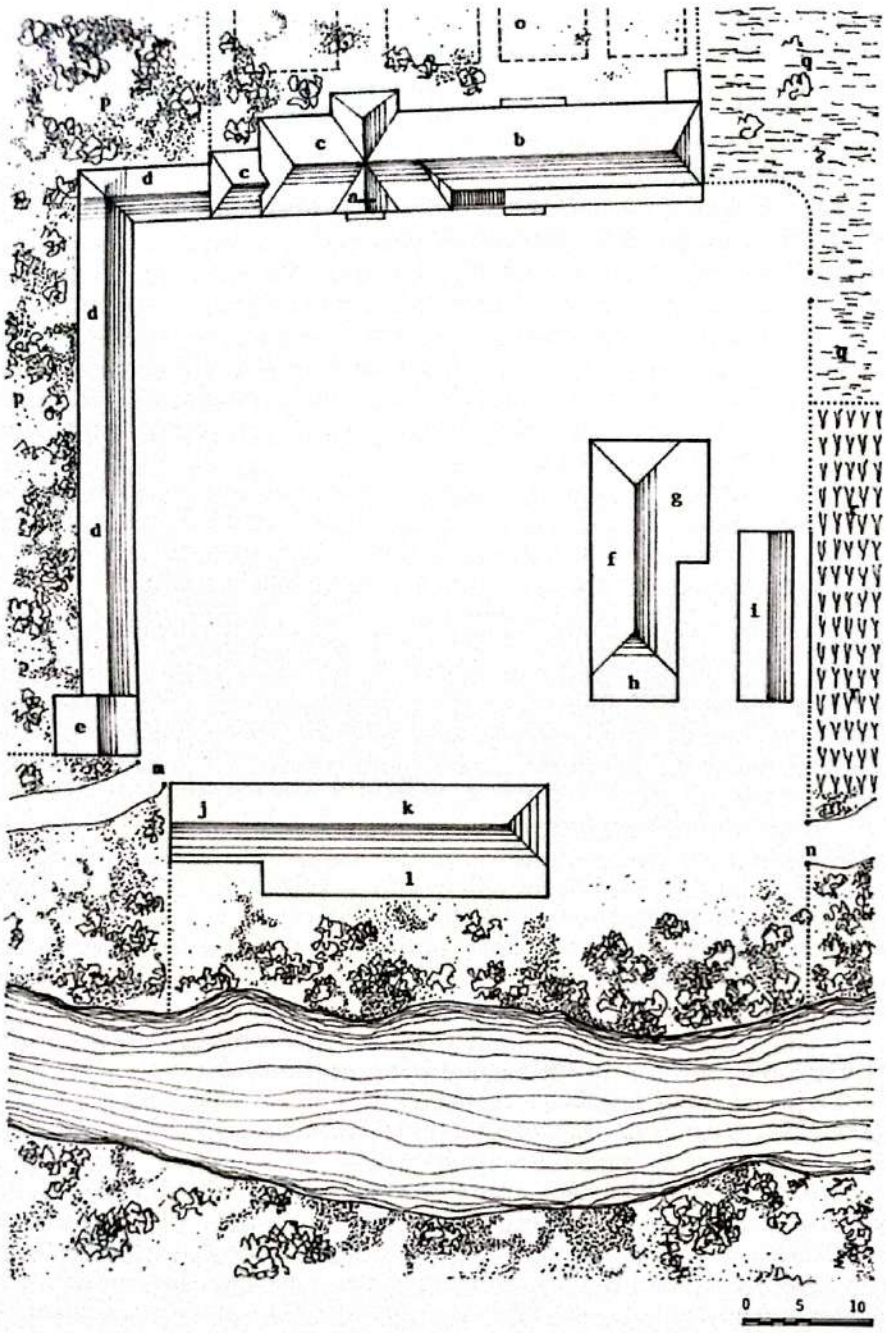
Desses edifícios o único que parece ter sido protegido dos eventuais ataques de índios ou holandeses foi a casa-grande. Existem registros somente bibliográficos sobre a ocorrência, no século XVII, de cercas de pau-a-pique em volta de casas-grandes de engenhos, como faziam os indígenas em torno de suas ocas.

Nos três primeiros séculos, a relação entre os principais edifícios de um mesmo engenho parece ter ocorrido somente no que diz respeito aos diferentes níveis de terreno. Pereira da Costa, já no nosso século, refere-se a um pouco provável *triângulo perfeito* formado por casa-grande, fábrica e capela do engenho Beberibe, instalado em Pernambuco no século XVI (Costa, F. A. P., 1983, p. 157).

Vista aérea do engenho *Poço Comprido*, em Vicência.

A dispersão dos edifícios nesse período pode se dever à coexistência de indivíduos de classes e raças diferentes e de interesses conflitantes. No entanto, no século XIX, persistindo a mesma estrutura social, observa-se um arranjo espacial que sugere uma nova ordem para a disposição dos edifícios no terreno.

Em fins do século XVIII, o Frei José Mariano da Conceição Velloso publicava *O Fazendeiro do Brasil*, que, na realidade, era uma coletânea de traduções de textos de autores ingleses e franceses sobre as técnicas de culturas agrícolas e de manufaturas nas Antilhas. Dos onze livros



Plano Geral de um engenho, segundo L. L. Vauthier.
a. capela
b. casa-grande
c. quarto para os hóspedes
d. senzalas
e. sobradinho, casa do administrador
f. alpendre para os cavalos da moenda
h. telheiro acima da fornalha
i. casa do bagaço
j. estrebaria
k. casa de purgar, destilaria, armazém de açúcar, oficinas do carpinteiro, do serralheiro, do segeiro etc., pavilhão para o fabrico da farinha de mandioca
l. alpendre servindo para olaria
m,n. portões de entrada e saída do engenho
o. horta
p terreno plantado de mandioca
q. pasto
r. campos de cana-de-açúcar

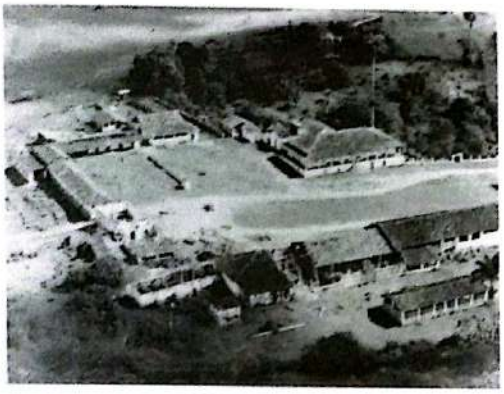
Fonte: Des Maisons d'Habitation au Brésil *in Revue de l'Architecture et des Travaux Publics*, Paris, 1853.

publicados dois são dedicados à cultura da cana e produção do açúcar e dois à cultura do café. Nesses verdadeiros manuais, há claras e precisas referências à técnica construtiva dos edifícios e, no caso da cultura do café, à disposição deles formando um pátio interno retangular.

Não é possível avaliar até que ponto os senhores de engenho se deixaram influenciar pelas idéias divulgadas por Velloso, mas é certo que, pelo menos no que diz respeito às técnicas de produção de açúcar, houve uma reticente adesão. O inglês Henry Koster, relatando sua estada em Pernambuco em 1816, refere-se ao engenho que adquirira na ilha de Itamaracá cuja *entrada principal era um espécie de praça formada por muitas construções pertencentes ao engenho* (Koster, 1978, p. 230).

Taunay, no seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, já citado, sugeria que os edifícios do engenho ou fazenda *podem formar os tres lados de hum grande rectangulo, cuja area formaria um curral para todos os usos e serviços* (Taunay, 1839, p. 20).

Vista aérea do engenho *Pintos*, em Morenos.



Vista aérea do engenho *Novo-da-Conceição*, em Morenos.

Na década de 40 do século XIX, Vauthier registraria, com um desenho preciso, e de maneira insofismável, essa disposição dos edifícios formando um pátio retangular, chamando a atenção para o *plano geral* que se repetia sempre em outros engenhos de Pernambuco, embora em proporções diversas (Vauthier, 1975, p. 81).

O *plano geral* de Vauthier, além da regularidade da disposição dos edifícios, revela dois importantes dados. O primeiro e mais importante é a destinação de cada um dos edifícios, caracterizando assim a complexidade funcional e social do engenho pernambucano. O segundo, que pode não ser uma ocorrência típica, é a existência da capela no meio da casa-grande, dividindo-a em duas zonas distintas. Em Pernambuco, geralmente, cada edifício do engenho tinha uma função específica. Em outras regiões do país como, por exemplo, em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia, são conhecidos casos de coexistência de engenho e fábrica sob um mesmo teto.

Em Pernambuco, as ocorrências mais comuns de justaposição de edifícios diferentes são as de casa-grande/capela e casa-grande/senzala. Neste caso, a senzala contígua à casa-grande se destinava exclusivamente aos escravos utilizados no serviço doméstico.

Por fim, e ainda com respeito à disposição dos edifícios no terreno, convém lembrar as recomendações contidas no *Manual* de Taunay: *O oriente e o sul são as exposições mais favoráveis para a frente das casas por haver menos sol e melhor viração. O local preferível he uma elevação mediocre no centro da planície, com hum declive suave da parte da frente e quase insensivel da banda dos fundos para colocação das dependencias* (Taunay, 1839, p. 20).

No levantamento efetuado em, aproximadamente, 150 engenhos de Pernambuco, constatei que a grande maioria das casas-grandes é implantada, de fato, em meias encostas, e a sua orientação obedece às recomendações de Taunay.

Os sistemas construtivos foram adotados de acordo com a natureza de cada um dos edifícios. Assim, é possível encontrar, em um mesmo engenho, edifícios construídos com sistemas diferentes.

Todos os materiais de construção conhecidos na Europa do século XVI estavam disponíveis em Pernambuco ou eram fabricados ali com relativa facilidade. A fragilidade ou durabilidade dos edifícios resultava, em alguns casos do seu valor simbólico e, em outros, das condições econômicas dos senhores de engenho.

A riqueza criada com a produção de açúcar em fins do século XVI, em Pernambuco, não se refletiu na arquitetura rural, ora pelo absenteísmo dos senhores de engenho que possuíam casas mais bem equipadas nas cidades, ora pelas maiores atenções dedicadas aos edifícios e equipamentos da fábrica. A iconografia holandesa retrata a simplicidade e despojamento dos principais edifícios dos engenhos nas primeiras décadas do século XVII. Essas características são confirmadas num documento também holandês, datado de 1638, onde se lê que *os portugueses são, em geral pouco curiosos com relação às suas casas e à direção doméstica, contentando-se com uma casa de barro, contanto que vá bem o seu engenho ou a sua cultura* (*Breve Discurso...*, 1981, p. 108).

Sistemas Construtivos

De fato, a amenidade do clima da região da Mata de Pernambuco não requer construções robustas e onerosas. Mas esse aparente descaso em relação à residência senhorial não era uma regra geral, como também revela a iconografia holandesa.

A disponibilidade de materiais naturais, como madeiras de boa qualidade, é também registrada pelos holandeses que se referem, ao mesmo tempo à sua abundância e à escassez de mão-de-obra qualificada para beneficiá-la.

As notícias sobre o uso das taipas são imprecisas porque raramente é possível discriminá-las, isto é, saber quando se referem à taipa de pilão ou taipa de pau-a-pique. São simplesmente designadas como taipa.

Pela própria natureza do sistema, a taipa de pilão não seria indicada para a construção de fábricas devido ao elevado número de vãos que este tipo de edifício requer. No entanto, segundo um inventário holandês dos engenhos situados numa região da Mata Sul de Pernambuco, havia ali 12 casas de caldeiras de alvenaria e outras tantas de taipa (Schott, 1981, p. 51).

Os quadros de Frans Post mostram sempre a casa de caldeiras sob um mesmo teto que abriga a moenda. Este edifício era sempre aberto, com uma estrutura autônoma de esteios de madeira ou colunas de alvenaria de tijolos. Resta a possibilidade de emprego de algum tipo de taipa nos intercolúnios que não se elevavam até o frechal.

Vauthier, em meados do século passado, informa com precisão a freqüência dos dois tipos de taipa em Pernambuco quando afirma que *enfim, encontraremos ainda, procurando bem, casas de taipa que caracterizam a província de São Paulo, e construções de pau-a-pique de grande diversidade de espécie.* Vauthier chama de *taipa* o que se conhece no Brasil como *taipa-de-pilão* e refere-se à *taipa de pau-a-pique,* excluindo o primeiro termo (Vauthier, 1975, p. 47).

O Imperador D. Pedro II, no relato de sua viagem a Pernambuco em 1859, registra a existência da ruína de uma casa de taipa próxima à vila do Cabo. A casa era então *conhecida como casa do holandês, já existia em 1790* e *sua taipa era muito bem feita* (Pedro II, 1950/1951, p. 439).

O fato de uma ruína de uma casa de taipa ter chamado a atenção do Imperador denota a raridade da ocorrência e devia ser, certamente, de taipa de pilão porque a taipa de pau-a-pique era muito comum. A fama que essa casa tinha de ter sido *casa do holandês* é discutível porque, ainda hoje, em Pernambuco, quando se quer dizer que um edifício é muito antigo diz-se que ele é do tempo dos holandeses.

A taipa de pau-a-pique foi o sistema construtivo mais usado nas casas-grandes e nas senzalas por todo o período colonial e imperial. Referências a esse sistema existem em documentos portugueses do século XVI, em documentos holandeses do século seguinte e em relatos de viajantes ingleses e franceses do século XIX.

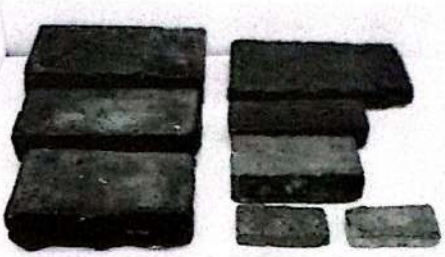
Em algumas casas-grandes retratadas pelos pintores holandeses, pode-se perfeitamente perceber, sobressaindo do plano irregular das paredes, os esteios de madeira que constituem a estrutura. Há inclusive um desses quadros que mostra uma casa em construção, com três pavimentos, onde se pode observar toda a estrutura recém levantada em peças de madeira verticais, horizontais e em " X ", antes do preenchimento dos vãos com barro.

Como os edifícios do engenho eram isolados, embora organizados no terreno dentro de uma lógica social e funcional, não estavam sujeitos a um mesmo sistema construtivo.

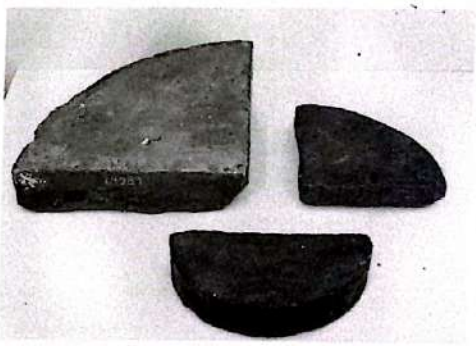
A alvenaria de tijolos maciços, cujo uso em Pernambuco é registrado desde o século XVI, foi o sistema construtivo preferido para as fábricas e casas-grandes de senhores de engenho afortunados.

A rica iconografia holandesa documenta o uso adequado desse tipo de alvenaria pois retrata algumas fábricas construídas com arcadas que, naturalmente, conferem ao edifício uma considerável rigidez estrutural.

As dimensões dos tijolos variavam muito, mas os produzidos em Pernambuco eram sempre bem maiores do que os trazidos pelos holandeses. Quando estes ocuparam o Recife, a necessidade urgente de construção de habitações e a dificuldade de acesso ao produto das olarias dos engenhos os levaram a importar tijolos de sua terra como lastro de navio, como já faziam os portugueses com as pedras de lioz. Eram os chamado *tijolos de Frisia* cujas dimensões eram de aproximadamente 0,17 m X 0,08 m X 0,04 m e que são ainda encontrados eventualmente em escavações no Recife.



Tijolos com dimensões variadas, destacando-se as pequenas dos tijolos de Frisia.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.



Tijolos semi-circulares, com raio maior de 0,15 m, para construção de colunas dos alpendres das casas-grandes.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Nos engenhos, não havia um padrão único para as dimensões dos tijolos que às vezes assumiam tamanhos incomuns como no caso do engenho *Tamataúpe*, de Nazaré da Mata, onde mediam 0,40 m X 0,20 m X 0,10 m.

Eram também freqüentes os tijolos semicirculares utilizados nas colunas dos alpendres das capelas urbanas e rurais. Alguns, mais raros, em forma de quarto de círculo chegavam a atingir grandes dimensões com raio de 0,40 m. Quanto à sua qualidade não parece ter havido grandes diferenças; sendo eles bem cozidos, a responsabilidade estrutural era compartilhada com a natureza das argamassas. Para as paredes e pilares utilizava-se a argamassa de cal, mas no caso das fornalhas, devido às altas temperaturas, usava-se o barro.

Nas construções, onde se misturavam as alvenarias de pedra e de tijolo, era à regularidade destes últimos que se recorria para a execução de pilares e arcos plenos. Tijolos assentados em forma de cunha ou de arcos abatidos eram também usados nas alvenarias mistas para aliviar as cargas sobre as vergas retas de pedra.

Formas mais complexas como abóbadas e cúpulas nesse material eram muito raras. O único exemplar conhecido é o da cúpula semi-esférica com pendentes da capela-mor da ermida de São Gonçalo em terras do engenho *Jurissaca*, no município do Cabo.

A alvenaria de pedra foi o sistema preferido para a construção de capelas rurais, o que pode se explicar pelo caráter simbólico deste tipo de edifício. Além de lugar do culto religioso acessível a todas as classes sociais dos engenhos as capelas eram também usadas como cemitério dos membros mais ilustres das famílias dos senhores de engenho.

Nas construções de alvenaria de pedra, utiliza-se elementos com formas irregulares que se ligam a outros similares para formar maciços de paredes e também outros que precisam ter formas definidas e regulares para os arcos, as ombreiras, as vergas, os cunhais e cornijas que, por sua natureza ao mesmo tempo estrutural e decorativa, exigem um acabamento primoroso. Conseguir pedras para atender a esses últimos requisitos nem sempre foi fácil em Pernambuco.

Vários trechos do litoral pernambucano são caracterizados pela presença de arrecifes de arenito calcífero e fossilífero, de onde foram retirados os blocos que os canteiros utilizavam nas construções. Essa prática evidentemente nociva aos portos naturais de Pernambuco persistiu por muito tempo considerando-se as reiteradas proibições das autoridades.

Mas não foram os arrecifes a única fonte de matéria prima para as construções em pedra. Afloramentos de rochas em terras dos engenhos foram também aproveitados quando se tratava de obter pedras de formas irregulares.

O geógrafo Gilberto Osório de Andrade afirma ter encontrado em uma das capelas construídas em Pernambuco no século XVII *grandes pedaços de canga, fragmentos duma couraça ferruginosa típica dos solos tropicais.* Ainda referindo-se à mesma capela observa que *além da canga e da argamassa calcária feita com óleo de baleia, que une os blocos, o arenito calcário do arco da capela-mor aparece também nas ombreiras das portas e janelas* (Andrade, G., 1982, p. 74).

O mesmo geógrafo registra na construção de uma outra capela pernambucana *rachões de riólito, uma das rochas efusivas regionais, de composição química equivalente à dos granitos* (Andrade,G., 1982, p. 63).

Vauthier, no século XIX afirma ter visto *gnaisses e xistos grosseiros freqüentemente empregados como alvenaria de pedra nas paredes espessas* (Vauthier, 1975, p. 47).

A documentação conhecida não faz referência à utilização de outros tipos de rochas nos edifícios dos engenhos. Contudo, como um claro indício do apuro estético, mas não da freqüência de uso, a verga da porta principal da capela do engenho *Anjo* era em pedra lioz portuguesa.

Fábrica do engenho *Sete Ranchos*, em Amarají. Os tijolos são utilizados para formar as colunas.

Embora variassem os materiais das estruturas portantes dos edifícios, suas cobertas foram sempre executadas em madeira e recobertas com telhas de barro tipo canal.

A iconografia holandesa mostra alguns casebres recobertos com algum tipo de palha, mas as telhas de barro eram francamente acessíveis, pois eram produzidas nas olarias dos engenhos, como as fôrmas dos *pães* de açúcar e os tijolos. As telhas se apoiavam em ripas, estas em caibros roliços e estes em terças ou linhas de madeira falquejadas de secção quadrada com um palmo de lado. As tesouras de madeira eram muito simples com duas linhas horizontais, uma ligando os frechais e outra ligando os pontos médios das asnas.

Em madeira eram também os assoalhos das casas-grandes de dois pavimentos, dos coros e os forros horizontais ou em abóbadas de berço de algumas capelas e todas as portas e janelas de todos os edifícios do engenho.

No fim do século XIX, registra-se o uso de ferro em algumas casas grandes, principalmente em colunas e grades de alpendres e, com tímida freqüência, em grades de balcões. É deste mesmo período a ocorrência de um único edifício onde o ferro comparece significativamente: a casa-grande do engenho *São Francisco da Várzea* pré-fabricada na Bélgica pela *Cie. Centrale de Construction de Eaine St Pierre.*

Assim, é possível concluir que as características morfológicas dos edifícios que compunham o engenho, devido à especificidade de cada um deles e ao partido aberto adotado para organizá-los no terreno, podem ser estudadas isoladamente. Os edifícios desse complexo que se destacam pela maior freqüência e importância na vida social e industrial são a fábrica, a senzala, a casa-grande e a capela.

A Fábrica

Tipologia

A fábrica, como também é denominado o edifício ou conjunto deles destinados à produção do açúcar, para diferenciar de *engenho*, que, em Pernambuco, designa toda a propriedade rural onde se produzia açúcar em pequena escala, não sofreu modificações essenciais em sua construção, por mais de três séculos.

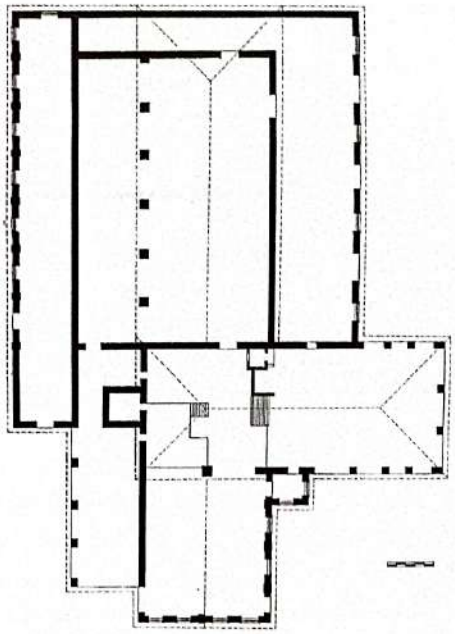
Num total de 150 engenhos visitados em Pernambuco, nenhum funcionava mais como tal. Todos eram fazendas de cana que forneciam matéria-prima para as usinas. Uma parte desses engenhos era propriedade particular, uma outra pertencia a usinas que os exploravam diretamente e uma terceira pertencia também a usinas que os arrendavam a particulares.

Os edifícios, sempre térreos, que se destinavam à fábrica foram convertidos em garagens de tratores, armazéns de fertilizantes, estrebarias, currais, oficinas etc. Para isso não se fizeram grandes reformas, o que permitiu identificar que funções teria tido cada um dos seus compartimentos.

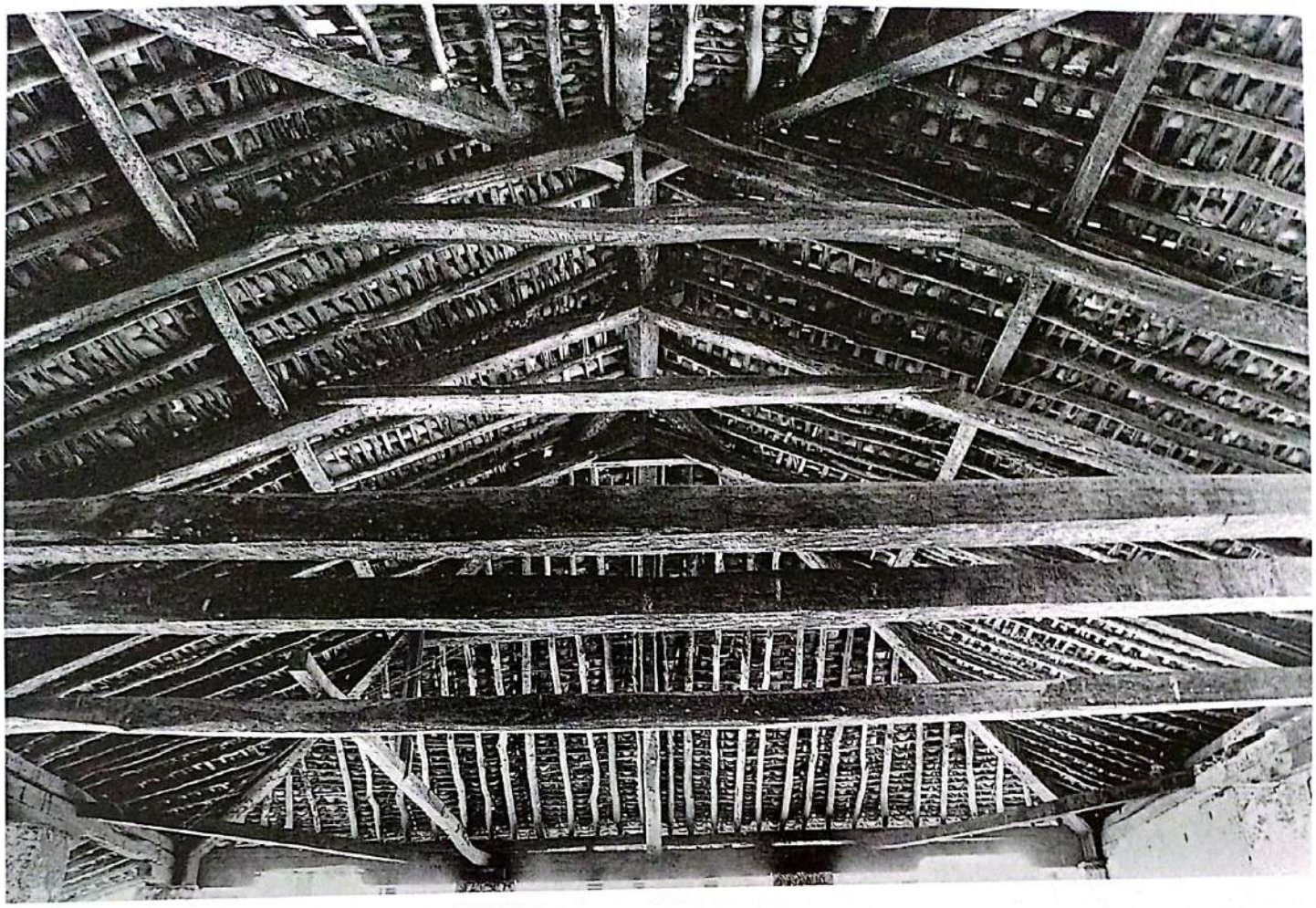
O despojamento decorativo e a ausência de uma perceptível intenção plástica são as características formais desses edifícios, sem exceção.

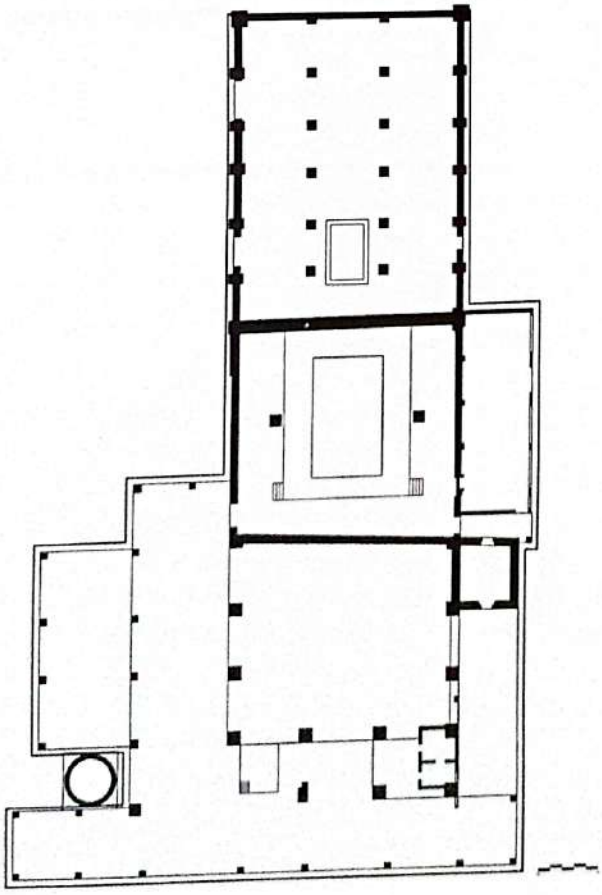
Os materiais de construção são os mesmos utilizados através de quatro séculos: tijolos para os pilares e para as paredes, madeira para a estrutura de coberta e telhas tipo canal, de barro, para o recobrimento. Às vezes, se encontra alvenaria de pedra nos trechos de paredes compreendidos entre os pilares de tijolos. Os pisos, sempre em terra batida, recebem algum reforço de pedra nas rampas que porventura existam.

A estrutura de coberta encontrada na totalidade das fábricas se constitui, essencialmente de tesouras de duas linhas horizontais ligando as extremidades inferiores e os meios das asnas. Os pendurais e escoras são raríssimos nessas tesouras. As asnas se cruzam em meia-madeira para receber a cumeeira. As tacaniças se apoiam nas asnas da última tesoura. Os frechais de canto são ligados, no mesmo nível, por uma travessa a 45°, para absorver os empuxos oblíquos das tacaniças.



Planta e vista da fábrica do engenho *Cavalcanti da Mata*, em Paudalho.
Planta: FIAM.

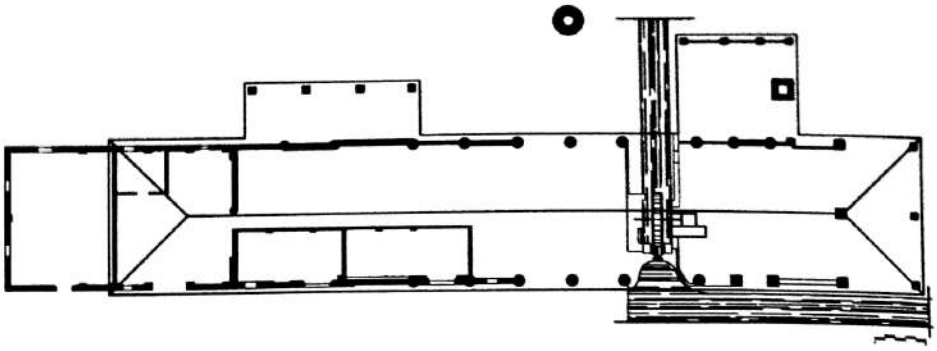




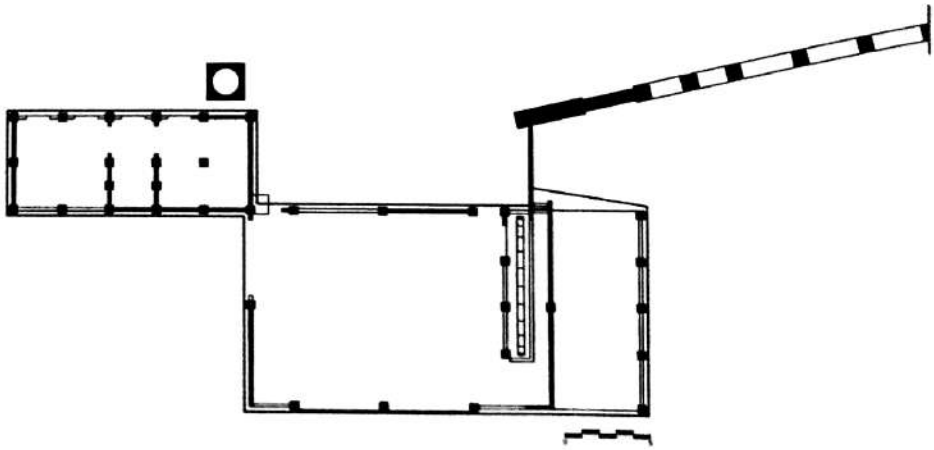
Estrutura da coberta da fábrica do engenho *Poço Comprido*, em Vicência, e planta da fábrica do engenho *Amparo*, em Itamaracá.
Planta: FUNDARPE.

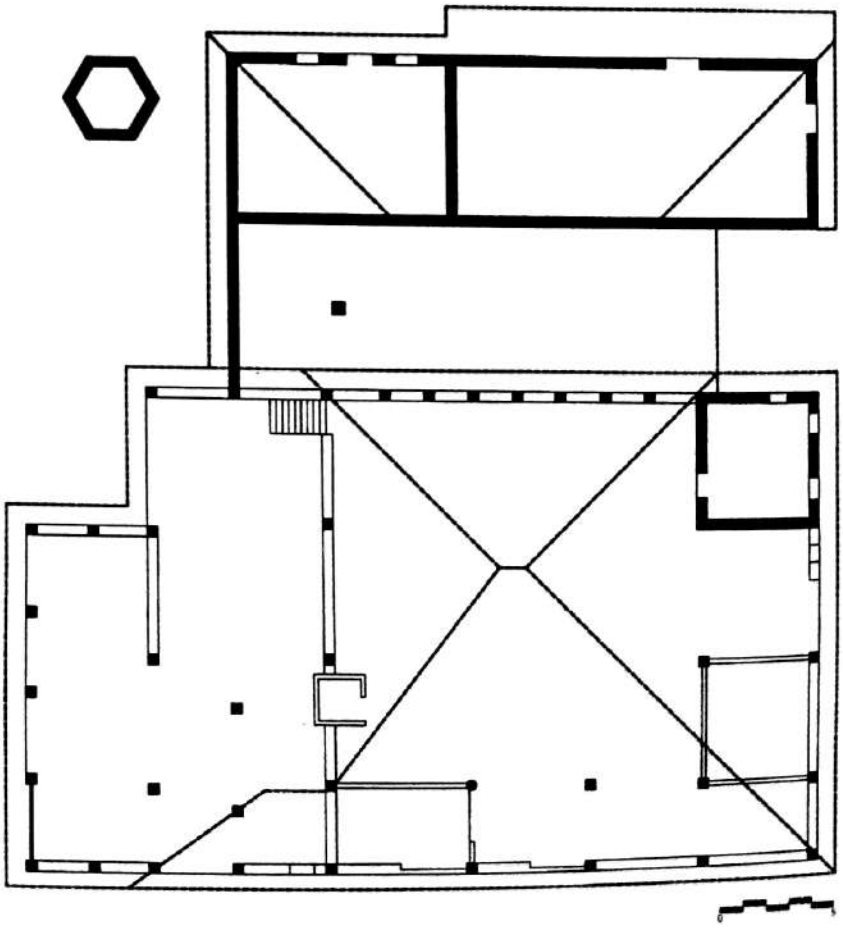
Na página anterior, acima, fábrica do engenho *Junco*, em Nazaré da Mata; abaixo, fábrica do engenho *Sete Ranchos*, em Amarají.

Planta da fábrica do engenho *Morenos*, em Morenos. Levantamento do autor e de Sônia Calheiros.

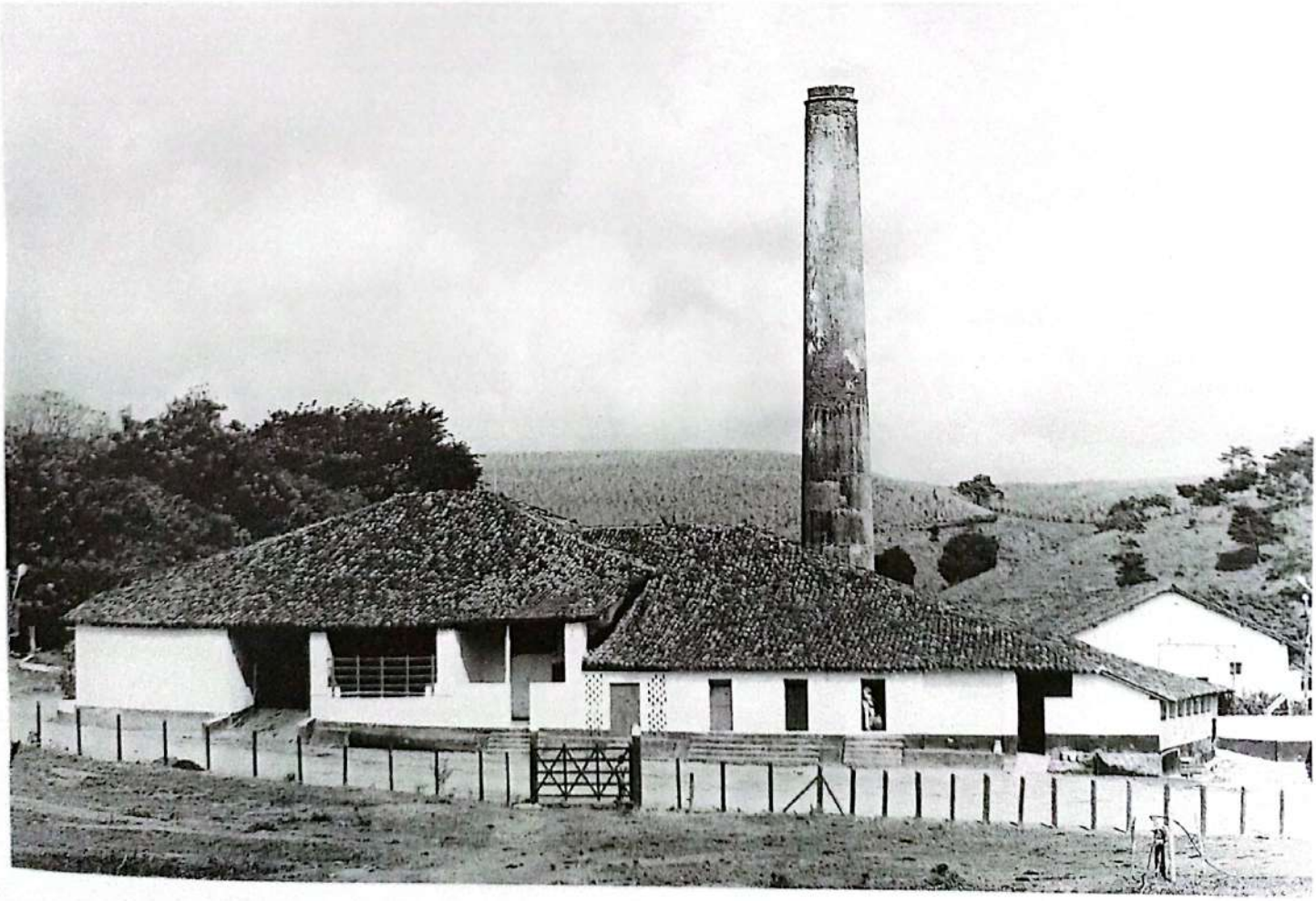


Ao lado, planta da fábrica do engenho *Três Marias*, em Quipapá; abaixo, planta da fábrica do engenho *Trapuá*, em Tracunhaém. **Fonte:** FIAM.





Na página da direita, fábrica do engenho *Trapuá*, em Tracunhaém (acima); e fábrica do engenho *Tamataúpe de Flores*, em Buenos Aires, PE (abaixo).



Os caibros são em madeira roliça sem cascas e as ripas, muito juntas, em embira.

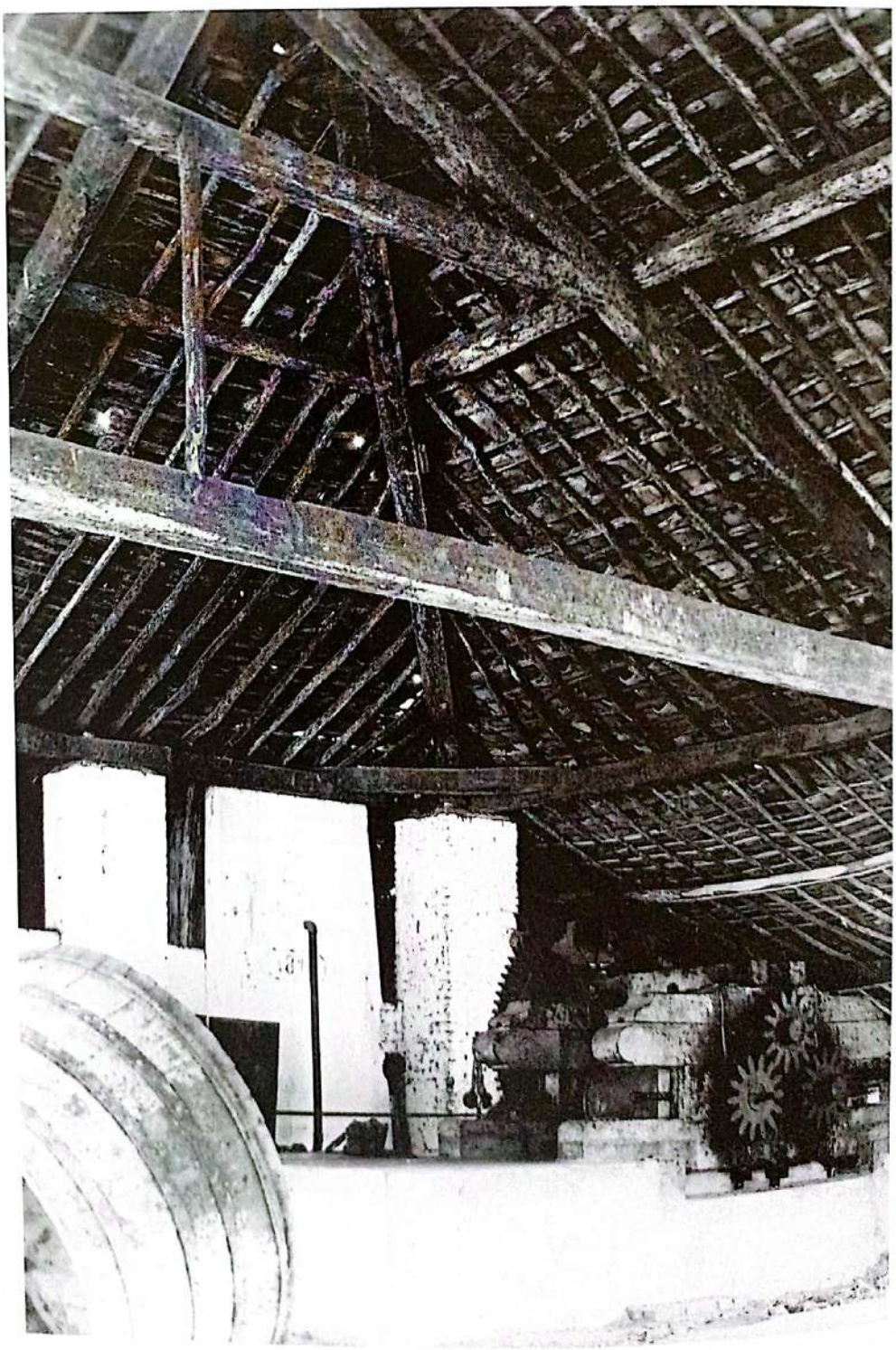
As argamassas das alvenarias são de barro, saibro e cal.

O acabamento das paredes, sempre rebocadas, é em caiação branca. As madeiras nunca são pintadas.

As fábricas mais antigas conhecidas são as que aparecem na iconografia holandesa do princípio do século XVII. Todas elas abrigam a moenda e as caldeiras sob um mesmo teto, mas não há imagens de outros edifícios que fizessem parte do processo industrial. Essas fábricas eram construídas sobre pilares de alvenaria de tijolos de secção quadrada com poucas paredes intermediárias e quase nenhuma parede nos intercolúnios. A iconografia holandesa revela algumas fábricas com pilares e arcos em alvenaria de tijolos, mas esse tipo não foi localizado no levantamento de campo efetuado em Pernambuco.

Uma ocorrência singular é a de pilares de secção circular, como foi constatado na fábrica do engenho Morenos, com diâmetro de 1,10 m.

Moenda e estrutura de coberta da fábrica do engenho *Acêrto*, em Vicência. Na página da direita, vista da mesma fábrica.



O que diferencia o tipo remanescente e o registrado pelos holandeses são as paredes ligando os pilares até a altura de um homem.

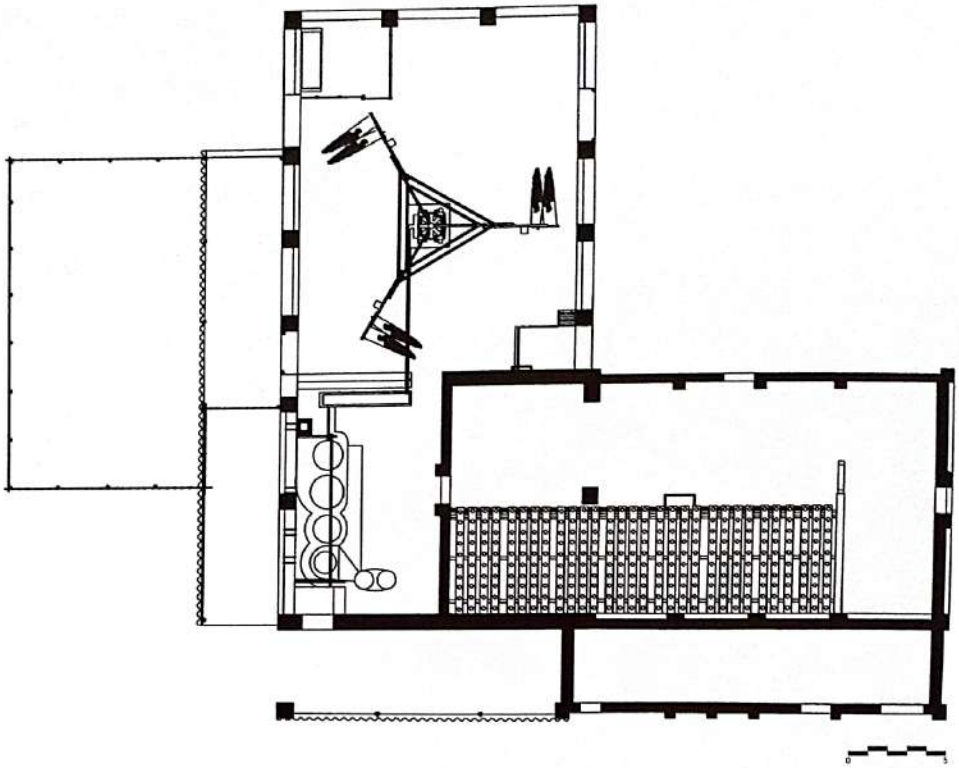
Os tipos de planta das fábricas reduzem-se a dois; o primeiro, linear, que supõe uma linha de produção contínua, é um retângulo coberto por um telhado em quatro águas e apoiado em tesouras de vãos iguais recebendo telheiros como puxadas para funções subsidiárias. Os edifícios são freqüentemente assentados em meias encostas com pisos em níveis diferentes para aproveitar a força da gravidade na condução do mel.

O segundo tipo de planta é em forma de "L". Neste caso, devido aos desníveis do terreno e dos telhados, a cobertura é um pouco mais complexa mas se resolve com os mesmos artifícios simples, porque não parece ter havido nunca a preocupação com a vedação dos edifícios da fábrica. O calor produzido pelas fornalhas, até mesmo depois da adoção do *trem jamaicano* e da correspondente chaminé, sempre construída em alvenaria de tijolos, ditou a necessidade de arejamento constante do edifício. Até mesmo com a utilização da energia a vapor não se modificou o partido *arejado* das fábricas.

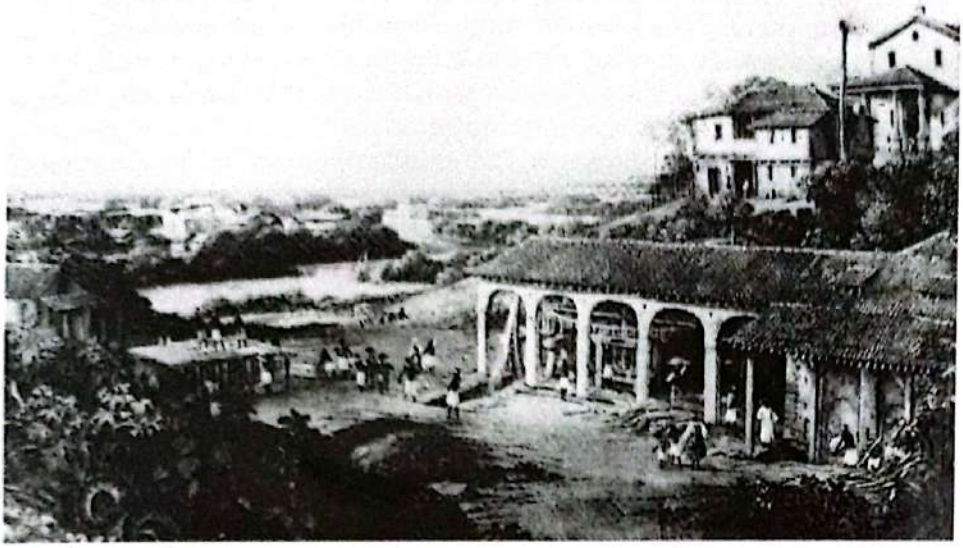
Origens

Ao contrário de assentamentos congêneres de outras regiões do país, como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, onde funções distintas como produzir açúcar e habitar foram abrigadas com pequena freqüência sob um mesmo teto, em Pernambuco as funções ligadas à produção sempre estiveram sob cobertas concebidas e executadas com esse objetivo exclusivo.

A prática de destinar a cada edifício uma única função ou funções similares, chamada de *partido aberto*, facilita as ampliações e modificações, ao contrário do *partido fechado*, caracterizado pela multiplicidade de funções sob um mesmo teto. O primeiro seria de origem nórdica e o segundo de origem mediterrânea (Saia,1958, p. 51).



Ao lado, planta da fábrica do engenho *Aurora*, em Vicência. Levantamento de Manoel Bandeira, em 1961.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.
Abaixo, fábrica de engenho pernambucano movido a água, segundo quadro seiscentista de Frans Post (detalhe).



Fábrica sobre arcos, de alvenaria de tijolos, de engenho pernambucano, segundo quadro de Frans Post.

Por ocasião da ocupação holandesa em Pernambuco, não teria havido modificações substanciais no *partido aberto* encontrado.

A adoção de um dos tipos de partido se explicaria pela diversidade das condições financeiras dos senhores de engenho. Assim, os pequenos proprietários teriam optado pelo *partido fechado* e os grandes, pelo *partido aberto* (Gama, 1983, p. 248). Esta tese se confirma quando se trata dos engenhos situados em São Paulo e no Rio de Janeiro (Campos), mas não é válida para os engenhos baianos do século XIX nem para os engenhos pernambucanos do século XVII.

No caso de Pernambuco, a explicação para a freqüência do *partido aberto* pode ter sido o absenteísmo dos senhores de engenho, isto é, eles não tinham residência fixa nas suas propriedades rurais.

A prática predominante em Pernambuco até meados do século XIX foi a de abrigar, sob um mesmo telhado, a moenda e as caldeiras. A totalidade dos quadros e gravuras holandesas, sem exceção, documenta esse arranjo. A purga e o encaixotamento geralmente ocorriam em outro edifício próximo.

Domingos Loreto Couto, em 1757, descrevendo um engenho pernambucano, refere-se também às suas dimensões;

para esta grande fabrica he necessaria huma casa que tenha ao menos cem palmos em quadra; desses sessenta são para circular a Bolandeyra; e os quarenta para se recolherem as canas. Contigua está outra casa da mesma grandesa, chamada de caldeiras e oito taixas, ficando outra parte para se assentarem as formas (Couto, 1981, p. 174). *Casa* significa, neste caso, compartimento e não um edifício autônomo. O mesmo Couto, referindo-se à casa de purgar a considera *muito espaçosa* sem, no entanto, citar suas dimensões .

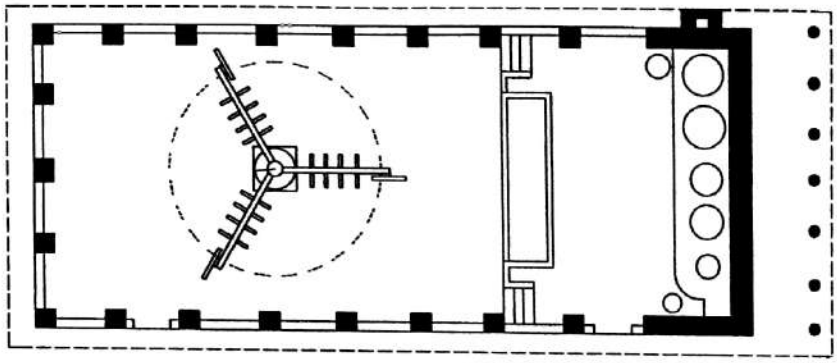
Era natural que as casas de purgar fossem maiores do que as casas de moenda e caldeiras pois enquanto nestas a cana passava pouco tempo; naquelas, o mel deveria permanecer por vários dias, submetendo-se ao processo de clarificação para posterior encaixotamento.

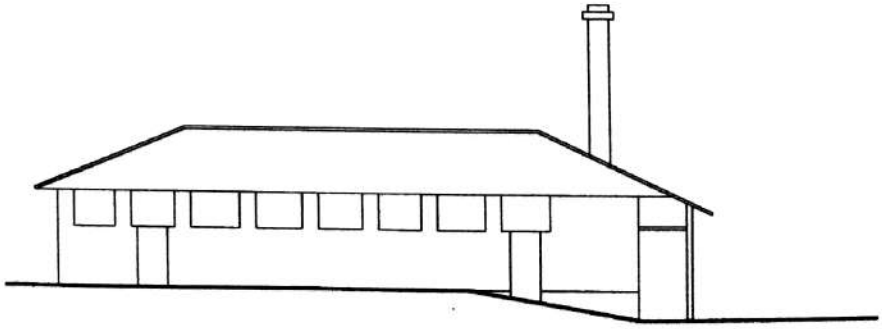
A relação entre as dimensões da casa de purgar e a de moenda/caldeiras pode ser ilustrada pela descrição que Antonil fez, em 1711, do enorme engenho baiano de *Sergipe do Conde*. Segundo essa descrição, a casa de purgar tinha *quatrocentos e quarenta e seis palmos* de comprimento, o que significa mais de duas vezes e meia os *cento e noventa e três palmos* de comprimento das casas de moenda/caldeiras. Ambos os edifícios tinham a mesma largura de *oitenta e seis palmos* (Antonil, 1976, p. 127-8).

A prática de abrigar a moenda e as caldeiras num mesmo teto persistiu em Pernambuco e foi registrada por um viajante francês, no século XIX, referindo-se ao engenho *Salgado* (Tollenare,1978, p. 44).

Essa mesma disposição seria verificada trinta anos mais tarde por outro francês, dessa vez um engenheiro, que efetuou um levantamento da planta e de uma fachada de um desses edifícios e o descreveu com minúcias, observando que

o telhado é sustentado por pilares cujos intervalos não são fechados senão até dois metros de altura aproximadamente. Esses pilares de secção quadrada são em geral de tijolos e nas dimensões transversais correspondem a um tijolo colocado ao comprido. Quanto aos enchimentos, são paredes de tijolos de 22 centímetros de espessura da espécie daquelas que chamamos de paredes singelas ou simples paredes de barro, feita à maneira de nossas construções de taipa e que resistem perfeitamente.





Fábrica de engenho pernambucano, segundo L. L. Vauthier.
Fonte: *Revue de L' Architecture et des Travaux Public*, 1853.

O que chamou mais a atenção do engenheiro francês foi o vigamento do telhado constituído de tesouras reduzidas à sua expressão mais simples, isto é, *duas pernas ligadas à meia altura por um tirante.* Ainda segundo Vauthier, *o pendural falta e as duas pernas se cruzam ligeiramente na parte superior para sustentar a cumeeira. A cada uma das tesouras corresponde um pilar e as extremidades das pernas repousam em um frechal contínuo. As tesouras dos rincões por sua vez não são complicadas. São pernas presas por amarrações às tesouras mais próximas e a única precaução que se toma é amarrar os frechais de ângulo por uma travessa diagonal para que resistam melhor ao empuxo* (Vauthier, 1975, p. 90). Ainda segundo o mesmo autor, esse tipo de estrutura seria muito freqüente na região.

A única modificação introduzida nesse sistema foi a introdução de uma segunda linha horizontal ao nível dos frechais para absorver integralmente os empuxos oblíquos, corrigindo o sistema registrado por Vauthier.

A fábrica, levantada por Vauthier, mede aproximadamente 20 m de comprimento por 7 m de largura e, tendo uma moenda movida a animais, é semelhante ao engenho pernambucano da *Torre*, cujo desenho foi registrado por Henderson em 1821.

Fábricas com moendas movidas a animais chegaram até nosso século, como documentou Manoel Bandeira em 1961, levantando o engenho *Aurora*, em Vicência, município da Região da Mata Norte de Pernambuco. Neste caso, a planta da fábrica é em "L" e incorpora a casa de purgar.

O tipo linear para as plantas das fábricas foi muito freqüente no século XIX, a ponto de ser especificado numa escritura de contrato para construção do engenho *Utinga de Baixo*, em Pernambuco, em 1849. Segundo este contrato, o comprador se obrigava a

levantar um engenho de moer Cannas em pilares, sendo o mesmo obrigado a fazer as obras seguintes: Caza de Engenho com secenta palmos de frente e cincoenta de fundo.Caza de Caldeiras com quarenta palmos de frente e cincoenta de fundo, Caza de Purgar com cento e quarenta palmos e cincoenta de fundo, telheiro para cobrir a Roda, com seis palmos de frente e a largura que for preciso (...) sendo o encaixamento incluído no fim da Caza de Purgar, tendo os pilares quatro palmos de largura e altura de dezeceis palmos craveiros... (Cavalcanti, Orlando Juiz).

O fato de todas as *cazas* terem a mesma largura de cinqüenta palmos sugere a continuidade desses compartimentos, o que seria confirmado num outro contrato semelhante, datado de 1860, para construção do engenho *Cidade de Paris*, em terras desmembradas do engenho *Arariba do Pimentel*, em Pernambuco. De acordo com o contrato, o engenho deveria conter as seguintes obras:

Casa para engenho, caldeira e purgar, levantadas numa só cumieira, e sob pilares de tijolo corrido, toda rebocada, tendo 50 palmos de largura e 212 de comprimento, coberta de telha e madeira corrida toda esta obra com 9 tesouras e 2 tacaniças (...). Casa para bagaço coberta de telha levantada como o mesmo material sobre pilares rebocados e madeira lavrada tendo 100 palmos de comprimento e trinta de fundo, roda d'água de madeira de amarelo ou sapucaia bem construída... (Cavalcanti, O. J.). As grandes dimensões da casa para bagaço indicam o uso deste como combustível e a diferença das larguras sugere a construção de dois edifícios isolados.

De uma maneira geral, a arquitetura da fábrica pouco se modificou através dos séculos, constituindo-se num despretensioso abrigo para os equipamentos de produção do açúcar. O *lay-out* da fábrica e as limitações da técnica construtiva definiram o partido do edifício.

Devido a esse *realismo funcionalista*, no dizer de Ruy Gama, o interesse pela arquitetura desses edifícios se restringe aos sistemas construtivos ali empregados.

Provavelmente, a partir do início do século XIX, algumas modificações se processaram nos tipos de planta, em função da divulgação dos progressos técnicos alcançados nas Antilhas.

Em 1801, Frei Mariano da Conceição Veloso traduz o livro de Dutrôme de La Couture e publica no Brasil o seu manual, onde recomenda novas plantas de fábrica em forma de "T", *visando adaptação às inovações no fabrico de açúcar e da disciplina de trabalho* (Gama, 1983, p. 256).

O estágio de desenvolvimento da manufatura do açúcar nas Antilhas havia se adiantado de tal forma em relação ao Brasil que o francês Tollenare, estando em Pernambuco em 1816, sugeria, para o estabelecimento de um engenho a *conveniência de fazer vir das Antilhas alguns bons operários* (Tollenare, 1978, p.186).

Com a emergência das máquinas a vapor, no século XIX, os partidos das fábricas foram condicionados pelos manuais técnicos dos produtores franceses e ingleses de moendas. Contudo, esses manuais se

caracterizavam por uma certa liberalidade em relação às plantas das fábricas, deixando aos senhores de engenho essa definição, embora recomendando a funcionalidade dessa mesma planta, contemplando, inclusive, a possibilidade de fiscalização eficaz de todas as fases da produção.

Evidentemente, o tipo linear é o que menos se presta para a supervisão, por parte do proprietário ou do seu administrador, de todas as tarefas desenvolvidas na fábrica devido às grandes distâncias que separavam funções distintas. Algumas fábricas de planta mais compacta, no século XIX, eram providas de um lugar, geralmente central e em piso mais elevado, destinado ao acompanhamento visual dessas tarefas.

A instalação de *engenhos centrais,* no terceiro quartel do século passado, e, logo depois, das *usinas,* ambos complexos industriais de enormes dimensões, determinaram o início da decadência dos pequenos engenhos e interromperam um lento e contínuo processo de racionalização do uso dos espaços internos de suas fábricas.

Tipologia

Nas propriedades rurais que foram engenhos em Pernambuco, existem somente seis edificios que foram senzalas, isto é, habitações de escravos.

A escassez de edificios desse tipo se deve à fundação da grande maioria dos engenhos remanescentes após a abolição da escravatura e à fragilidade do material com que foram construídos.

Por outro lado, o tipo de edificio registrado no século XIX sobreviveu à abolição da escravatura e foi reproduzido como habitação de homens livres em engenhos mais recentes e em conjuntos de habitação de operários das modernas usinas, com modificações que se restringem a pequenos acréscimos no número e nas dimensões dos compartimentos.

Não há variedade de tipos de senzala. O que difere umas das outras é a distância que as separa da casa-grande. Algumas são muito próximas, quase contíguas, e outras mais distantes, confirmando a hipótese de terem existido, em alguns engenhos pernambucanos, duas senzalas, como registrou Cícero Dias ao desenhar a planta de situação do engenho *Noruega,* ilustrando *Casa-Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre.

O único tipo encontrado se constitui de uma série de cubículos contíguos em linha com um alpendre comum ao longo de todo o edificio e cobertos com um mesmo telhado de duas águas.

A técnica construtiva é a de taipa de pau-a-pique ou alvenaria de tijolos maciços.

Os vãos entre as paredes são de aproximadamente três metros. A estrutura de coberta resume-se a terças de madeira apoiadas nas paredes, caibros roliços e ripas de embira. O seu recobrimento é sempre em telhas de barro tipo canal.

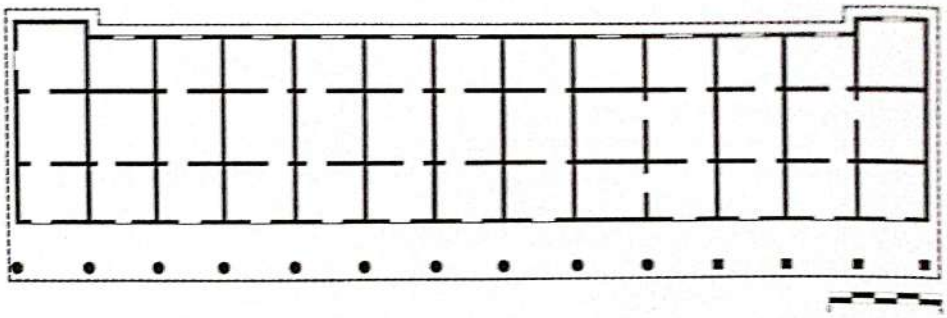
Essa mesma estrutura de coberta se estende ao alpendre suportado por colunas de alvenaria de secção circular.

Em alguns casos, os cubículos são subdivididos em dois ou três compartimentos, mas o partido de planta se mantém.

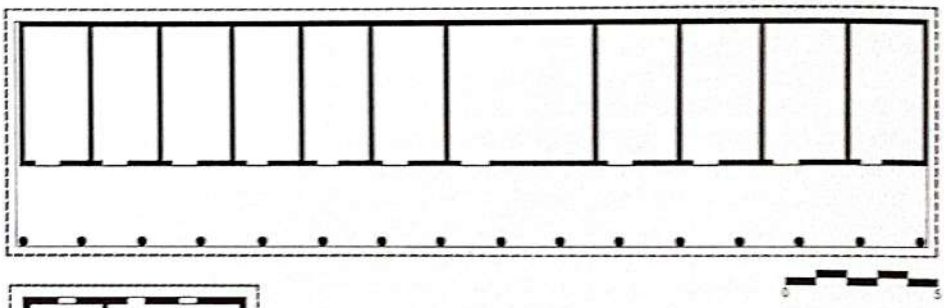
Nenhuma das prováveis antigas senzalas remanescentes é dotada de compartimento sanitário ou de cozinha.

Senzala do engenho *Jurissaca,* no Cabo de Santo Agostinho.

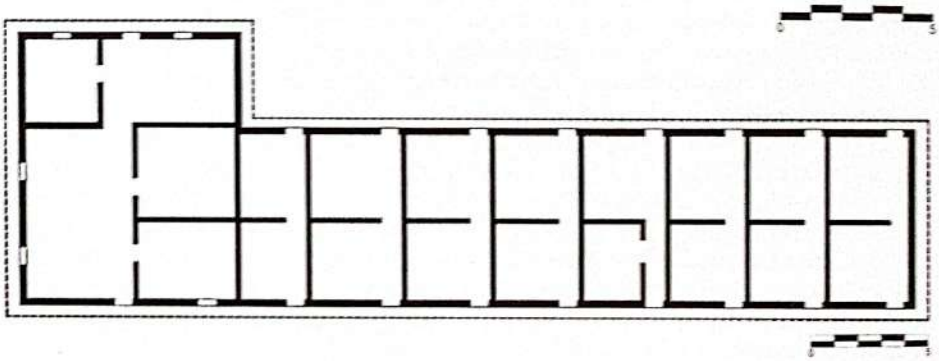
Planta da senzala do engenho *Jurissaca*.
Fonte: FIDEM.



Planta da senzala do engenho *Matas*.
Fonte: FIDEM.



Planta da senzala do engenho *Uruaé*.
Fonte: FIAM.



Senzala do engenho *Tinoco*, em Rio Formoso.

De cima para baixo, senzalas dos engenhos *Santa Cruz*, no Rio Formoso; *Uruaê*, Condado; *Matas*, no Cabo de Santo Agostinho.

Senzala do engenho *Coimbras*, no Cabo de Santo Agostinho.

Origens

As fontes bibliográficas e iconográficas da ocupação holandesa de Pernambuco, no século XVII, não revelam a existência de qualquer tipo de edifício que se destinasse especificamente à habitação dos escravos.

No entanto, os holandeses, que conheceram o *quilombo* dos Palmares, fazem referências às casas dos escravos fugidos, descrevendo-as como *choças numerosas mas de construção ligeira, feitas de ramos de capim* (Barlaeus, 1980, p. 253). Neste caso, naturalmente, os ex-escravos não viviam em condições ideais, apreensivos com a iminência do ataque de seus antigos senhores; fora de seu habitat de origem e sem recursos, não estavam obrigatoriamente reproduzindo as suas formas de morar na África ou nos engenhos de onde haviam escapado.

Algumas décadas mais tarde, em 1663, o regimento do feitor-mor do engenho de João Fernandes Vieira, em Pernambuco, continha algumas recomendações específicas tais como *ir todas as manhãs pelas casas dos negros (...) fazer-lhes ter suas casas barridas, com seus jiraus e esteiras de agasalho para dormirem*. Esse mesmo documento contém expressões como *senzalas dos negros*, sem esclarecer se era uma referência às suas casas isoladas ou a um edifício que as reunisse (Vieira, 1981, p. 259).

Não há registros de senzalas em Pernambuco no século XVIII.

Na Bahia, no mesmo período, os escravos, em diferentes engenhos, habitavam casas isoladas ou edifícios reunindo várias unidades (Schwartz, 1988, p.125).

Somente em 1812, com o inglês Henry Koster, que residiu em Pernambuco, reaparecem registros da habitação de escravos. Descrevendo um engenho, Koster afirma que, por detrás da casa de

vivenda do proprietário, *os negros haviam feito suas cabanas de barro e palha de coqueiros* (Koster, 1978, p. 281).

Tudo indica que essas cabanas eram isoladas. A técnica construtiva provavelmente era a de taipa de pau-a-pique, introduzida no Brasil pelos africanos (Ribeiro, s.d. p. 45).

A questão da técnica construtiva utilizada nas senzalas está ligada à própria função desses edifícios. Se as senzalas eram concebidas como casas, depósitos ou prisões, sua construção deveria se adequar a essas funções. Assim, para que fossem consideradas casas teriam de ter um mínimo de conforto, o que poderia se traduzir em dimensões maiores para os seus compartimentos; se eram prisões, a segurança deveria ditar a técnica construtiva a ser empregada.

Por toda a história da produção de açúcar em Pernambuco, não há evidência de normas rígidas de segurança aplicadas à construção de senzalas. Todavia, o francês Tollenare, em 1816, referindo-se ao engenho *Salgado*, em Pernambuco, afirma que sua *senzala de pedra e cal, com um bonito alpendre é a única no gênero em toda a capitania. De ordinário os negros habitam as cabanas de taipa.* O mesmo Tollenare, em outra nota datada do mesmo ano, aparentemente se contradiz com suas generalizações, quando afirma só ter visto boas senzalas no engenho *Salgado*, mas que *por toda a parte são em pedra e cal e bem cobertas* (Tollenare,1978, p. 44 e 63).

A imprecisão das generalizações de Tollenare é compensada pela minuciosa descrição que faz das senzalas do engenho *Salgado*, onde se percebe que o termo designa cada uma das habitações conjugadas e que

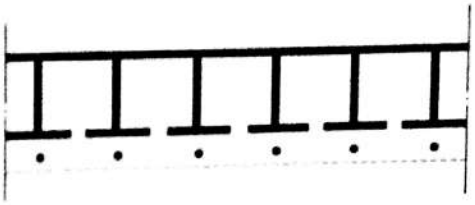
têm dez pés de largura sobre quinze de fundo com uma divisão interior, o que forma quase dois quartos. Têm uma porta, fechando à chave sobre o alpendre e um óculo que deita para o campo a fim de haver ventilação. O ladrilho está a dois pés acima do nível do solo adjacente, o que as torna mais salubres do que as habitações dos camponeses franceses.

Em linhas gerais, a descrição de Tollenare é semelhante à de um outro francês, o engenheiro Vauthier, que se refere à senzala de um engenho pernambucano como *um comprido telheiro que se prende à casa-grande*, com uma *multiplicidade de portas baixas e estreitas, as paredes de barro desmoronando aquí e acolá, trapos dependurados nos esteios que sustentam o telhado e formam, na frente da construção, uma pequena galeria coberta.*

Vauthier não generaliza quanto aos tipos de senzala, mas descreve o sistema construtivo da que viu com o rigor técnico natural de um engenheiro, como é possível constatar:

A terra nua constitui o seu piso. As dimensões de cada cubículo nunca ultrapassam 3 metros e meio. A porta, que abre para a galeria externa, é a única abetura que foi prevista. As paredes são de pau-a-pique; pequenas estacas de madeira com casca, de 5 a 6 centímetros de diâmetro suportam uma série de peças horizontais formando quadrados de 20 a 25 centímetros de lado, cheios de barro grosseiramente alisado pela parte de fora. Nenhum reboco protege esse enchimento por isso a ação das chuva e do calor logo o deteriora e provoca ali aberturas suplementares por onde entra no cubículo um pouco de ar e frescura. Cada um desses compartimentos estreitos contém, quer uma família inteira, quer dois ou três celibatários (Vauthier,1975, p. 91).

Tudo indica que os edifícios das senzalas eram precários sob os pontos de vista de conforto, durabilidade e segurança. Provalmente, eles eram reconstruídos, como está claro na escritura de arrendamento do engenho *Dourado*, no município pernambucano de Ipojuca, lavrada em 1863, onde se lê que se *fará uma senzala com as proporções da que já existe com treze portas, cujas telhas e portas são as mesmas existentes na senzala velha que será demolida* (Cavalcanti, O. J.).



Planta típica de senzala de um engenho pernambucano, segundo L. L. Vauthier.
Fonte: *Revue de l'Architecture et des Travaux Publics*, 1853.

Uma outra característica freqüente nas senzalas dos engenhos pernambucanos é a sua proximidade da casa-grande. No *plano geral* de um engenho apresentado por Vauthier, a senzala se desenvolve em forma de "L" com sua *perna* menor ligada à casa-grande. A disposição da senzala contígua à casa-grande pode ter sido muito comum em Pernambuco pois algumas chegaram a nossos dias .

É possível que tenham existido duas senzalas em engenhos pernambucanos, uma para os escravos encarregados pelas tarefas da casa-grande e outra para os escravos envolvidos na agricultura e na produção do açúcar, como no engenho *Noruega,* já citado.

Há duas hipóteses sobre a origem desse tipo de edifício.

A primeira, sem qualquer indício bibliográfico, é a de que tenha sido criado pelos proprietários rurais no Brasil colonial ou pelos donos de culturas agrícolas congêneres e contemporâneas em outras colônias na América. A propósito, é sabido que em Cuba os escravos moravam originalmente em choças, isoladas, de palha, mas, no século XIX, sua habitação típica eram os *barracones,* enormes construções térreas, em quadra e com pátio interno descoberto. Cada um dos edifícios que formava a quadra tinha o mesmo partido identificado por Vauthier em Pernambuco, com seus alpendres voltados para o pátio interno. Os engenhos cubanos que possuíam os citados *barracones* eram de grandes dimensões, às vezes com 600 escravos e os naturais problemas de segurança, o que pode justificar o partido em quadra fechada (Fraginals, 1989, p. 87-89).

A segunda seria a origem do edifício da senzala em uma das culturas africanas. Os escravos vendidos para os senhores de engenho pernambucanos e brasileiros provinham de várias regiões da África, com costumes, línguas e forma de habitar diferentes. Uma dessas culturas, a *iorubá,* possuía um tipo de casa com uma singular estrutura; *o corpo do edifício compreendia uma série de pequenas casas de 2,6 a 3,3 metros de comprimento por 1,3 a 1,6 metros de largura. Estas casas estavam ligadas por uma varanda, por pilares de terra ou de madeira ou ainda por um muro entrecortado por intervalos, para dar passagem ao ar e à luz. As casas estavam alinhadas formando mais ou menos um retângulo; o pátio ficava no meio. Uma única porta de entrada, nenhuma janela para o exterior por medo dos ladrões* (Cunha, M., 1985, p. 57).

Segundo esse mesmo autor, as casas poderiam se dispor em retângulos, com pátio interno, formando um "L" ou em unidades isoladas. Esta última ocorrência viria a ser o tipo encontrado por todo o Brasil no período colonial e imperial.

Nessa segunda hipótese, também não existe qualquer documento que comprove a intencionalidade de reprodução de um fragmento da cultura africana em terras pernambucanas.

Tipologia

As casas-grandes dos engenhos de açúcar de Pernambuco nunca foram estudadas sistematicamente.

Para o ilustre pesquisador norte americano Robert Smith, a casa do senhor de engenho, no período colonial, *era mal construída, tinha pouca originalidade e se confundia com outras casas rurais das outras regiões do país* (Smith,R., 1940, p. 37). Na realidade, são raríssimas as casas desse período que chegaram ao nosso século e o seu registro iconográfico mais significativo se deve aos holandeses que ocuparam Pernambuco no século XVII. A expressiva maioria de casas referidas em estudos conhecidos foi construída no século passado.

Gilberto Freyre, sem caracterizar uma tipologia arquitetônica, refere-se à casa-grande brasileira como *uma interpretação sociológica de surtos arquitetônicos cujo aparecimento não está ligado a nenhuma tradição ilustre de arquitetura* (Freyre,1984, p. 19).

A diversidade morfológica dos exemplares ainda existentes em Pernambuco e das casas cuja imagem ficou registrada ou descrita sugere a sua tipologia.

A classificação tipológica das casas-grandes foi definida tomando como marco inicial a iconografia holandesa do século XVII, sem dúvida a mais antiga documentação sobre as casas de vivenda dos senhores de engenho pernambucanos. Assim, o universo de casas classificadas é composto também de exemplares que não mais existem. Essa classificação é eminentemente morfológica e, em segundo lugar, cronológica, ressalvando-se a persistência de alguns tipos através de séculos, com ligeiras modificações.

A preocupação fundamental foi com a identificação de tipos e não com ocorrências excepcionais. Para cada conjunto de características essenciais morfológicas de um tipo, admite-se variantes que, em geral, são respostas temporais às exigências funcionais. Por isso os tipos, como tais, comportam uma limitada metamorfose dentro de um conjunto de linhas mestras de concepção e composição arquitetônicas.

Assim foi possível classificar os tipos em 9 grupos.

O grupo **I**, chamado de casas *nortenhas*, devido à sua semelhança com as casas rurais do norte de Portugal, tem as seguintes características básicas: dois pavimentos; pavimento superior sustentado por esteios de madeira ou por colunas de alvenaria de tijolos; paredes em taipa de pau-a-pique, alvenaria de tijolos ou adobe; planta retangular; coberta em telha de barro, em quatro águas, sobre estrutura de madeira; prolongamentos eventuais de uma ou mais dessas águas para abrigar cômodos salientes e pisos do pavimento superior em pranchas de madeira sobre vigas do mesmo material.

Este grupo comporta três subdivisões:

IA - É provavelmente o mais antigo dos tipos identificados. O edifício parece provisório, e pode tê-lo sido, considerando-se as circunstâncias do seu surgimento. Os primeiros engenhos, na várzea do Rio Capibaribe, próxima ao Recife, não precisavam possuir casas sólidas nem grandes pois seus proprietários residiam na cidade. Daí as observações dos holandeses sobre o pouco caso que os portugueses faziam de suas vivendas, privilegiando as fábricas.

Além das características básicas do grupo, as casas teriam: varandas entaladas no meio da fachada principal do pavimento superior ou em uma de suas extremidades; pavimento térreo total ou parcialmente vazado e escada interna.

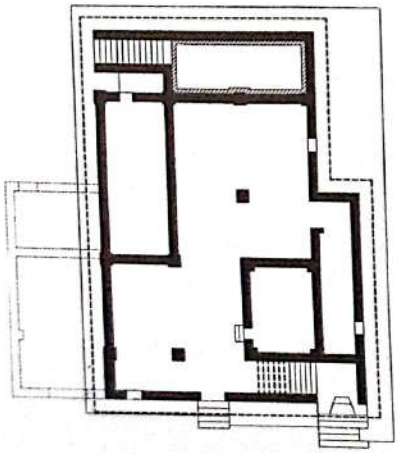
Não existe remanescente algum deste tipo. Sua existência é apenas sugerida pela documentação iconográfica holandesa do século XVII.

IB - Este tipo só difere do anterior pelo aparecimento de uma torre justaposta à casa. A torre era mais alta do que a casa, tinha planta quadrada e era coberta com o mesmo material da casa, isto é, telhas de barro em quatro águas. Sua estrutura portante era constituída de esteios de madeira e suas paredes em tijolos ou em taipa de pau-a-pique.

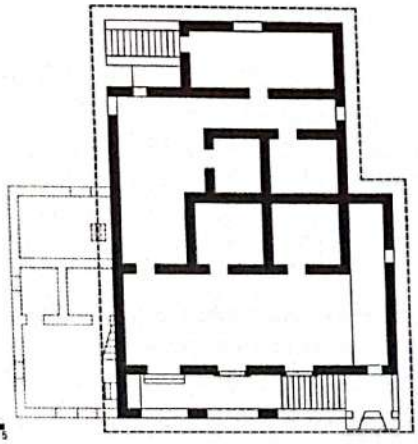
Não existe remanescente algum deste tipo. Sua existência é sugerida pela iconografia holandesa do século XVII.

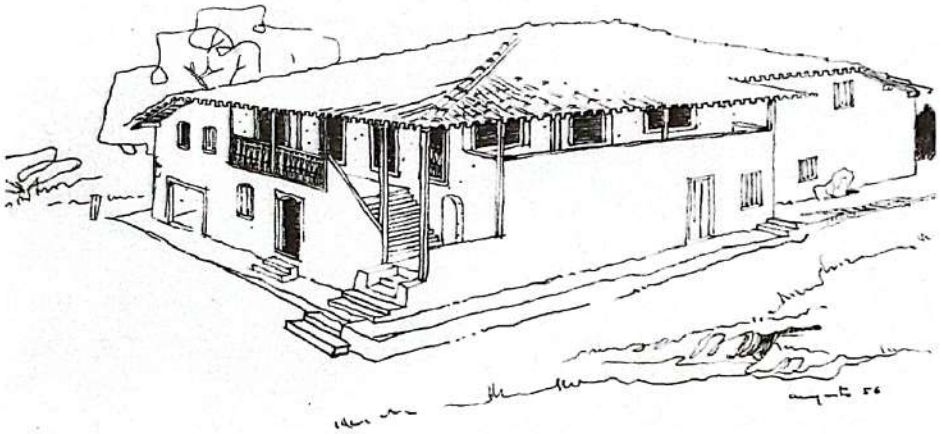
Casa-grande, balaústre e plantas do engenho *Passassunga*, em Bom Jardim.
Fonte, fotos: Fundação Joaquim Nabuco.
Plantas: IPHAN.

Pavimento térreo



Pavimento superior



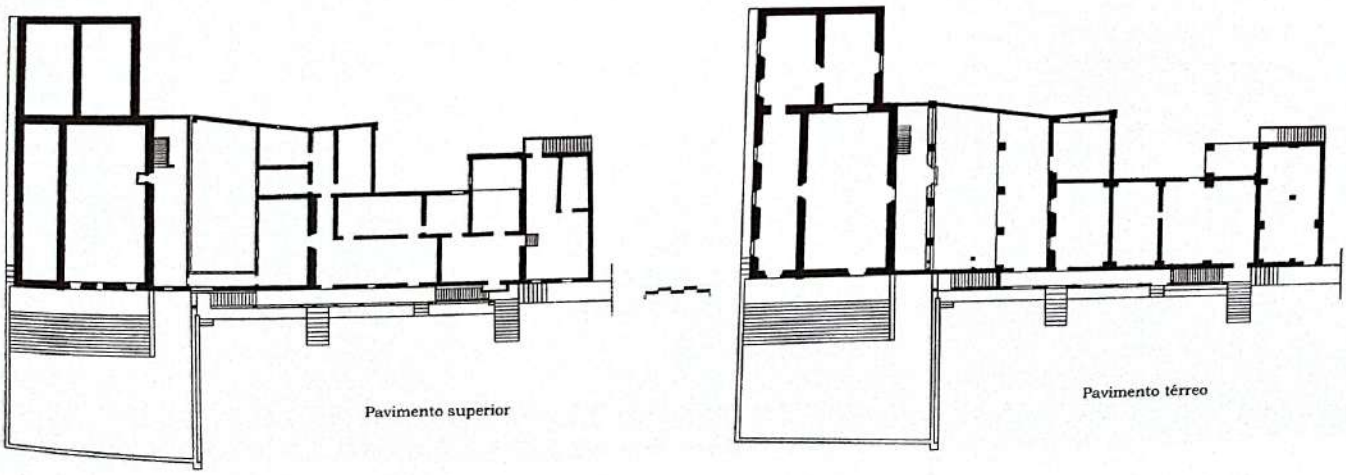


Casa-grande do engenho *Passassunga*, segundo desenho do arquiteto Augusto Reynaldo, em 1956.
Fonte: IPHAN.

IC - Este tipo tem como marca a escada externa dando acesso a uma pequena varanda ao longo da fachada principal. Essa escada é parcial ou totalmente coberta pelo prolongamento de uma das águas do telhado da casa. Essa característica foi notada por mais de um viajante estrangeiro no século XIX, o que pode sugerir a sua freqüência neste período e no século anterior, de quando datam os exemplares remanescentes, o engenho *Passassunga*, em Bom Jardim, e o engenho *Poço Comprido*, em Vicência.

Ambos têm seus pavimentos térreos fechados, mas é possível que tenham sido abertos originalmente e sejam de construção recente as paredes que ligam os pilares de tijolos que sustentam o pavimento superior. Assim, o espaço do rés-do-chão teria sido usado com muita versatilidade, o que vem a ser uma característica desse grupo de tipos.

Capela e casa-grande do engenho *Poço Comprido*, em Vicência.
Abaixo, plantas do mesmo engenho.
Planta: IPHAN.

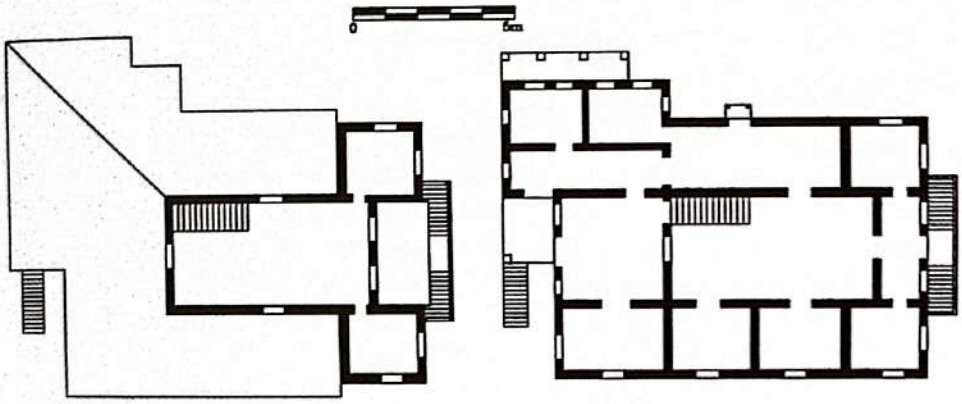


Alpendre da casa-grande (acima) e pátio interno que separa a capela da casa-grande (acima, à direita) do engenho Poço Comprido.

Casa-grande do engenho *Megaípe*, em Muribeca.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

As casas que formam o grupo **II** são as *Casas de Torres*. Diferentes das casas do tipo **IB**, essas casas tinham duas torres incorporadas a cada uma das extremidades da fachada principal, dois pavimentos, eram construídas em alvenaria de tijolos ou de pedra e os seus telhados se desenvolviam em mais de um volume piramidal. Fazem parte deste diminuto grupo as casas retratadas por Frans Post em dois quadros seiscentistas e a casa-grande do engenho *Megaípe*.

Fachada principal e plantas da casa-grande do engenho *Megaípe*.
Foto: Fundação Joaquim Nabuco.
Plantas: Saia, L. 1958.



Pavimento superior

Pavimento térreo

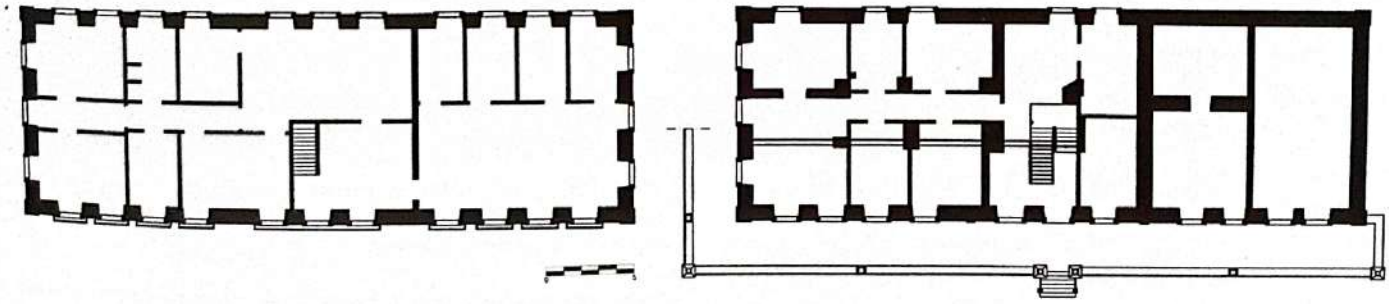
O grupo **III** constitui-se de *solares*, por sua semelhança com as casas rurais e urbanas de Portugal, que se reproduziram sem modificações substanciais desde o século XVII ao XIX.

As suas características básicas são: dois pavimentos; sistema construtivo dos elementos portantes em alvenaria de tijolos ou de pedra; planta retangular; estrutura de coberta em madeira e recobrimento em telhas de barro; telhado em quatro águas e eventuais prolongamentos para cobrir cômodos salientes e pisos do pavimento superior em tábuas apoiadas em vigamento de madeira.

Plantas da casa-grande do engenho *Morenos*, em Morenos.
Levantamento do autor e de Sônia Calheiros.

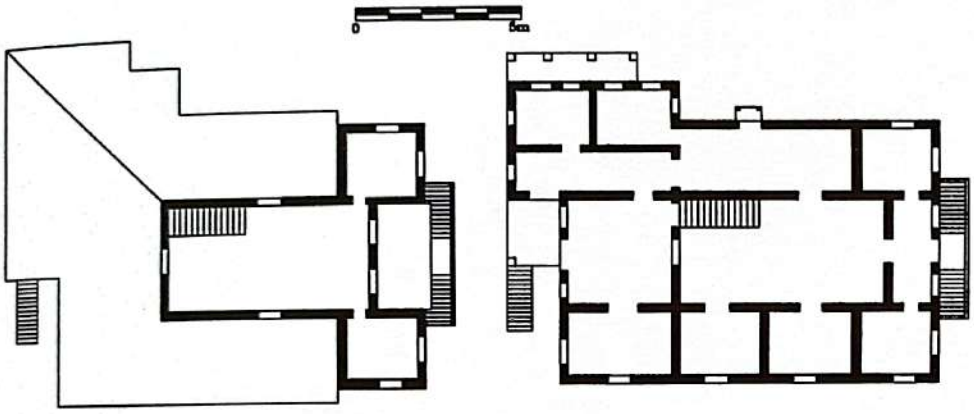
Pavimento superior

Pavimento térreo



IIIA - Os edifícios do primeiro tipo deste grupo aparecem também na iconografia holandesa do século XVII e têm, além das básicas, as seguintes características: escada interna; raros e pequenos alpendres, mais parecendo acréscimos, e pavimento térreo menor que o superior quando situados em meias encostas.

Fachada principal e plantas da casa-grande do engenho *Megaípe*.
Foto: Fundação Joaquim Nabuco.
Plantas: Saia, L. 1958.



Pavimento superior

Pavimento térreo

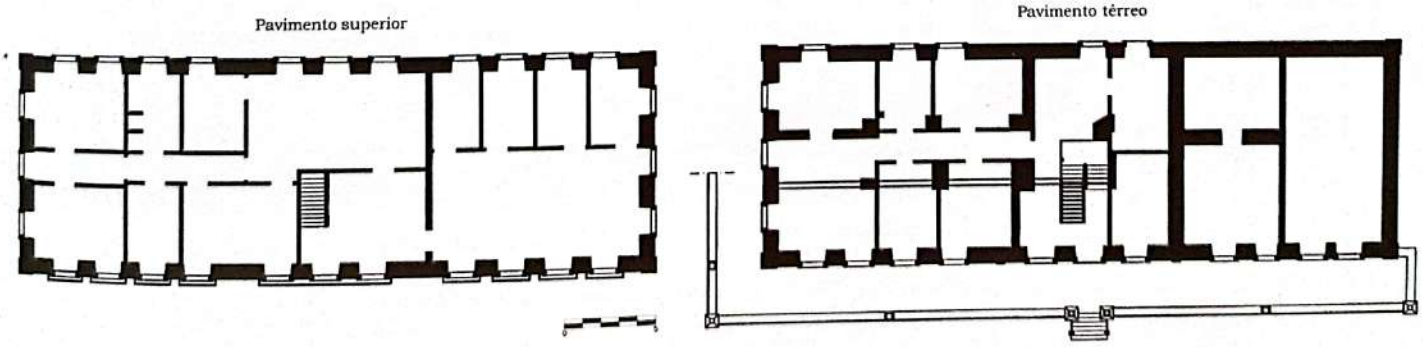
O grupo **III** constitui-se de *solares*, por sua semelhança com as casas rurais e urbanas de Portugal, que se reproduziram sem modificações substanciais desde o século XVII ao XIX.

As suas características básicas são: dois pavimentos; sistema construtivo dos elementos portantes em alvenaria de tijolos ou de pedra; planta retangular; estrutura de coberta em madeira e recobrimento em telhas de barro; telhado em quatro águas e eventuais prolongamentos para cobrir cômodos salientes e pisos do pavimento superior em tábuas apoiadas em vigamento de madeira.

Plantas da casa-grande do engenho *Morenos*, em Morenos. Levantamento do autor e de Sônia Calheiros.

Pavimento superior

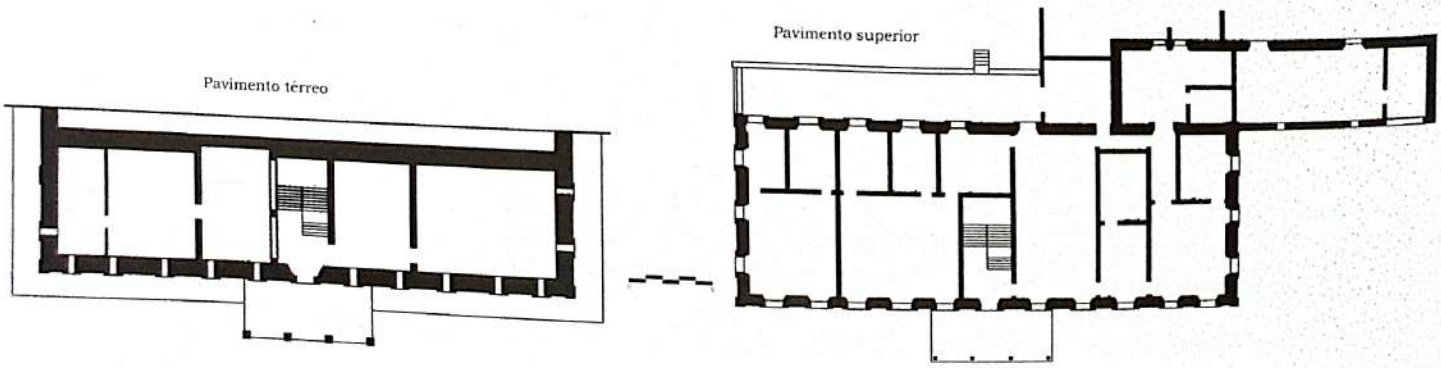
Pavimento térreo



IIIA - Os edifícios do primeiro tipo deste grupo aparecem também na iconografia holandesa do século XVII e têm, além das básicas, as seguintes características: escada interna; raros e pequenos alpendres, mais parecendo acréscimos, e pavimento térreo menor que o superior quando situados em meias encostas.

Casa-grande do engenho *Morenos*, em Morenos.

Casa-grande e plantas do engenho *Matapiruna*, em Escada.
Planta: FIAM.



Acima, à esquerda, casa-grande do engenho *Megaó-de-Baixo*, em Goiana; à direita, casa-grande do engenho *Riqueza*, em Amarají; **Fonte:** Fundação Joaquim Nabuco. Abaixo, à esquerda, casa-grande do engenho *Jurissaca*, no Cabo de Santo Agostinho, com alpendre mais recente; **Fonte:** Fundação Joaquim Nabuco. À direita, abaixo, casa-grande do engenho *Tabatinga*, em Vicência.

Autênticas casas-fortes, tiveram seu pavimento térreo destinado a depósitos, a se julgar pelo pequeno número de aberturas, às vezes como seteiras que podem também ter desempenhado importante papel na defesa. O grande número de seteiras no pavimento térreo de uma casa, que pode ter sido de um administrador holandês, reforça essa hipótese (Terwen, 1979).

A função desse pavimento mudou com o tempo e com as posses dos senhores de engenho. Assim, no século XIX, essa parte da casa era zona social como atestam as casas-grandes dos engenhos *Morenos* e *Limoeiro Velho*.

Desse tipo seriam, além das casas documentadas por Frans Post, as casas dos engenhos *Jurissaca*, no município do Cabo; *Riqueza*, em Amarají; *Juá*, em Tracunhaém; *Tabatinga*, em Vicência; *Morojó*, em Nazaré da Mata; *Limoeiro Velho* e *Matapiruna* (demolido), em Escada; *Megaó de Baixo*, em Goiana; *Moreno*, em Moreno; e *São Salvador* (demolido), em Jaboatão. À exceção do engenho *Jurissaca* e *São Salvador*, que podem ter sido erigidos nos séculos XVII ou XVIII, os demais são do século passado.

IIIB - Os edifícios deste tipo têm duas características específicas: implantados em meias encostas, seus pavimentos térreos são sempre menores do que os superiores e suas escadas são externas, levando a alpendres que podem se desenvolver ao longo de uma ou duas fachadas.

Somente as casas construídas em alvenarias são implantadas em meias encostas e neste caso os seus pavimentos parciais térreos invariavelmente se destinam a depósitos.

A este tipo pertencem as casas-grandes dos engenhos *Santa Cruz*, no município de Bom Jardim; *Tracunhaém*, em Itaquitinga; *Caraúba*, em Paudalho; *Timorante*, em Amaraji; e *Limeira*, em Aliança, todas construídas no século XIX.

Ao lado, casa-grande do engenho *Tracunhaém*, em Itaquitinga; abaixo, casa-grande do engenho *Limeira*, em Aliança; na outra página, acima, casa-grande do engenho *Caraúbas*, em Paudalho; e abaixo, casa-grande do engenho *Santa Cruz*, em Bom Jardim.

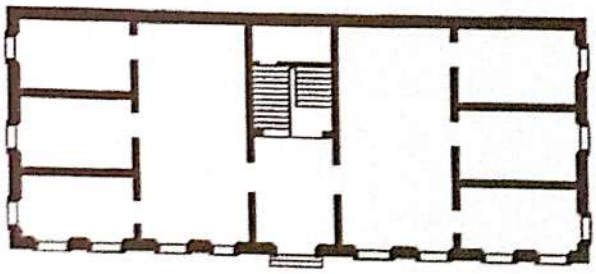
Casa-grande e plantas do engenho *Gaipió*, em Ipojuca. **Planta:** FIAM.

IIIC - Características: planta em "L"; implantação em meias encostas; dois pavimentos somente em uma das pernas do "L" e ausência de alpendres.

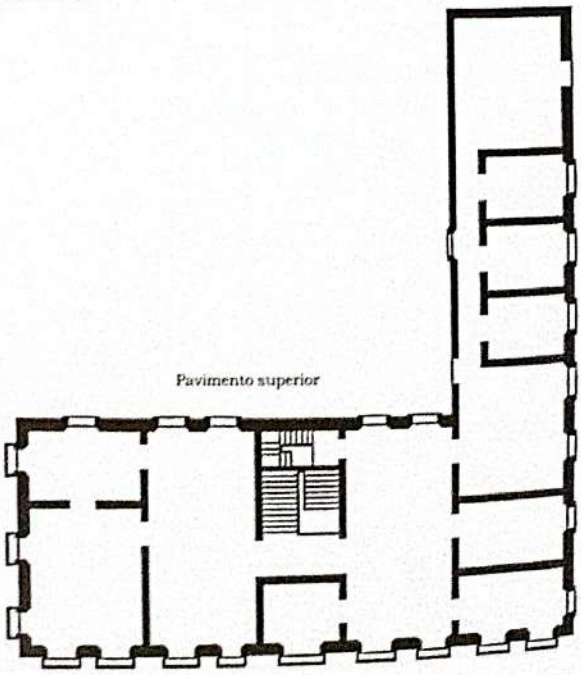
Na perna do "L"que fica na parte posterior da casa, onde só existe o pavimento superior, localizam-se a cozinha e demais dependências de serviço.

Neste caso, encontram-se as casas-grandes do engenho *Gaipió*, construída no século XIX, no município de Ipojuca, e do engenho *Noruega* (demolida), erigida no século XVIII.

Pavimento térreo

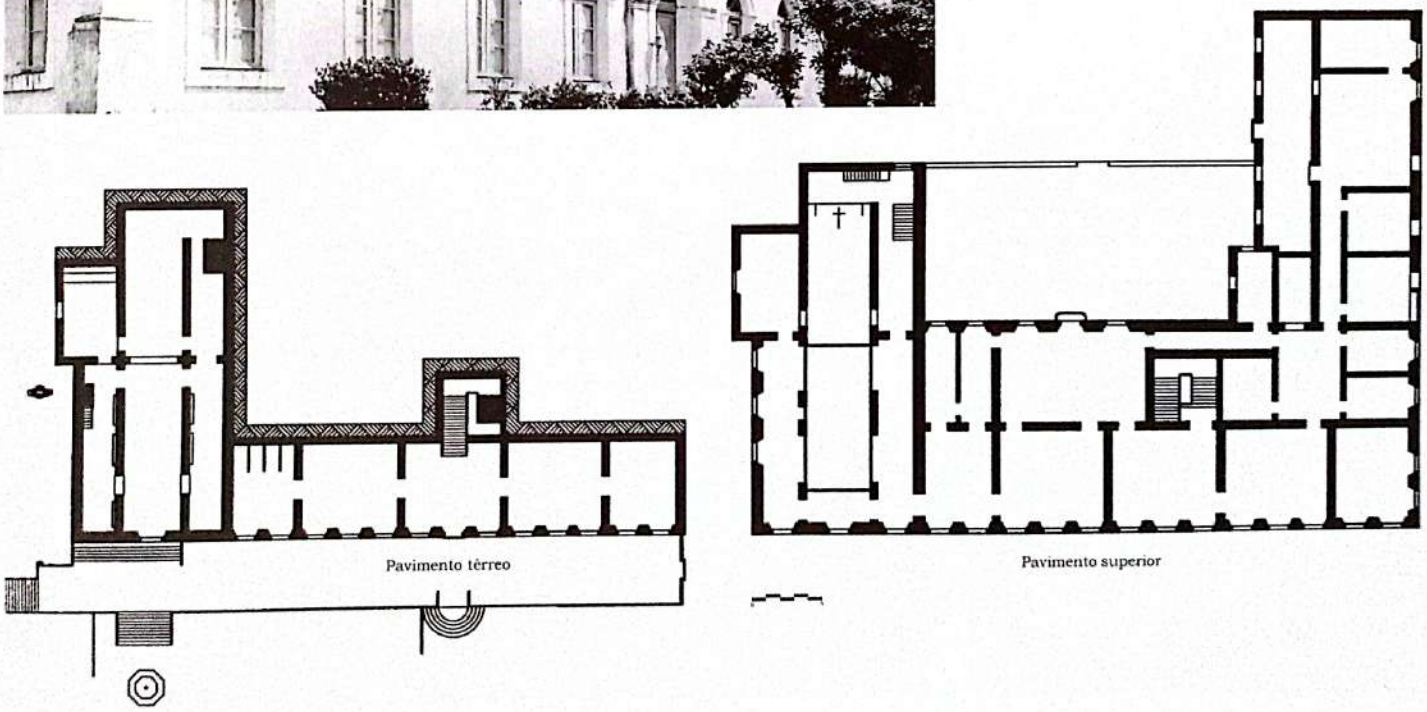


Pavimento superior



Fachada principal e trecho de fachada da casa-grande do engenho *Gaipió*, em Ipojuca.

Plantas da casa-grande e capela do engenho *Noruega*.
(Freyre, Gilberto, 1964).



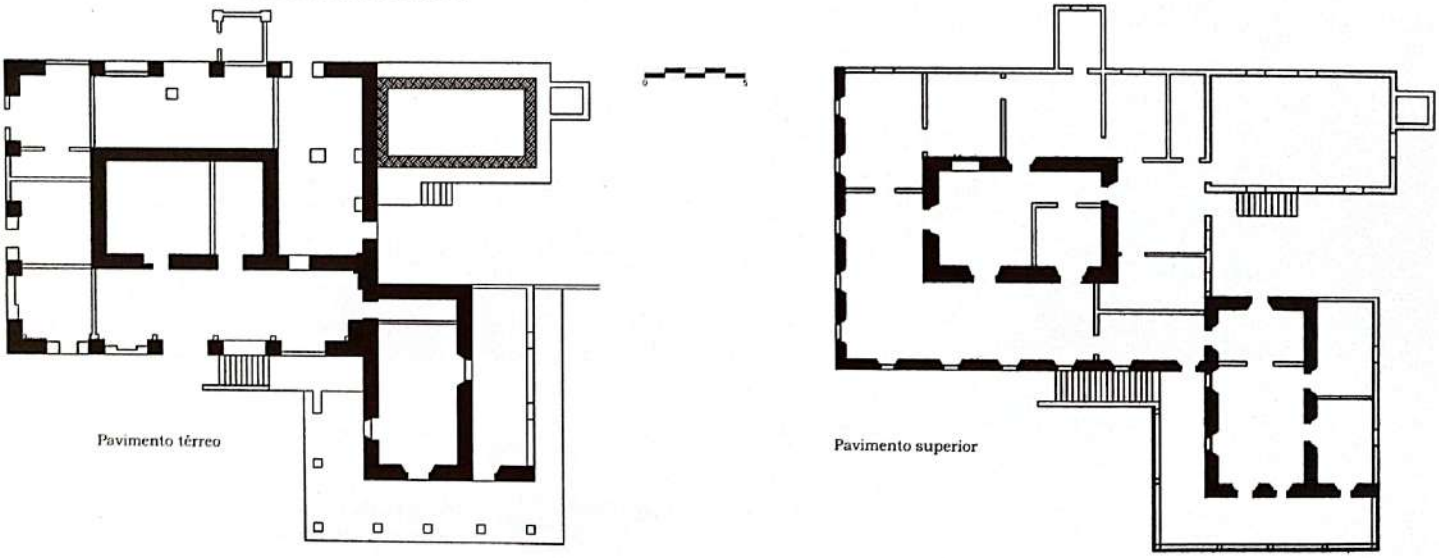
As casas que compõem o grupo **IV**, designadas como *sobrados sobre arcadas*, são pouco numerosas e têm, como características básicas: dois pavimentos; construção em alvenaria de pedra, tijolos, ou mista dos dois materiais; telhado em quatro águas ; piso do pavimento superior em tábuas apoiadas em vigas de madeira e as paredes do térreo vazadas, parcial ou integralmente, por arcos plenos.

IVA - Este é o mais antigo tipo de casas dentre as remanescentes. Sua característica, além das básicas, é ter um núcleo central retangular, em alvenaria de pedra, cercado por arcadas em três dos seus lados. A casa-grande do engenho *Gurjaú de Cima*, no município do Cabo, é o único exemplar existente deste tipo. Um engenho com essa denominação já existia ao tempo da invasão dos holandeses. Antes dos acréscimos que o desfiguraram, tinha o ar senhorial de um solar minhoto (Leão Filho, 1946, p. 91).

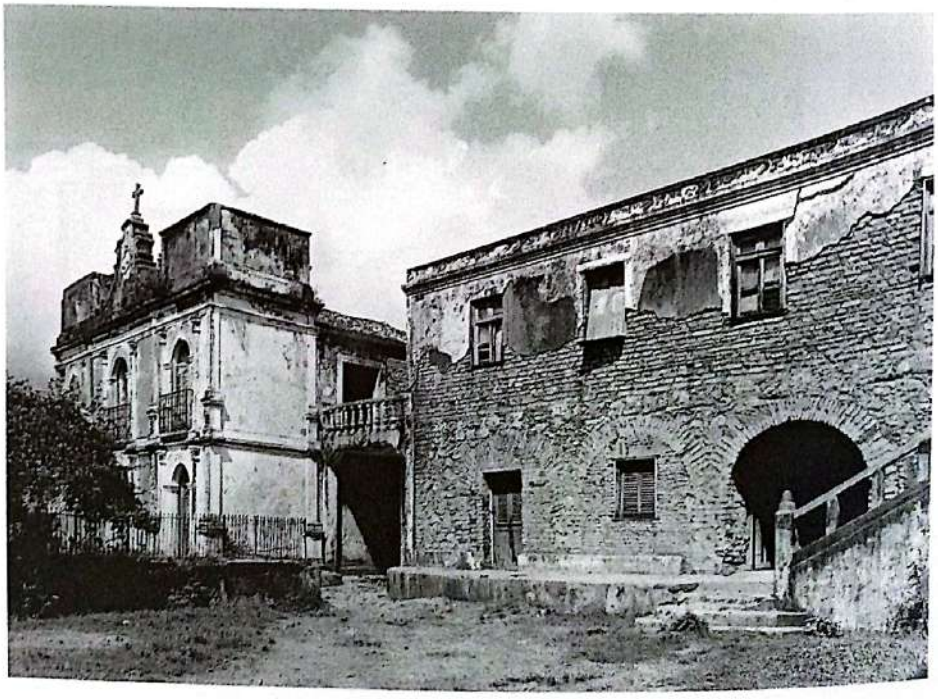
À exceção de dois, todos os arcos mencionados estão entaipados.

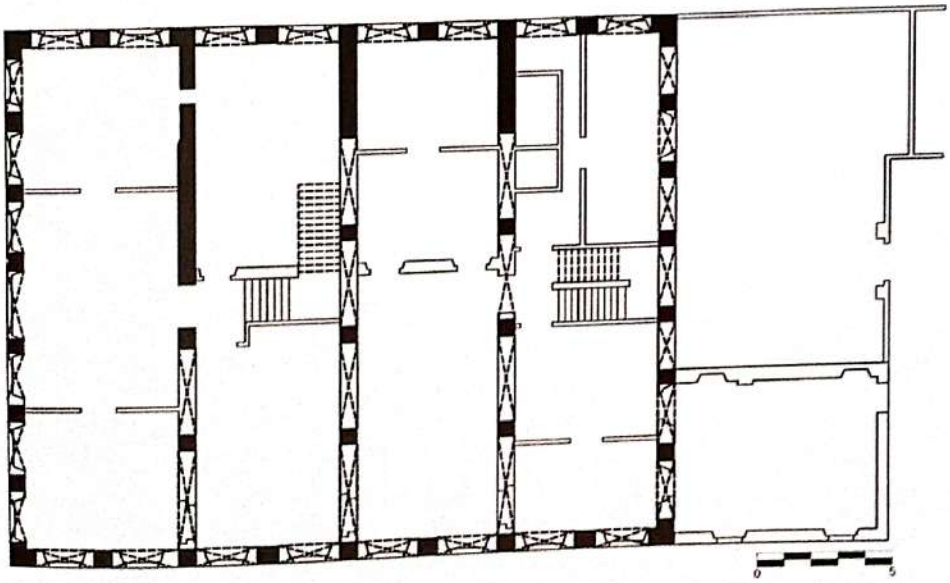
Uma outra casa que tinha alguns elementos em comum com esta era a do engenho *Megaípe*, situado no vizinho município de Jaboatão.

Plantas da casa-grande do engenho *Gurjaú-de-Cima*, no Cabo de Santo Agostinho. Levantamento do autor.



Vista da casa-grande e capela e, abaixo, arco entaipado no pavimento térreo da casa-grande do mesmo engenho.





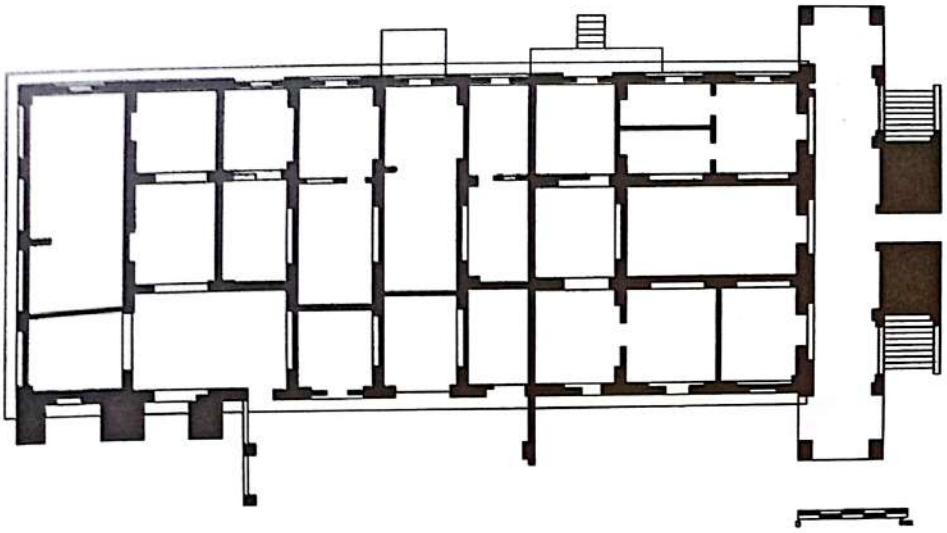
Vista e planta do pavimento térreo da casa-grande
do engenho *Madalena*, no Recife.
Planta: IPHAN.

IVB - As casas deste tipo têm todas as paredes periféricas e interiores do pavimento térreo apoiadas em arcos plenos de alvenaria de tijolos. O único exemplar remanescente, a casa-grande do engenho *Madalena,* no Recife, foi reformado no século passado, assumindo ares de um sobrado urbano. Os seus arcos foram todos entaipados e as paredes tiveram suas faces externas revestidas com azulejos. Na década de 60 deste século, por ocasião das obras de restauração da casa para sediar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foram removidos os rebocos e descobertos os arcos. Naquela oportunidade, optou-se por manter a fase oitocentista da casa deixando aparentes alguns arcos.

Arcos do pavimento térreo da casa-grande do engenho *Madalena*.

Arcos do pavimento térreo e casa do sítio do *Barbalho*, no Recife.

A casa do engenho *Madalena* situa-se não muito longe das margens do rio Capibaribe, cujas cheias fizeram parte da história do Recife. Talvez esse partido signifique uma atitude preventiva em relação a essas eventuais cheias porque todas as paredes do pavimento térreo são em arcos. No Recife, também nas margens do mesmo rio, nas terras do antigo sítio do *Barbalho*, existe uma outra casa oitocentista com as mesmas características, o que pode sugerir a freqüência desse tipo.



Planta do pavimento térreo da casa do sítio do *Barbalho*.
Levantamento de Arnaldo Gedanken.

IVC - As casas deste tipo têm arcadas somente na fachada principal e no pavimento térreo, formando uma galeria que lembra as Casas de Câmara e Cadeia do período colonial. O único exemplar deste tipo que ainda existe é a casa-grande do engenho *Monjope*, no município de Igarassu. Nesta casa, a galeria citada se liga a um pequeno vestíbulo que dá acesso à escada interna. É possível que estas galerias tenham tido a função de espaços intermediários e públicos, isto é, até onde o estranho à casa poderia chegar. A casa-grande do engenho *Camaragibe*, hoje inteiramente reformada pode ter sido deste tipo a se julgar por uma sua antiga fotografia

Casa-grande do engenho *Monjope*, em Igarassú, com arcos na fachada principal.

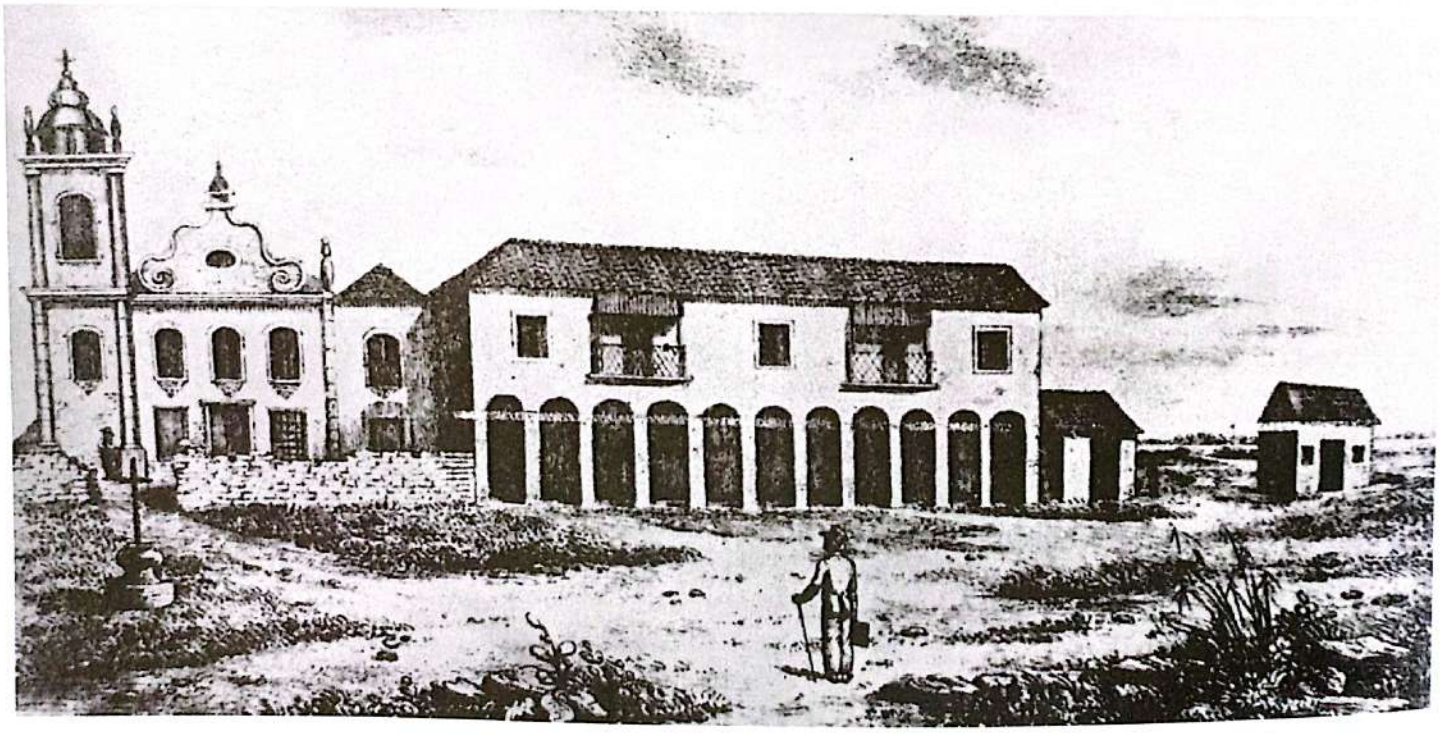
por onde se pode perceber que a grande maioria dos arcos foi entaipada.

Mais duas casas, das quais só restam registros iconográficos, pertencem a este tipo: a casa-grande do engenho da *Torre*, que deu o nome a um bairro do Recife, e a antiga casa do engenho *São Braz*, no município do Cabo.

A fotografia do engenho *São Braz* mostra a ruína de sua antiga casa-grande, restando de pé somente a parede da fachada principal no mesmo plano da fachada da capela, que ainda existe. Como a casa e a capela foram construídos, no século XVIII, em um terreno em aclive é provável que tenha existido somente uma fachada com arcadas limitando a galeria.

Casa-grande com arcos entaipados em uma das fachadas. Engenho *Camaragibe*, em Camaragibe. **Fonte:** Museu da Cidade do Recife.

Casa-grande sobre arcos em uma das fachadas. Engenho da *Torre*, no Recife. (Henderson, J. 1821)



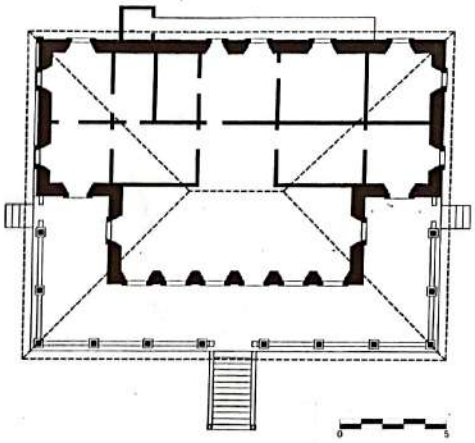
Ruínas de casa-grande com fachada principal sobre arcos. Engenho *São Braz*, no Cabo de Santo Agostinho.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

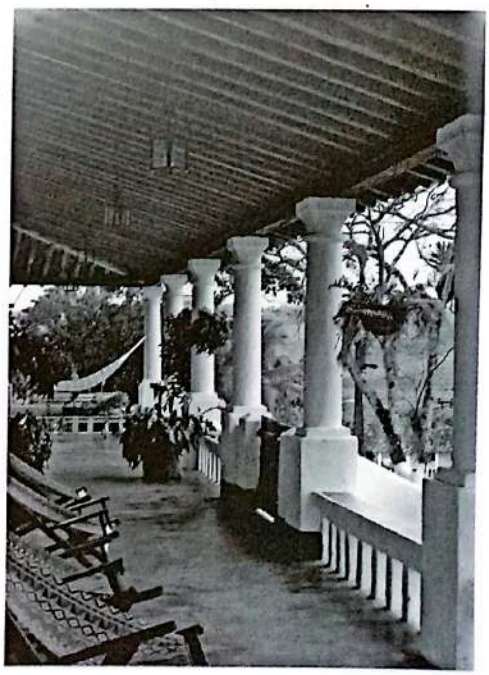
O grupo **V** constitui-se de casas aqui denominadas *Bungalows* com as seguintes características básicas: um pavimento; cobertura com estrutura em tesouras de madeira e recobrimento com telhas de barro; telhado em quatro águas, contínuo, cobrindo o corpo principal e os alpendres; planta retangular com alpendre em "U"ou em "L"e paredes periféricas, em tijolos, mais grossas que as internas, que nunca vão até o teto.

Tendo sido todas construídas no século XIX e com pequenas dimensões, essas casas pouco se modificaram, a não ser nas divisões internas, devido à irresponsabilidade estrutural destas. O alpendres laterais sempre terminam em cômodos aparentemente destinados a barrar a curiosidade do estranho para as tarefas domésticas que estariam se executando na zona posterior da casa onde, eventualmente, existe um alpendre de serviço.

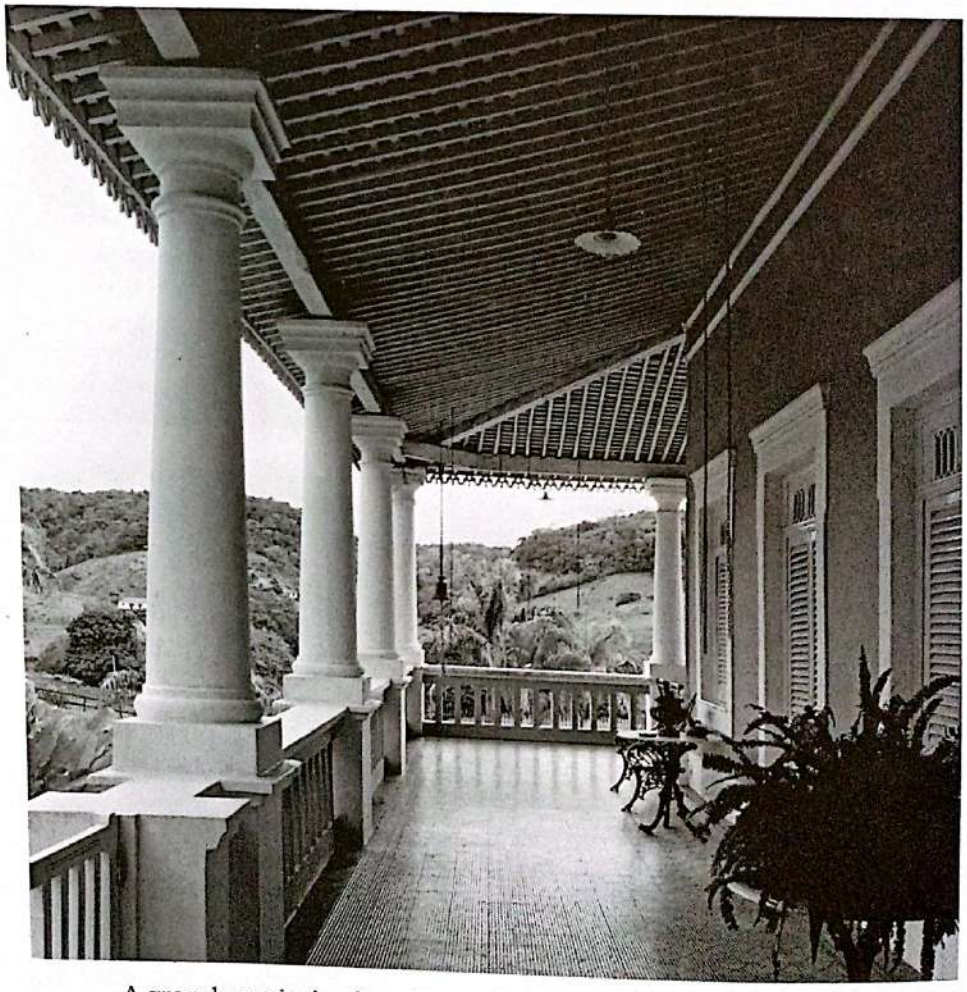
Das 31 casas remanescentes deste tipo sete têm porão parcial por estarem implantadas em meias encostas. Outras oito, apesar de implantadas em meias encostas, não possuem porão e se elevam acima de patamares planos aos quais se tem acesso através de escadas construídas com semicírculos concêntricos sobrepostos de alvenaria de tijolos.

Planta, vista do interior do alpendre e da casa-grande do engenho *Santa Helena*, em Água Preta.
Planta: FIAM.





Fachada frontal e interior do alpendre da casa-grande do engenho *Camarão*, em Água Preta.

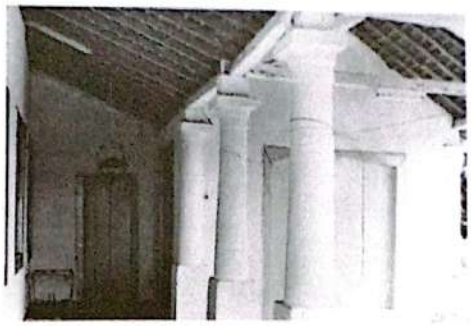


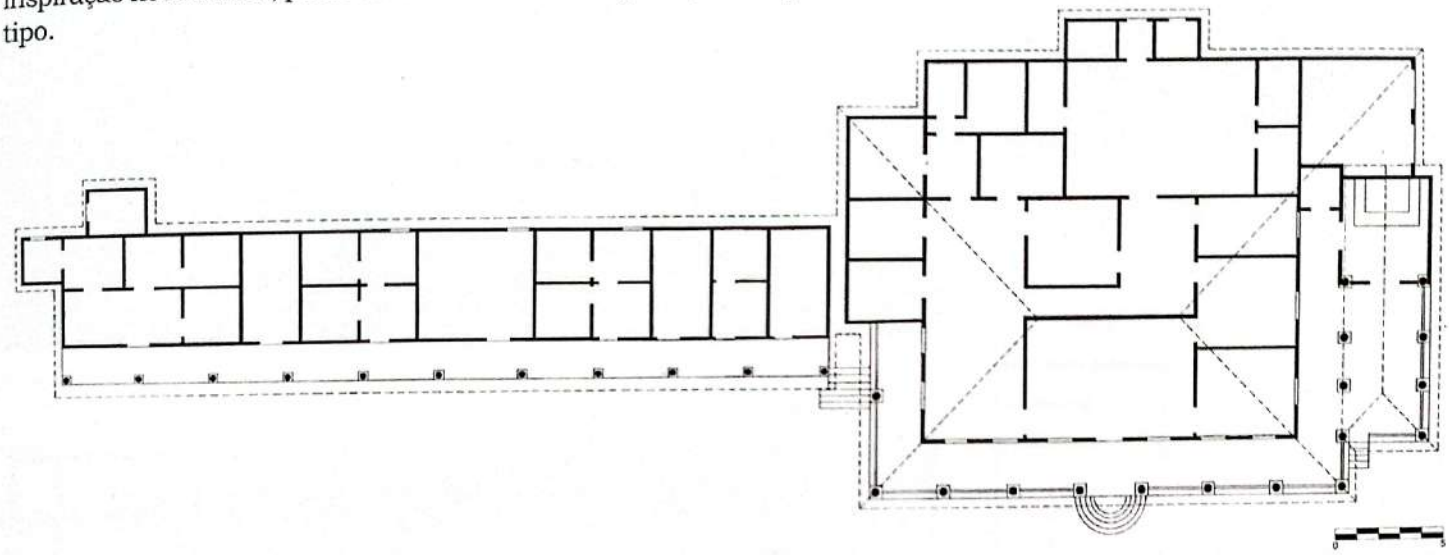
A grande maioria das casas tem sua fachada principal voltada para os quadrantes entre norte, leste e sul.

Os pilares dos alpendres são, em sua grande maioria, em tijolos, com fustes cilíndricos ou tronco-cônicos e toscos capitéis. Poucos desses pilares são em madeira e em ferro.

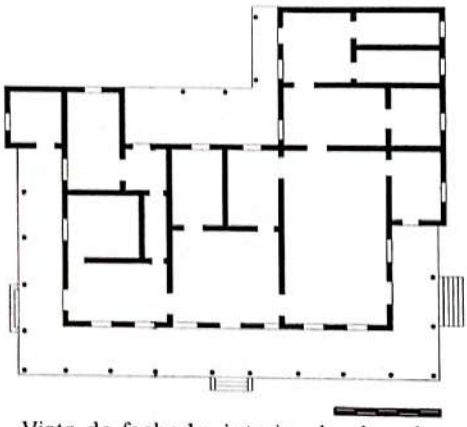
As casas deste tipo são as do engenho *Coimbras*, *Matas* e *São Braz*, no município do Cabo; *Ferreiros*, em Salgado; *Araticuns*, *Iguape*, *Pombal* e *Teitanduba*, em Vicência; *Criméia*, em Buenos Aires; *Siriji* em Aliança; *Tamataúpe-de-Baixo* e *Diamante*, em Nazaré da Mata; *Refresco* e *Mussu*, em Escada; *Camarão*, *Poço d'Antas*, *Guarani*, *Santa Helena*, *Ourives* e *Ilha Grande*, em Água Preta; *Verde*, em Palmares; e *Bombarda*, *Carassu* e *Muitas Cabras*, em Barreiros.

A casa-grande do engenho *Verde*, em Palmares, apesar de ter seu alpendre em arcos de alvenaria e uma platibanda que indica a sua inspiração neoclássica, pelas suas características gerais, se enquadra nesse tipo.



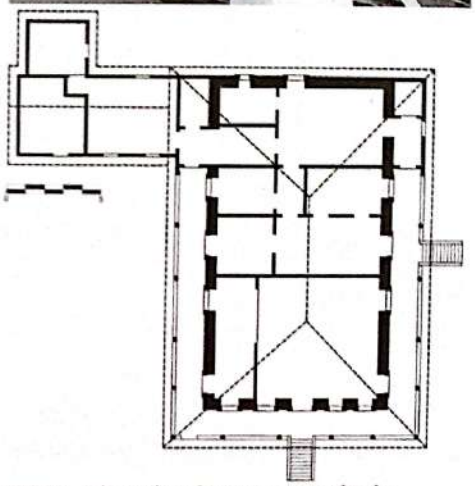


Acima, vista do alpendre da casa-grande e nave da capela do engenho *Coimbras*, no Cabo de Santo Agostinho.
Plantas da casa-grande, capela e senzala. **Fonte:** FIDEM.
Abaixo, vista da senzala e casa-grande do mesmo engenho.

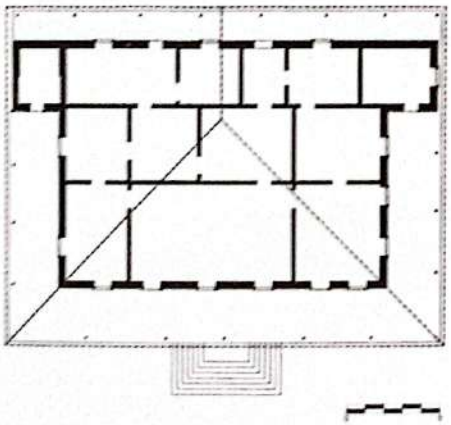


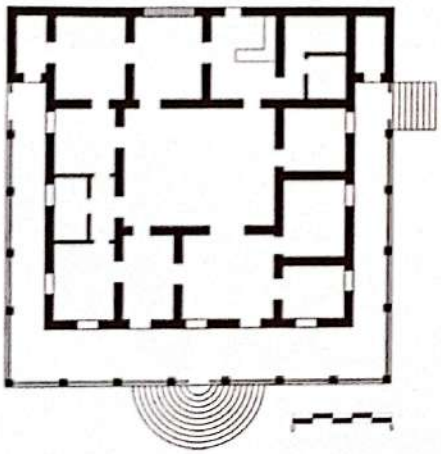
Vista da fachada, interior do alpendre e planta da casa-grande do engenho *Carassu*, em Barreiros.
Planta: FIAM.

Casa-grande do engenho *Poço d'Anta*, em Água Preta.



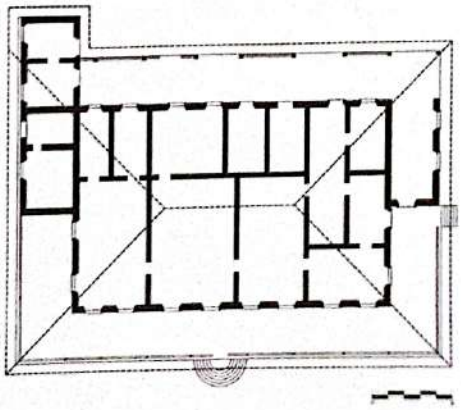
Acima, alpendre da casa-grande do engenho *Sirijí*, em Aliança,beiral, capitéis e planta da mesma casa.
Planta: FIAM.





Ao lado, da esquerda para direita, plantas das casa-grandes dos engenhos *Poço d'Anta*, em Água Preta, e *Bombarda*, em Barreiros.
Fonte: FIAM.

Casa-grande e planta do engenho *Refresco*, em Escada.
Planta: FIAM.

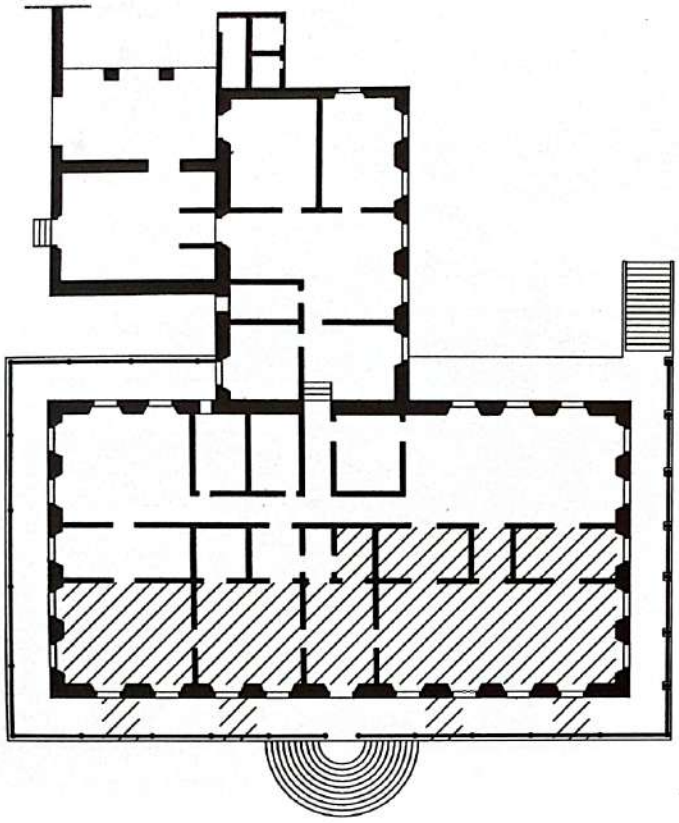


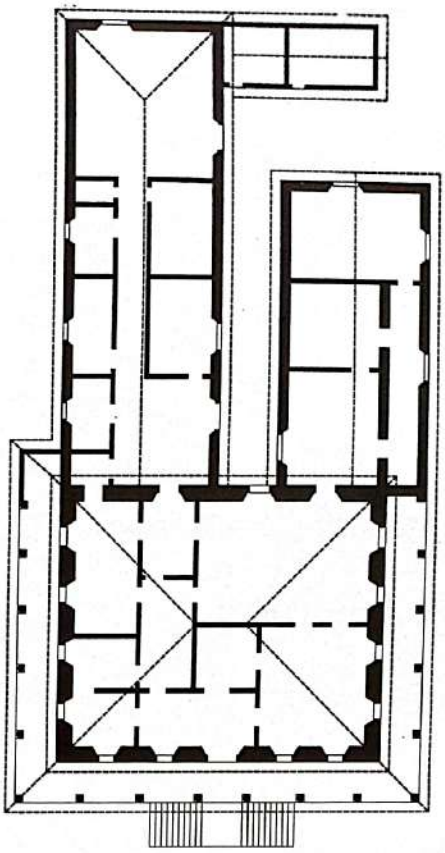
Acima, casa-grande do engenho *Novo da Conceição*, em Morenos; abaixo, à esquerda, casa-grande do engenho *São Sebastião*, em Itambé; à direita, casa-grande do engenho *Cancela*, em Tracunhaém.

O grupo **VI** se constitui de casas construídas no século passado, com pequenas dimensões, classificadas como *Falsos Bungalows* e com as seguintes características: um único pavimento; cobertura com estrutura de madeira e recobrimento em telhas de barro; telhado em quatro águas, mais alto e independente do telhado dos alpendres; plantas retangulares; alpendres em "U"; paredes periféricas, em alvenaria de tijolos mais grossas do que as internas que nunca vão até o teto. A designação de falso se explica pela probabilidade de adaptação de casas preexistentes e sem alpendres à nova moda de alpendres em, pelo menos, três lados do edifício.

Poucas casas, das que teriam antecedido os *falsos bungalows*, ainda existem com a sua forma original, isto é, sem alpendres. Duas delas, a do engenho *São Sebastião*, em Itambé, e a do engenho *Lagoa-Seca-de-Baixo*, em Aliança, assentadas sobre um patamar, cuja área é bem maior do que a ocupada pela casa, receberiam perfeitamente a adaptação de um alpendre. A casa-grande do engenho *Cancela*, em Tracunhaém, estaria também neste caso, pois chegou a receber um alpendre, cujos vestígios ainda se encontravam lá e se perdeu devido à precariedade e má qualidade do material usado em sua construção.

A casa do engenho *Novo da Conceição*, no município de Moreno, ilustra bem essa tese. Esta casa tinha um porão sob a metade longitudinal

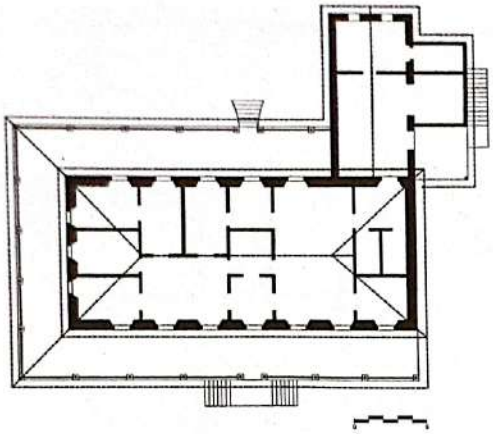




Planta da casa-grande do engenho *Novo da Conceição* (acima) e planta da casa-grande do engenho *Pereira*, em Morenos (direita).
Fonte: FIDEM.

fronteira do pavimento térreo. Havia portas de acesso a esse porão a partir do exterior. Posteriormente, foi executado um aterro em forma de "U", envolvendo a casa e suportando o alpendre. A comunicação com o porão passou a se fazer através de pequenos túneis abertos no novo aterro conduzindo às antigas portas, o que evidencia a posterioridade do aterro. O núcleo original da casa, construída em meados do século XIX, parece ter conservado cubículos interiores como se fossem alcovas.

Casa-grande do engenho *Pereira*.



Planta e fachada da casa-grande do engenho *Pintos*, em Morenos. **Planta:** FIDEM.

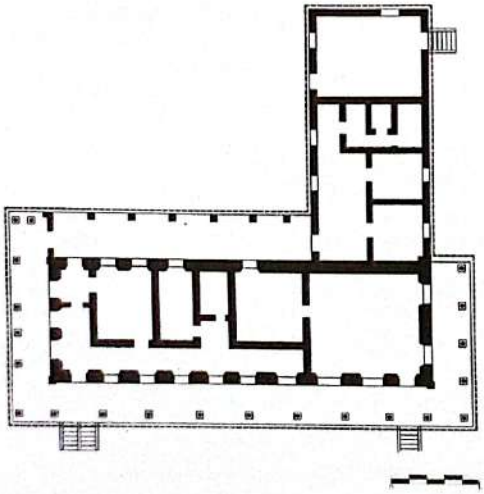
Uma outra característica dos *falsos bungalows* é o acabamento dos beirais dos telhados do corpo principal da casa em cornijas de alvenaria ou em beira-sobeira, que não se justificariam escondidos pelos telhados dos alpendres, evidentemente posteriores. Na realidade, o tipo original dessas casas não tinha alpendres mas foi classificado pela forma com que ficou conhecido, porque esses elementos passaram a ser considerados, equivocadamente, como a marca da antiguidade das casas-grandes dos engenhos pernambucanos .

As fachadas principais dessas casas são orientadas para os quadrantes situados entre norte, leste e sul. As suas maiores dimensões, incluindo os alpendres, variam de 17,5 m a 33,5 m.

A maioria das estruturas de coberta é em tesouras de duas linhas horizontais, uma à altura dos meios das asnas e a outra ao nível dos frechais. Os materiais com que são construídos os pilares dos alpendres variam, com predomínio do tijolo, menores ocorrências em madeira e raras em ferro. Os fustes das colunas têm geralmente seções cilíndricas ou tronco-cônicas com toscos capitéis, ocorrendo também seções quadradas.

Deste grupo são as casas-grandes dos engenhos *Massauassu* (1833), no município de Escada; *Novo da Conceição*, *Pintos* e *Pereira*, em Moreno; *Gameleira*, em Aliança; e *Sete Ranchos*, em Amarají.

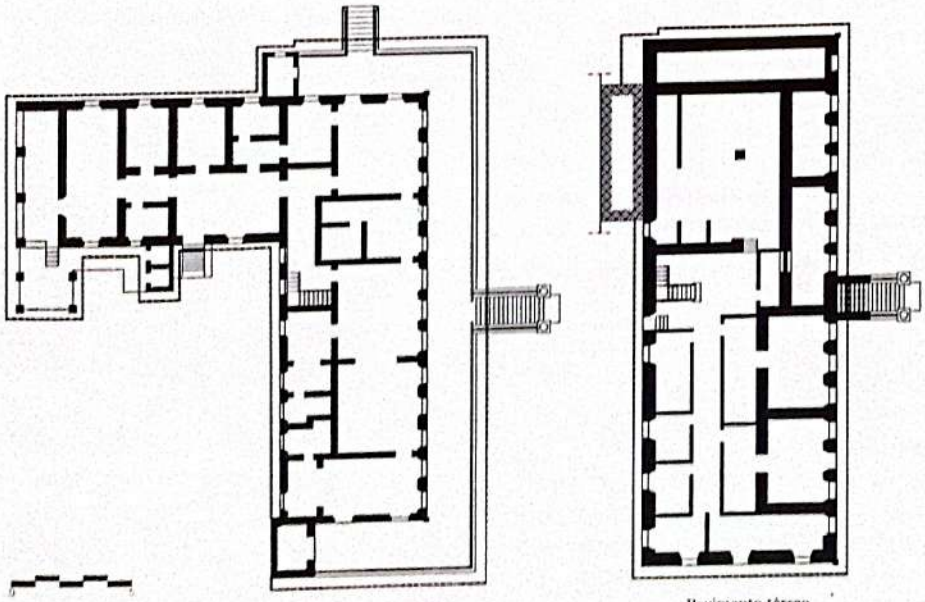
Planta e fachada da casa-grande do engenho *Sete Ranchos*, em Amarají. **Planta:** FIAM.



Casa-grande do engenho *Sapucaji*, em Escada.

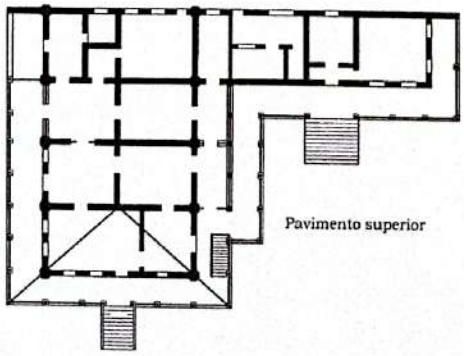
O grupo **VII** é composto de algumas casas notáveis por suas grandes dimensões, construídas na segunda metade do século passado. Poderiam ser consideradas uma evolução dos *bungalows* do grupo **V**, se lhes fossem comprovadamente posteriores, mas podem ser anteriores ou contemporâneas e, assim, constituírem exemplos de um modelo acabado.

Suas características, além daquelas do grupo **V**, são: dois pavimentos, podendo o térreo ser parcial e utilização dos espaços sob os alpendres por porões ou galerias.

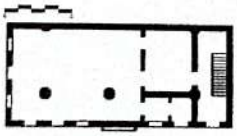


Plantas da casa-grande do engenho *Sapucaji*.
Fonte: FIAM.

Fachada e plantas
da casa-grande do engenho *Morin*,
em São José da Coroa Grande.
Planta: FIAM.



Pavimento superior



Pavimento térreo

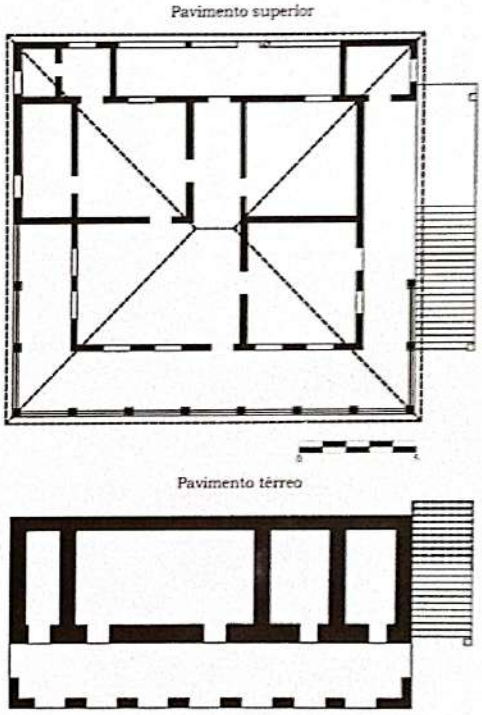
O exemplar mais elegante deste grupo é a casa do engenho *Sapucaji*, no município de Escada, construída em 1862. Com uma planta em "L" no pavimento superior e retangular no térreo, alpendre em "U" apoiado em canos de ferro e guarnecido por uma grade do mesmo material, é uma das raras casas de engenho de Pernambuco em que se nota, com muita clareza, uma intenção plástica determinando a composição arquitetônica. A baixa altura do pé-direito do pavimento térreo indica a sua função de depósito.

Uma outra casa em que se vê o aproveitamento do pavimento térreo para depósito é a do engenho *Morin*, no município de São José da Coroa Grande. A sua planta original era retangular; sua forma em "L" atual resulta de um acréscimo perfeitamente identificável.

Duas outras casas desse grupo, as dos engenhos *Contendas* e *Bosque*, pertenceram, junto com mais seis engenhos, à usina *Frecheiras*, que se originou do engenho de mesmo nome, no município de Escada. A do engenho *Bosque* não mais existe, mas suas fotografias nos informam que ela tinha: dois pavimentos; alpendres em três lados do pavimento superior apoiados em colunas de ferro e guarnecidos por grades no mesmo material; galeria no pavimento térreo com pilares de alvenaria e escada interna. Tanto o pavimento superior como o inferior têm o mesmo pé-direito, o que sugere a utilização social de ambos.

A casa-grande do engenho *Contendas*, do barão de mesmo nome, ainda existe embora semi-arruinada. Implantada à meia encosta, tem um pavimento térreo, cuja área corresponde à metade da área do pavimento superior, para onde se sobe por uma escada interna. Os pés-direitos e dimensões dos cômodos do pavimento térreo indicam sua função social.

Interior do alpendre da casa-grande do engenho *Morin*.



Fachada e planta da casa-grande do engenho *São José*, em Sirinhaém.
Planta: FIAM.

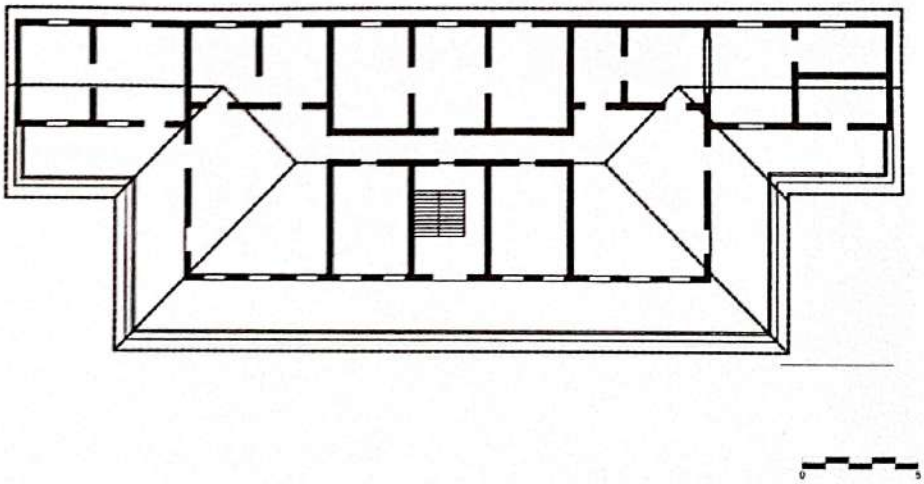
O alpendre se apoia em delgados canos de ferro e é guarnecido por uma grade no mesmo material. As colunas da galeria do pavimento térreo têm fustes cilíndricos em alvenaria de tijolos.

A última casa deste grupo é a do engenho *São José*, no município de Sirinhaém. Implantada à meia encosta, possui um pavimento térreo, cuja área corresponde a um terço da área do pavimento superior. O pavimento térreo é precedido de uma galeria em arcadas de tijolo que suportam um dos lados do alpendre em "U"do pavimento superior, apoiado em colunas de alvenaria com fustes tronco-cônicos. O pavimento térreo destina-se a depósito e o seu acesso ao pavimento superior se faz através de escada externa assentada sobre o terreno em aclive.

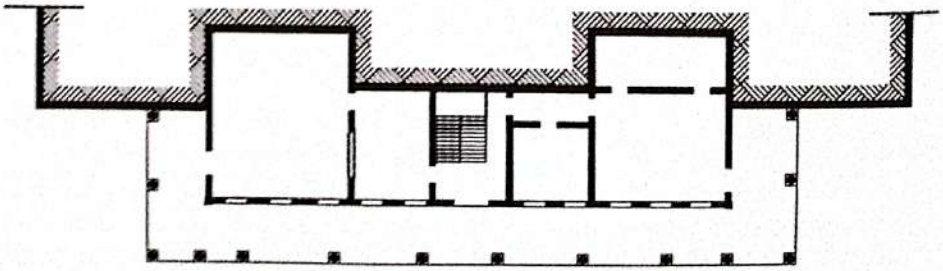
Casa-grande do engenho *Bosque*, em Escada.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

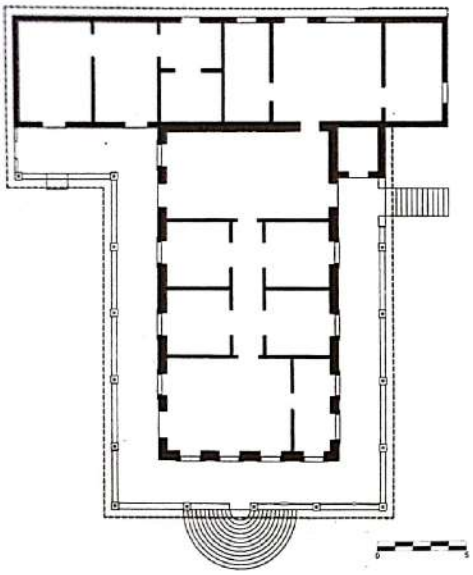
Casa-grande e plantas do engenho *Contendas*, em Escada, na página ao lado, pormenor do alpendre da mesma casa.
Plantas: FIAM.

Pavimento superior



Pavimento térreo





Planta e vista da casa-grande do engenho *Amoroso*, em Água Preta. **Planta:** FIAM.

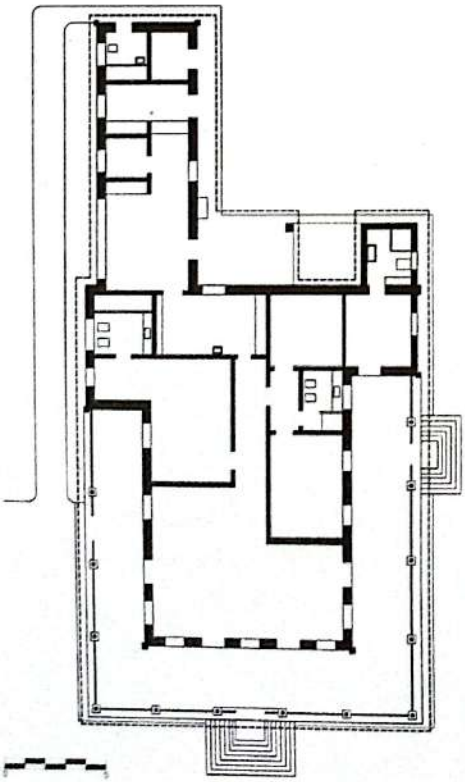
O grupo **VIII** é composto de casas construídas em fins do século passado e início do atual, classificadas como *chalés*. Devido à proliferação de usinas, é possível que algumas dessas casas tenham sido construídas para a residência de proprietários de fazendas de cana e não mais de engenhos, mas esta última denominação sobreviveu à função. Este é o grupo mais numeroso, provavelmente devido à construção recente de seus componentes.

A freqüente utilização de bandeira em arcos ogivais nas portas e janelas, indicam a divulgação, no meio rural, do gosto estético urbano contemporâneo.

As características das casas deste grupo são: um pavimento e, eventualmente, um pequeno porão aproveitando o desnível do terreno; paredes periféricas e internas em alvenaria de tijolos; paredes internas não atingem o teto e sustentam pontaletes de madeira, que, por sua vez, suportam as terças de madeira da estrutura do telhado; recobrimento em telhas de barro tipo canal apoiadas em ripas de embira e em caibros de madeira roliça; telhado em duas águas e cumeeira perpendicular ao plano da fachada principal; alpendres com telhados independentes da coberta do corpo da casa, paralelos a duas fachadas opostas ou em "U" e plantas retangulares.

De um total de 22 casas inventariadas, 11 tinham canos de ferro, 7 tinham colunas de alvenaria de tijolos e 4 tinham colunas de madeira suportando seus alpendres.

Planta e vista da casa-grande do engenho *Gravatá*, em Água Preta. **Planta:** FIAM.



As casas têm suas fachadas principais voltadas para todos os pontos cardeais e colaterais.

Como elementos decorativos, além de inscrições e desenhos em baixo-relevo nas fachadas, algumas casas ostentam lambrequins de madeira nas extremidades dos telhados.

Pertencem a este grupo as casas dos engenhos *Gabinete*, *Camurim*, *Apody*, *Amoroso*, *Galo*, *Gravatá*, *Cumbe* e *Alegrete*, no município de Água Preta; *Tapacurá*, em São Lourenço da Mata; *Xixá*, em Timbaúba, *Verdum*, em Ferreiros; *Conceição* e *Cotegi-de-Cima*, em Escada; *Capibaribe*, em São Vicente Ferrer; *Jundiá*, em Vicência; *Terra Nova*, em Aliança; *Abreus*, em Tracunhaém; *Três Marias*, em Quipapá; *Carassu*, em Barreiros, *Preferência*, em Primavera; e *Retiro*, em Ribeirão.

A casa do engenho *Santo Antônio*, em Camutanga, apesar de possuir dois pavimentos, pode ser considerada como uma variante singular deste tipo.

Acima, na foto maior, casa-grande do engenho *Terra Nova*, em Aliança; na menor, casa-grande do engenho Preferência, em Primavera.

Ao lado, casa-grande do engenho *Santo Antônio*, em Camutanga; e abaixo, casa-grande do engenho Cumbe, em Água Preta.

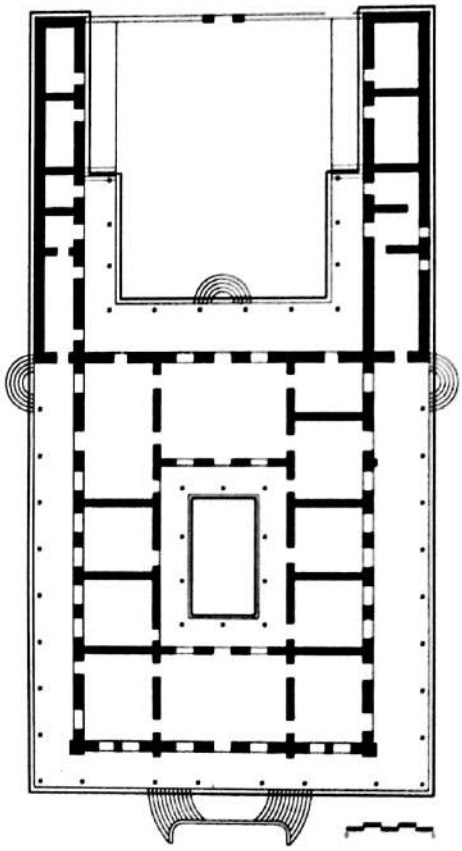
O grupo **IX** se constitui de quatro exemplares de construção tão recente quanto as do grupo precedente e tem, como característica básica, o pátio interno, elemento raríssimo na arquitetura pernambucana. A presença, nessas casas, de elementos formais de outros tipos não invalida a classificação, pois o pátio interno determina a reorganização espacial.

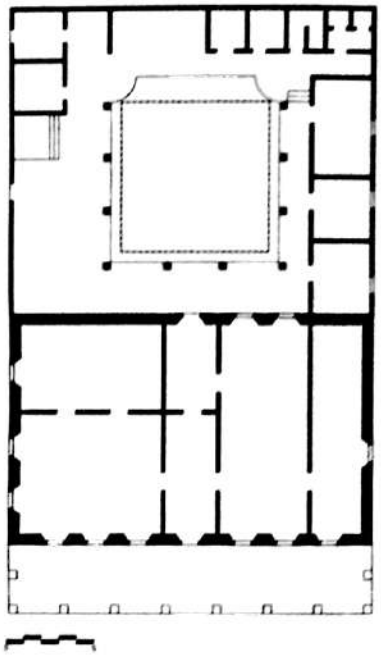
A casa-grande do engenho *Bastiões*, no município de Ribeirão, por exemplo, lembra um chalé, mas tem, além do característico alpendre externo em "U" deste tipo, mais dois alpendres.

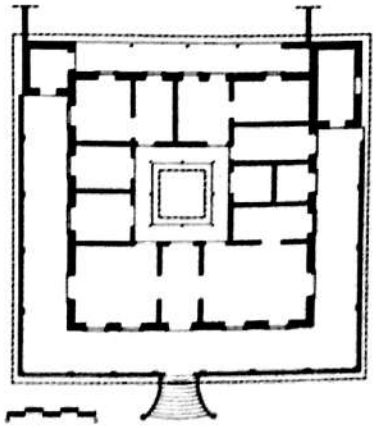
A casa do engenho *Firmeza*, em Escada, conserva algumas características do *bungalow*.

Por outro lado, as casas dos engenho Jundiá, também em Escada com seu alpendre periférico posterior, e do engenho *Massangana*, no Cabo, lembram tipos urbanos.

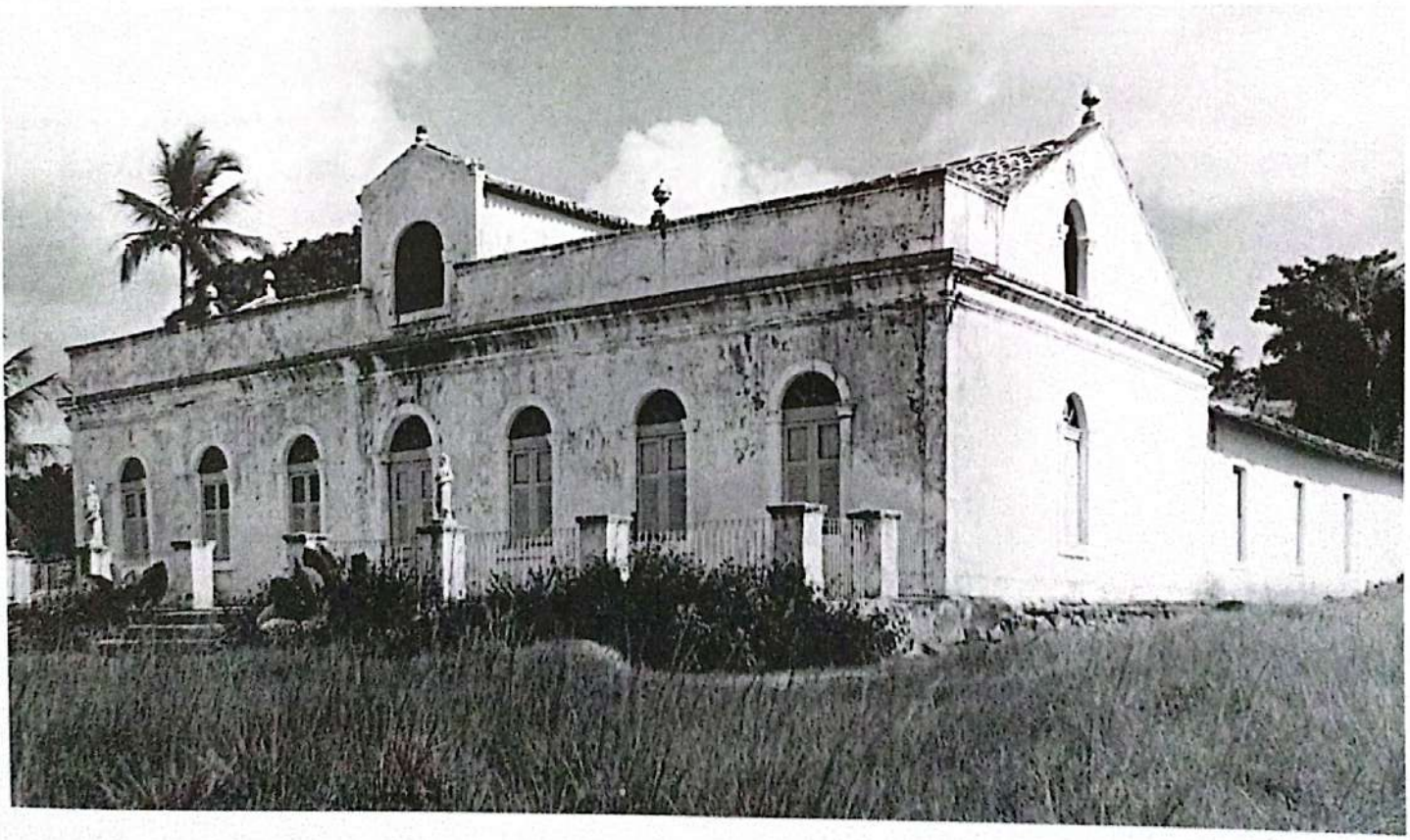
Ao lado, planta da casa-grande do engenho *Bastiões*, em Ribeirão.
Fonte: FIAM.
À direita, planta da casa-grande do engenho *Massangana*, no Cabo de Santo Agostinho.
Fonte: FIDEM.
Abaixo, planta da casa-grande do engenho *Firmeza*, em Escada.
Fonte: FIAM.



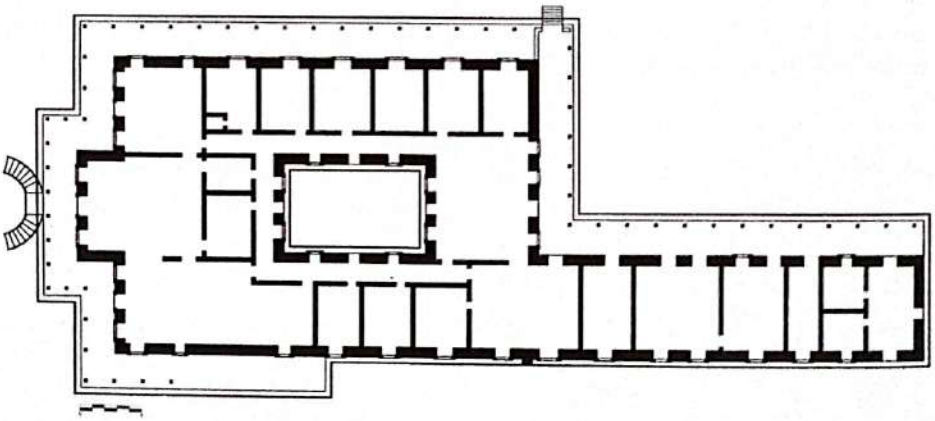




Na página seguinte, casa-grande do engenho *Bastiões* (acima) e casa-grande do engenho *Massangana* (abaixo).



Vista e planta da casa-grande do engenho *Jundiá Grande*, em Escada.
Planta: FIAM.



A classificação tipológica proposta abrange somente as casas que, com uma razoável freqüência, existem ainda e aquelas sobre as quais se tem um respeitável registro iconográfico ou bibliográfico. Alguns exemplares interessantes em si, pelas soluções formais e/ou por sua excepcionalidade, não puderam se integrar nos tipos identificados.

A casa-grande do engenho *Limoeiro Velho*, no município de Escada, por exemplo, é um sobrado neogótico que poderia estar situado em qualquer subúrbio do Recife

A casa-grande do antigo engenho *São João*, no Recife, é um exemplar atípico até pelo material empregado em sua construção-ferro. Importada da Bélgica em fins do século passado, provavelmente via Estados Unidos da América do Norte, com seus alpendres periféricos e internos, é o exemplo mais refinado de habitação concebida por europeus para sua vida nos trópicos .

Casa-grande do engenho *Limoeiro Velho*, em Escada.

Casa-grande do engenho *São João*, no Recife.

ORIGENS

O termo *casa* nem sempre designou um edifício. No dicionário de Bluteau, *casa* aparece com duplo significado: edifício e aposento (Bluteau,1712, p.172). Ainda hoje, em Portugal, o cômodo da casa que contém os aparelhos sanitários, banheira e chuveiro, é chamado de *casa de banhos*.

Já o termo *casa-grande* que, depois do livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre passou a designar qualquer casa de proprietário de engenho de açúcar do Nordeste brasileiro, tem origem incerta. O termo teria designado o grande aposento onde permanecia o patrão ou fazendeiro e, por extensão, toda a sua casa (Corona; Lemos, 1972, p. 115).

O documento mais antigo em que aparece essa expressão é o *Inventário dos prédios que os holandeses haviam edificado ou reparado até o ano de 1654*. Nesse documento, onde só existem referências a edifícios urbanos, encontram-se freqüentemente expressões como *casas grandes de sobrado, casas grandes de dois sobrados* e, no mesmo documento surgem também *casas de sobrado* e, *casas pequenas de sobrado*, o que indica que *grandes* eram as casas, quer fossem térreas ou com sobrados. No mesmo documento, há um único registro de uma *grande casa*, que é, com certeza e devido à sua descrição, o palácio da *Boa Vista*, construído por Maurício de Nassau, no Recife (*Inventário dos prédios...*, 1839, p. 5-63 e 93).

O termo *casa-grande*, na acepção de residência do senhor de engenho, aparece pela primeira vez em 1811, nos relatos do inglês Koster que residira em Pernambuco. Note-se que a expressão *great house* já era usada no século XVIII, na Jamaica, para designar a casa do proprietário de um engenho de açúcar (Ragatz, 1928, p. 5).

Um outro estrangeiro, residente em Pernambuco na segunda década do século passado, o francês Tollenare, usa somente a expressão *casa de vivenda* em suas narrativas. Nas colônias francesas das Antilhas e do Caribe, no século XVIII, usavam-se as expressões *grand'case* e *maison du mâitre* para designar a residência do senhor de engenho (Mousnier; Bégot, 1987, p. 35A).

Em meados do século XIX, Vauthier registra o fato de os escravos e assalariados chamarem *respeitosamente de casa-grande* a casa do proprietário do engenho de açúcar.

O imperador Pedro II, descrevendo sua visita a Pernambuco em 1859, usa a expressão *casa de vivenda* para referir-se à casa dos senhores de engenho de açúcar.

A designação mais antiga desse tipo de casa data de 1548, segundo indica o regimento do primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, onde se determinou que os senhores de engenho *se obrigarão a fazer cada um em sua terra uma torre ou casa forte... que abastarão para segurança do dito engenho e povoadores do seu limite.*

A expressão *torre* não significava, obrigatoriamente uma construção alta. Na Idade Média, em Portugal, ela designava a casa senhorial que podia ser também uma casa fortificada ou *casa-forte* para abrigar os camponeses e suas famílias em caso de ataque. Nas primeiras décadas de colonização de Pernambuco, os portugueses tiveram de se defender dos índios e o fizeram construindo casas fortificadas. Um dos engenhos pernambucanos, o de *Casa Forte*, cujo nome hoje designa um dos bairros do Recife, com certeza teve uma dessas casas.

No Recife, há uma bairro chamado da *Torre*, oriundo do engenho homônimo cuja existência foi registrada pelo viajante inglês James Henderson, em 1819. A gravura do engenho que ilustra as crônicas desse viajante mostra a planta baixa e fachada da sua fábrica, a vista em perspectiva da senzala e da casa-grande com capela anexa mas nenhuma torre. A torre desse engenho pode ter existido e não ter chegado ao século XIX ou pode nunca ter existido e, neste caso, teria sobrevivido a designação portuguesa de casa senhorial.

As casas dos tipos **IA** e **IC** foram designadas como *nortenhas* devido ao seu provável parentesco com as casas rurais do norte de Portugal. Robert Smith, propositadamente, as chama de *portuguesas*, certamente aludindo a um tipo de casa de Portugal que teria resistido, sem significativas alterações, a séculos de transformações sociais e tecnológicas, mais evidentes em outros páises europeus:

Em geral de um só andar, é de pedra acumulada sem cimento recordando o rude aparelho polygonal das idades primitivas ou em fieiras regulares de pequena espessura collocadas de cutelo, e constituindo o perpianho tão vulgar nas áreas transmontana e minhota. Ao rês-do-chão cavam-se as lojas para a alfaia agrícola, o gado e, às vezes o lagar e o celleiro; a escada, exterior encosta a uma das fachadas ou cae sobre ela perpendicularmente; é desguarnecida e rude, ou cobre-se no patim do alto com um alpendre elementar. Para a rua pública, frequentemente para o quinteiro deita a varanda de madeira, forrada de ripas mal esquadradas, as mais das vezes desguarnecida de balaustres; nas regiões onde a pedra abunda veda-se até o peitoril com lagens retangulares e o seu beiral saliente firma-se em colunas delgadas de fuste monolítico. Aos cantos, dois aposentos furados por janelinhas tímidas, quase sempre de taipa, quando este elemento se associa à pedra, completam a physionomia da habitação (Barreira, 1909, p.150).

Se os pintores holandeses Post e Eckhout foram fiéis à realidade ao retratar as casas dos senhores de engenho, Pernambuco possuiu, no século XVII, uma razoável quantidade de habitações que se enquadram nessa minuciosa descrição de Barreira.

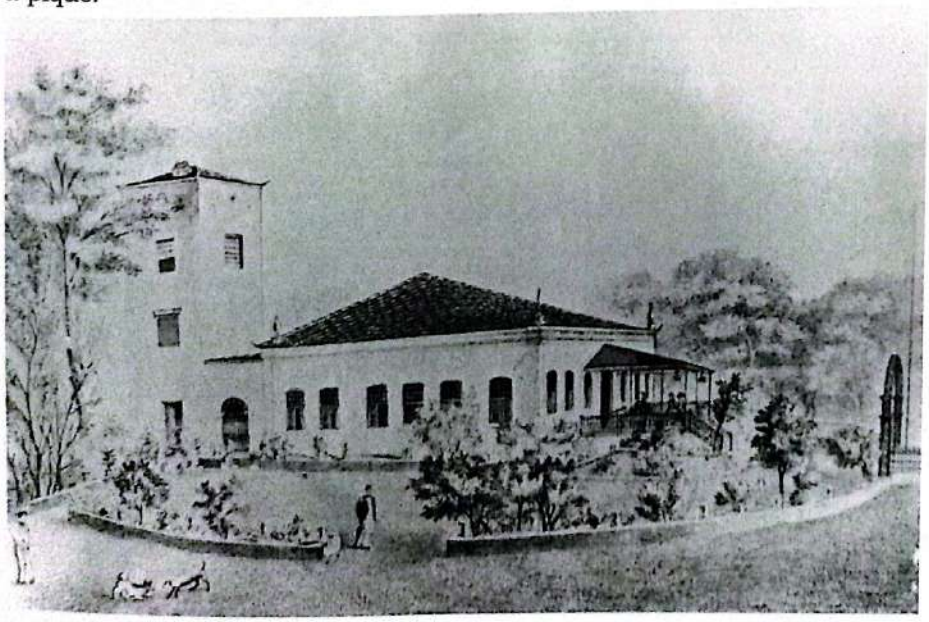
O alpendre nesse tipo de casa, devido à natureza da cultura da cana, não teve a mesma função que desempenhava na casa portuguesa, isto é, sequeiro para os grãos colhidos. A ausência da escada exterior também pode ser explicada por razões de segurança.

Desaparecida a função de serviço da varanda, restava a do lazer que, no país tropical assumia um novo valor e se associava à necessária vigilância dos trabalhos a partir de um local de observação a cavaleiro do conjunto edificado do engenho.

Robert Smith levanta a hipótese da origem dessas casas ser a mesma das casas bandeiristas dos séculos XVII e XVIII, estudadas por Luis Saia (Smith, R., 1969, p. 64). Uma ou duas casas das retratadas por Frans Post têm alpendres entalados no meio da fachada principal e é só nisso que lembram as casas paulistas que são térreas e construídas em taipa de pilão enquanto que as pernambucanas têm dois pavimentos e construídas em taipa de pau-a-pique.

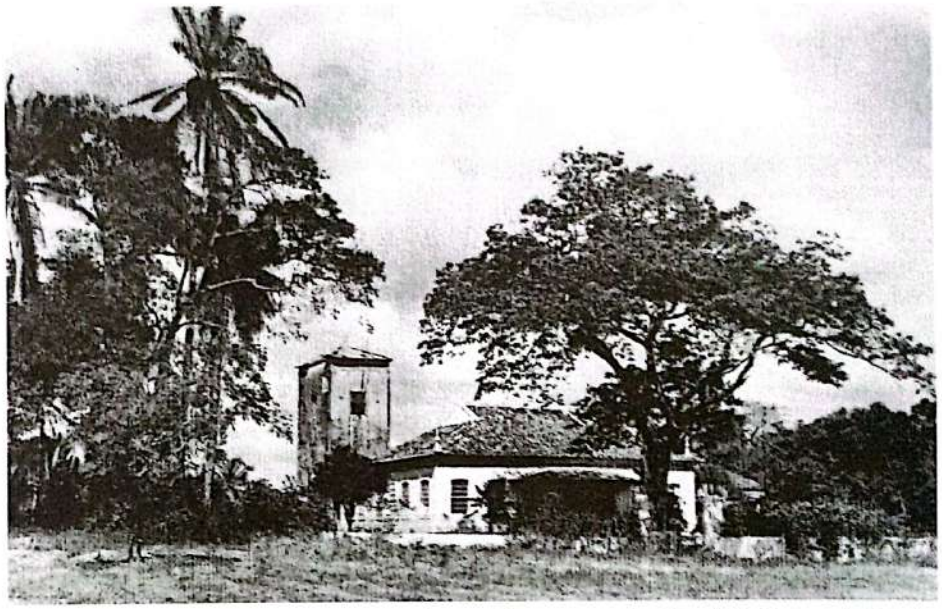
Casa de lavoura em Balazar, Guimarães, norte de Portugal, *in Arquitetura Popular em Portugal*, 1988.

Casa bandeirista do *Padre Inácio*, em Cotia, São Paulo.



Sítio do *Chacon*, mais tarde de Eduardo Fenton, segundo litografia de F.H. Carls, 1878.

Sitio do *Chacon*.
Fotografia de Juventino Gomes.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.



Não existe remanescente algum das casas do tipo **IB.** Sua existência foi avalizada por três quadros holandeses do século XVII. Contudo, existe uma gravura de Carls de 1878 que registra, nos arredores do Recife, uma casa térrea com torre sem conexão comprovada com o tipo documentado por Post. No início deste século, o pintor Mário Nunes retratou uma *Casa de chácara em Casa Forte,* subúrbio do Recife, provavelmente construída no século passado e com características morfológicas semelhantes à retratada por Carls.

As casas do grupo **II** são as mais imponentes de todas as registradas pelos holandeses. Os conjuntos edificados de dois dos engenhos retratados são muito semelhantes, diferindo apenas nas respectivas casas-grandes. Existe um terceiro quadro em que aparecem somente a fábrica e a capela semelhantes aos edifícios homônimos dos dois quadros citados e implantados no terreno também da mesma maneira. É lícito imaginar que os três quadros referem-se a um mesmo engenho, registrando três momentos sucessivos de sua existência; o primeiro sem a casa-grande, o segundo com a casa-grande já construída e o terceiro mostrando a casa-grande com o telhado aumentado no seu corpo central.

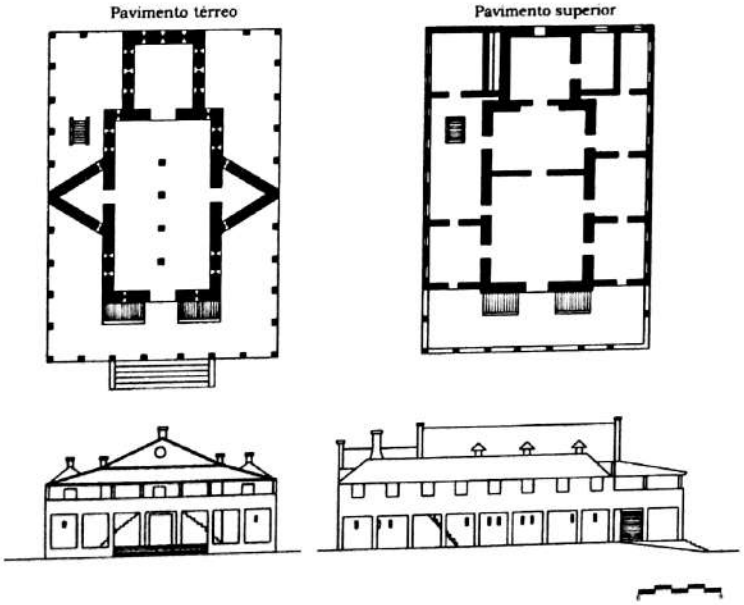
A casa, portanto, teria sido construída e reformada no período de ocupação dos holandeses (1630-1654).

Mesmo (?) engenho pernambucano retratado por *Frans Post* com uma casa-grande de telhado em três volumes. Comparar com ilustrações da página 127.

Não se conhece a denominação do engenho nem a nacionalidade do seu proprietário. No entanto, é sabido que os holandeses procuraram não interferir no processo de produção do açúcar garantindo a integridade e a propriedade dos engenhos que não foram destruídos pelos seus proprietários.

Diferente de todas as outras casas documentadas pelos holandeses, em Pernambuco, esta tem o telhado decomposto em três volumes de quatro águas cada. Duas torres laterais e uma galeria central com balaustrada e arcadas no pavimento superior atestam um apuro estético raro em edificações contemporâneas desse tipo. Em um dos quadros, o telhado central está ao mesmo nível dos telhados das torres que o ladeiam. No outro quadro, que pode ter sido posterior, o telhado central foi aumentado e recebeu uma fiada de janelas sobre as arcadas da galeria. Essas novas janelas, do ponto de vista funcional, não contribuíram muito para ventilar o espaço interior do pavilhão central porque a galeria em arcadas já era aberta e assim continuou. É provável que o crescimento do pé-direito do pavilhão central tenha se constituído num artifício para a abertura de altas janelas laterais que o iluminassem e ventilassem.

Foi localizado na Holanda, junto com alguns documentos de Maurício de Nassau, o projeto de uma *casa holandesa para os trópicos* (Terwen,1979). Não há comprovação alguma que essa casa tenha sido construída mas era destinada a uma autoridade da adminstração holandesa. Teria dois pavimentos, sendo o térreo destinado a depósitos e o superior, à residência.

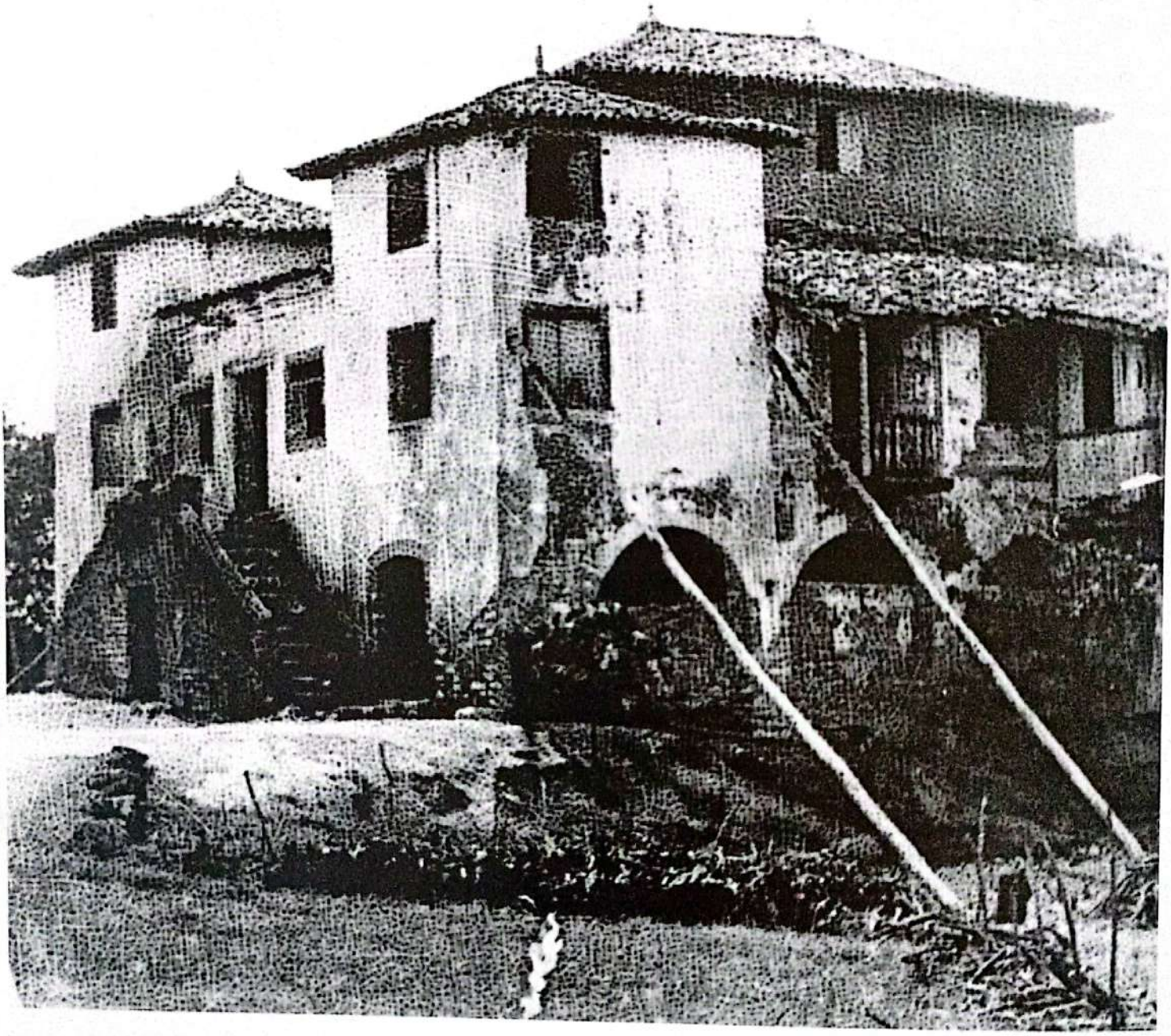


Casa holandesa nos trópicos.
(J. J. Terwen,1979)

No pavimento superior, haveria um alpendre ao longo da fachada principal e quartos ladeando dois grandes cômodos centrais que eram iluminados por janelas altas, possíveis devido ao crescimento dos seus pés-direitos e à decomposição dos telhados em vários volumes. Terwen acredita que os cômodos periféricos e as altas janelas foram concebidos para tornar mais fresco o aposento principal da casa, o pavilhão central.

Existiu em Pernambuco, até 1928, a casa-grande do engenho *Megaípe*, cujo partido lembra as casas do grupo **II.** Como as casas documentadas por Frans Post, ela tem duas torres na fachada principal e, como a casa estudada por Terwen, tem um pavilhão central mais alto.

Dinamitada por seu proprietário, ao saber que ela havia sido considerada pelo Governo do Estado de Pernambuco como um bem cultural digno de ser preservado, a casa de *Megaípe* era tida como uma das mais antigas pois *fôra levantada no século XVI,* segundo o jornal *A Provincia,* ao noticiar e lamentar a sua demolição em 14 de setembro de 1928.



Casa-grande do engenho *Megaípe*.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

De fato, num documento holandês de 1638, (Costa, F.A.P., 1983, p. 378), aparece um engenho com esse nome nas proximidades do local onde existiu a casa, o que não é suficiente para se afirmar que ela date do mesmo período. Não há documento algum que comprove a data de sua construção.

Embora estivesse abandonada, sem uso e semi-arruinada mereceu, pela imprensa recifense, quando ainda estava de pé, uma brilhante descrição:

Levantada sobre duro gneiss, ainda hoje com as suas paredes pensas e o seu abalcoado meio pôdre dá à paysagem uma como nota feudal. Advinha-se na sua argamassa o óleo de baleia das casas fortes; e o conjunto dos seus torreões de telhado em pirâmide e beiral aguçado em azas de pombo ou cornos de lua, de suas arcarias e dos seus balcões dá uma idéia de fixidez e aconchego verdadeiramente patriarchaes. Si ahí, como em toda a parte, a architectura antiga do engenho, o horizontal domina sobre o vertical, não vae ao extremo do acachapado; nem do terrivelmente chato de que fala Euclydes da Cunha. Sente-se nesta construção de engenho pernambucano certa verticalidade feudal. Mas sem fazer

violencia ao clima e à paysagem que pedem tão claramente a doçura e o repouso das linhas horizontaes (Freyre,1925, p. 86).

Embora esta casa tenha tido arcadas no pavimento térreo e em duas de suas fachadas, o que a situaria no grupo **IV**, as suas duas torres e a multiplicidade de telhados são marcas exclusivas do grupo **II**.

Com respeito às origens das torres desse tipo, se é que ele surgiu durante a ocupação holandesa de Pernambuco, bem que poderiam ser os palácios que Nassau construiu no Recife; tanto o de Friburgo, por sinal conhecido como *Palácio das Torres*, como o da Boa Vista, tinham torres.

Mas a origem das torres pode estar mais longe no tempo e no espaço. José Mariano Filho, insurgindo-se contra aqueles que pregavam a existência de *estilo Megaípe*, afirmou, em 1944, que a famosa casa-grande nada tinha de pernambucano, *nem tinha parentesco algum com as casas alentejanas, suas contemporâneas que se construiram nos engenhos de cana*. Para o polêmico líder brasileiro do *Movimento Tradicionalista*, como ele mesmo intitulava a corrente de pensamento que implantou o estilo conhecido posteriormente como *neo-colonial*, o tipo arquitetônico de *Megaípe* podia ser encontrado *na Lombardia, na Toscana, em Luca ou Anticoli (Itália* Cunha Filho, J. M., 1943, p. 35-43).

Teriam sido os mesmos tipos desenvolvidos por Palladio nos séculos XV e início de XVI que, por sua vez podiam ter suas raízes nas *vilas* da nobreza rural romana (Ackerman, 1988, p. 58).

Convém lembrar que em Portugal também se fez sentir a influência de tipos arquitetônicos vindos da Itália e de outros países europeus. Em outras palavras, os tipos que os portugueses trouxeram para o Brasil podem não ter surgido em Portugal. A propósito, existem no norte de Portugal, de onde veio a maior parte dos colonizadores portugueses no período colonial, casas rurais que lembram a volumetria da casa de *Megaípe*, como o *Solar de Bertiandos*, em Ponte de Lima.

Solar dos *Bertiandos*, em Ponte de Lima, norte de Portugal.

Por outro lado, a origem dos telhados múltiplos bem pode ter sido uma prática similar comum nas cidades portuárias do Algarve, região do sul de Portugal. Os telhados, sempre piramidais, eram chamados de *tesouro* (Ribeiro, s.d. p. 97).

Embora a iconografia holandesa sobre os engenhos de açúcar seja um privilégio exclusivo de Pernambuco, não se constitui numa fonte incontestável para a identificação de todos os tipos arquitetônicos que tenham surgido ali. Primeiro, porque não existe outra fonte iconográfica

contemporânea, portuguesa por exemplo, que possa ser usada como elemento de comparação; segundo, porque alguns dos quadros foram pintados na Holanda a partir de esboços feitos no Brasil com os naturais riscos de representação convencional a partir de tipos europeus. Todavia, três quadros holandeses que registram casas com características excepcionais merecem comentários.

Um deles, de Frans Post, retrata uma enorme casa de três pavimentos em fase de construção, percebendo-se toda a estrutura portante de pilares e vigas em madeira. Os painéis retangulares das fachadas são providos de peças de madeira em "X", como nas construções medievais da Europa central. Não se conhece a localização dessa casa, quem a construiu e nem se sabe se ela chegou a ser concluída. O que há de notável nessa casa é o surgimento de um terceiro pavimento que, com área menor do que o segundo, se superporia à parte central dele. Quanto à técnica construtiva, o interessante é que o pintor captou o momento anterior ao enchimento dos vãos com barro ou tijolos. Paredes já concluídas e construídas com esse mesmo sistema podem ser observadas em outros quadros holandeses retratando casas de senhores de engenhos pernambucanos.

Um outro quadro, também de Frans Post, contém uma casa-grande com alpendres justapostos a duas de suas fachadas, nos dois pavimentos, parecendo acréscimos posteriores para ganhar áreas úteis para o lazer ou proteções para atenuar os rigores do clima. Os telhados dos alpendres, em planos diferentes das águas do telhado do corpo central da casa, não se encontram no ângulo das duas fachadas contínuas, isto é, não se forma o tradicional espigão, o que sugere a execução dos mesmos em oportunidades distintas. Essa justaposição de alpendres é um caso único no conjunto de quadros holandeses que retratam casas-grandes de engenhos pois a regra geral é a ocorrência de alpendres cobertos com uma ou duas águas do telhado da casa, contidos no volume da casa como se assim tivessem sido concebidos originalmente.

Um detalhe curioso que aparece claramente nesse exemplar e, com maior discrição, em outros dois casos, são as aberturas no telhado do corpo principal da casa. O telhado diminui de inclinação em dois pequeninos trechos com o mesmo artifício que se pode observar em seis fábricas retratadas por Frans Post. Nessas fábricas, as aberturas correspondem sempre às caldeiras e se destinavam, obviamente, à exaustão da fumaça proveniente da fornalha, pois ainda não havia chaminé. Por analogia, essas aberturas nos telhados das casas teriam função similar, constituindo-se num forte indício de localização da cozinha no interior da residência.

Um terceiro quadro é de autoria de Zacharias Wagener e deve ser observado com reservas quanto ao seu valor documental devido às evidentes deficiências de representação. Dos três pintores holandeses que estiveram em Pernambuco, Wagener era o menos competente profissionalmente. Na realidade, sendo soldado, ele improvisou-se em pintor. No quadro que retrata o engenho *Maciape*, Wagener comete erros como distorções de perspectiva na representação de edifícios, de sua implantação no terreno e de desproporção da figura humana em relação às dimensões das construções. A representação é muito sumária e chega a parecer infantil se comparada com a qualidade dos quadros de Post e Eckhout.

A casa-grande (?) representada no quadro está sobre esteios que, parecendo não serem em madeira, apoiam-se em sapatas como os demais pilares de uma plataforma que liga a casa a um edifício de menor porte. A casa teria alpendres em duas fachadas contíguas mas, pela observação da largura do telhado, do qual se tem uma visão aérea, não existiria um corpo central da casa. Como os vazios são representados por paralelogramos escuros, não se percebe a profundidade dos alpendres, cuja existência é duvidosa pois o edifício pode também ser imaginado como um galpão inteiramente aberto, sem divisões internas. Com esta hipótese, é lícito contestar a função residencial do edifício.

A documentação iconográfica sobre os engenhos de açúcar pernambucanos referente aos três séculos do período colonial resume-se a três décadas do século XVII e se deve aos invasores holandeses. Não há registros iconográficos sobre o mesmo tema nos séculos XVI e XVIII. Neste fato, reside a maior dificuldade em atribuir tipicidade às três casas-grandes construídas no período colonial e que chegaram até os nosso dias: dos engenhos *Megaípe, Gurjaú de Cima* (XVII) e *Poço Comprido* (XVIII). As primeiras notícias sobre as casas-grandes de engenhos só viriam a surgir no século XIX, através de depoimentos de viajantes e residentes estrangeiros.

Considerando-se o lentíssimo ritmo de transformações por que passaram os engenhos de açúcar de Pernambuco, no período colonial, é possível que as descrições feitas pelos referidos viajantes, no início do século XIX, se refiram a casas-grandes construídas no século XVIII. Em alguns casos essas descrições chegam a coincidir com as características registradas pelos holandeses em seus quadros.

A descrição mais antiga data de 1811 e refere-se ao engenho do *Aguiar* cujo proprietário era o Capitão-mor, escolhido entre os agricultores mais abastados do distrito.

A residência do Capitão-mor é um vasto edifício assobradado. A parte baixa serve para armazém de açúcar e outros artigos que sua propriedade produz. Subimos por uma escada de madeira, construída no exterior do prédio, entrando para uma pequena ante-sala onde fomos recebidos pelo nosso hospedeiro e um dos seus filhos que nos conduziu a um espaçoso alojamento do outro lado (Koster, 1978, p. 209).

Nenhuma referência ao sistema construtivo, à exceção da escada externa, em madeira, que parece ter sido uma característica das casas do século XVIII, como em *Poço Comprido*. Quanto ao programa, uma alusão a um *espaçoso alojamento* que poderia ser o quarto de hóspedes.

Uma outra descrição, de 1816, da casa-grande do engenho *Salgado*, é mais precisa e específica;

Em geral a casa de vivenda é elevada sobre pilares: o porão serve de estrebaria ou de morada de negros; uma grande escada com patamar dá acesso ao pavimento habitado e é nesse patamar que se toma o fresco. Os aposentos não tem forro; o travejamento do teto está exposto e entre as suas extremidades e as paredes que o sustentam há um espaço livre de cinco polegadas para multiplicar as correntes de ar. As divisões interiores são feitas de simples tabiques de 9 a 10 pés, de sorte que todos os quartos tem por forro comum o teto (Tollenare, 1978, p. 68).

O lugar onde se *toma o fresco* deve ser o patamar coberto de chegada da escada que vem a ser um pequeno alpendre. O porão servindo para a *morada de negros* sugere a persistência de um costume que pode ter existido ao tempo da ocupação holandesa porque não se vê nos quadros pintados pelos artistas flamengos qualquer edifício que possa ser considerado uma senzala. A técnica construtiva não é explicitada, mas os pilares sobre os quais foi levantada a casa bem que poderiam ser em alvenaria de tijolos, como no engenho *Poço Comprido*.

De 1840 a 1846, residiria no Recife o engenheiro francês Louis Léger Vauthier que legaria ao país os mais densos e elucidativos textos sobre a arquitetura urbana e rural de Pernambuco.

Descrevendo, provavelmente, a casa-grande do engenho *Camaragibe*, Vauthier escreveu: *Sobre a face sul fica a escada principal coberta por uma parte do teto que se projeta além das paredes da fachada e é sustentada por três colunas* (Vauthier, 1940, p. 91). As características da escada externa são as mesmas descritas por Koster e Tollenare para outras casas-grandes.

Referindo-se a uma outra casa-grande, Vauthier compara-a com as casas da cidade que ele também conhecia bem:

Já não encontramos mais a monótona disposição das habitações da cidade. Somente aqui, como lá, não podemos penetrar senão em uma

pequena parte da casa. É só o primeiro andar que é usualmente reservado ao dono. A parte de baixo é ocupada pelos armazéns e pelo pessoal de serviço. Vamos ser recebidos em um salão ou parlatório de paredes nuas, comunicando-se diretamente com a escada externa.

Vauthier já havia comentado a hospitalidade de que havia sido objeto, mas ilustra a privacidade da parte íntima e de serviços da casa quando explica que o salão de visitas se comunica diretamente com a escada externa. A persistência do uso do pavimento térreo como depósito ou moradia do *pessoal de serviço* (seriam os escravos?) já havia sido assinalada por Tollenare no princípio do século XIX (Vauthier, 1975, p. 81).

Mas a contribuição de Vauthier para o estudo sistemático dessa arquitetura extrapola a curiosidade dos outros residentes estrangeiros pelo pitoresco. As generalizações que ele faz parecem ser fruto de uma observação de vários exemplares de casas, quando afirma que *a habitação de um proprietário de engenho traz, muito mais do que as casas da cidade, a marca de gostos individuais*. Registra os casos excepcionais e, ao mesmo tempo, manifesta seu maior interesse pelo típico quando escreve que;

Existem atualmente no Brasil casas de engenho erguidas sobre uma fileira de arcos elegantes, com sacada provida de balaustrada de ferro e tendo nove ou dez janelas na fachada, cujo aspecto não destoaria na mais graciosa das paisagens. As salas no interior são guarnecidas com lambris de madeira e forradas de papéis suntuosos. Mas não é isso que procuramos. Falta aí a côr local e é sobretudo esta que pretendemos descrever (Vauthier, 1975, p. 87).

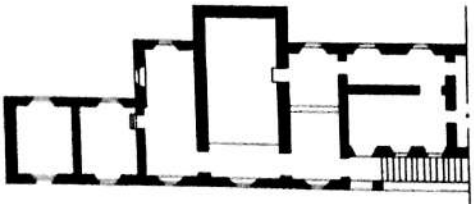
Vauthier considera as arcadas que suportam o pavimento superior, bem como as balaustradas em ferro como novidades às quais faltaria a *côr local*. Confirmada essa hipótese, a casa-grande do engenho da *Torre*, nas vizinhanças do Recife, como foi mostrada por Henderson em seu livro *A History of Brazil*, de 1821, apresenta-se externamente com características similares às descritas por Vauthier e, como tal, seria um exemplo estranho ao meio.

Vauthier descreve uma casa que classifica como do tipo médio, haveria melhores e piores. Considera-a um tanto rústica embora *pareça esplêndida aos olhos dos proprietários vizinhos*. Em sua descrição, está sempre presente a comparação com outras casas que certamente conheceu, o que valoriza sobremaneira as suas crônicas.

Notemos rapidamente as principais diferenças: em muitos Engenhos a sala de jantar não é separada do salão ou parlatório e esta peça é a única franqueada aos estranhos.Os quartos de hóspedes que se comunicam com a casa, são algumas vezes isolados. Ocupam nesse caso um local inteiramente diverso ou são situados na outra extremidade do correr de senzalas.

A capela que vemos aqui encravada na habitação é algumas vezes deslocada, sem nunca, entretanto, sair do conjunto geral de edifícios.

O modo de construção também nem sempre é o mesmo. Embora o tijolo tenha sempre preferencia, muitas vezes encontram-se paredes de pedra argamassada com barro, até a altura do primeiro andar, e freqüentemente também paredes de pau-a-pique. Outras vezes a escada externa em lugar de ser de pedra, como aqui, é de madeira, bem como a galeria mais ou menos espaçosa à qual conduz e que é sempre coberta por um prolongamento do telhado (Vauthier, 1975, p. 87).



Trecho de planta de uma casa-grande de um engenho pernambucano. L. L. Vauthier, 1853.

A coexistência de mais de um sistema construtivo parece ter sido uma prática comum também no século XVIII. A setecentista casa-grande do engenho *Poço Comprido* tem o seu pavimento superior com paredes de pau-a-pique e o térreo em pilares de tijolos.

A capela encravada na casa parece ter sido um procedimento pouco comum, porque, na totalidade de casos conhecidos de casas setecentistas e oitocentistas, a capela, quando é conjugada com a casa, justapõe-se a

uma de suas extremidades. A planta de casa-grande que Vauthier apresenta não deixa margens a dúvidas sobre a localização da capela que descreve. *No centro se encrava a capela, que não se distingue do resto da fachada senão por uma porta um pouco maior e com verga em arco abatido, por alguns ornatos no frontão e pela cruz de madeira que a encima* (Vauthier, 1975, p. 77).

A locação da capela no centro da casa pode ter sido fruto de uma concepção original ou resultado de uma arranjo posterior, pois o próprio Vauthier observa que tudo é construído sem ordem, que as plantas dos dois pavimentos não se correspondem, que há janelas de todos os tamanhos e formatos e que os rincões e cumeeiras se emaranham. Para o engenheiro francês, nada indica um plano de conjunto, tudo tendo sido construído por partes e ao sabor dos gostos dos proprietários sucessivos.

Vauthier apresenta dois desenhos dessa casa que levantou e descreveu; uma planta baixa parcial e uma planta de coberta, esta contida no que ele chamou de *plano geral*. A comparação dos dois desenhos deixa claro que a planta baixa representa somente metade da casa-grande. Assim, o trecho desse edifício mostrado é o que contém os quartos de hóspedes, a capela e os cômodos acessíveis também aos estranhos, a saber, o parlatório e a sala de refeições. Provavelmente, Vauthier não teve acesso ao resto da casa o que explicaria sua omissão.

Contudo, a planta parcial revela duas interessantes características, o acesso dos hóspedes a seus aposentos através do coro da capela e um cômodo na zona íntima, reservado para a dona da casa, com acesso direto à nave da capela através de uma tribuna. Uma terceira característica exposta nessa planta já havia sido percebida por Koster, Tollenare e o próprio Vauthier em outras casas-grandes de engenhos: um pequeno terraço coberto ao qual se chega pela escada externa e que dá acesso ao parlatório e à sala de jantar.

Outra casa notável e desaparecida é a do engenho *Noruega*, cujas plantas baixas ilustram o livro *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre.

Implantada à meia encosta, tem uma planta linear no pavimento térreo e em forma de "L" no superior. O comprimento de suas fachadas, de 35 metros, é grande se comparado com a maioria das casas-grandes de engenhos pernambucanos. Sua construção é atribuída ao século XVIII (Mello, J.A.G., 1971, p. 3), mas os usos dos seus aposentos não são habituais nesse período. Assim, os cômodos dos hóspedes situam-se no pavimento térreo, destinado, segundo o depoimento da maioria dos viajantes da primeira metade do século XIX, a depósito ou alojamento de serviçais.

A zona social da casa, toda no pavimento superior, comunica-se direta e independentemente com as tribunas e coro do pavimento superior da capela, o que sugere ter sido essa a sua concepção original e já registrada por Vauthier na casa que desenhou.

A área de serviço, que compreende as duas cozinhas, a adega, a dispensa e o engomado é de 75% da área social, confirmando a intensividade das atividades, ali, realizadas.

No mesmo livro citado, essa casa foi representada pelo pintor Cícero Dias, com uma perspectiva aérea e parcialmente descoberta, para mostrar o mobiliário e o tipo de gente que utilizava cada aposento.

As casas-grandes do grupo **I** e do tipo **III B** possuem um elemento de origens e funções controvertidas: o alpendre. De dimensões variadas, ora reduz-se ao patamar superior de uma escada externa, ora se estende ao longo da fachada como se fosse uma extensão desse patamar e, raras vezes, desenvolve-se ao longo de duas paredes contíguas.

Pelo menos três funções são atribuídas a esses alpendres: sequeiro de produtos agrícolas, corredor de comunicação com os cômodos da casa e proteção contra os excessos do clima tropical (Lemos,1989, p. 27). A de sequeiro, cuja origem se localizou no norte de Portugal, não se reproduziu

em Pernambuco devido à própria natureza da cultura da cana-de-açúcar. É provável que tenha surgido no Brasil como uma forma de persistência do partido original nortenho, mas com outra função, a de supervisão das tarefas de produção.

Não se constatou em Pernambuco a existência de alpendres com a função de comunicação entre cômodos, à exceção de exemplos mais recentes de alpendres que se desenvolvem em torno de pátios internos. Nas regiões do Minho, Douro-Litoral e Beira-Alta, em Portugal, essa função sobrevive na arquitetura popular e sua origem se perde no tempo. No Brasil, alpendres com essa função aparecem a partir do século XVIII em Minas Gerais (Menezes, 1969, p. 218 e 1983, p. 218).

Casa de fazenda dos *Martins*, em Brumadinho, Minas Gerais.
Foto de Ivo Porto de Menezes.

Casa de Fazenda de *São Nicolau*, em Nova Era, Minas Gerais.
Foto de Ivo Porto de Menezes.

Quanto à proteção contra os excessos do clima tropical, convém observar que, se o alpendre se desenvolve ao longo de uma única fachada, somente os cômodos voltados para ela seriam beneficiados. Haveria uma real proteção para todos os cômodos se o alpendre se estendesse a todas as fachadas, o que não ocorreu até o século XVIII, em Pernambuco. É oportuno distinguir entre o procedimento sistemático de dotar um edifício de alpendres, visando a sua proteção dos rigores climáticos, e a acidental

Engenho *d'Água*, em Ilhabela, São Paulo.
Foto: CONDEPHAAT.

Fazenda *Sant'Ana*, em São Paulo, com engenho e morada sob o mesmo telhado.
Foto: CONDEPHAAT.

e involuntária defesa que se consegue quando os alpendres foram concebidos com outros fins. O norte de Portugal, onde se alastrou o uso de alpendres na arquitetura rural e urbana, não sofre os excessos tropicais, tão pouco as terras altas de Minas Gerais e de São Paulo, onde, no século XVIII, existiram casas rurais com alpendres lineares.

Na realidade, os alpendres, ou varandas, existiram na arquitetura portuguesa antes de se manifestarem no Brasil. Sua origem provável é o sequeiro mas podem ter evoluído para um espaço de circulação, proteção e até ter encontrado sua vocação de lazer contemplativo tão associada à modorra tropical.

Alpendre em "L" na Quinta do *Pomarchão*, em Ponte de Lima, norte de Portugal.

Quinta do *Sabadão*, em Ponte de Lima, norte de Portugal.

Quinta do *Fervença*, em Barcelos, norte de Portugal.

Quinta do *Carbido*, em Ponte de Lima, norte de Portugal.

A casa portuguesa teria passado por um processo de tranformação que se iniciara no Renascimento e tivera seu período áureo no século XVIII. A mais importante inovação desse processo teria sido a adoção da varanda (Azevedo, C., 1969, p. 53). As varandas portuguesas, assim como as brasileiras, eram lineares até o século XVIII. Um único remanescente português, a Casa do *Pomarchão,* em Ponte de Lima, tem varanda em "L" e pode datar do século XVIII. Outros exemplos notáveis são a *Quinta do Sabadão e a Casa da Fervença,* ambos no norte de Portugal.

A comparação entre esses exemplares e as casas que têm o mesmo partido arquitetônico no Brasil expõe as diferenças de fatura e de materiais, com evidente vantagem para as casas portuguesas.

Ainda segundo Azevedo, *o segundo tipo de casa que se desenvolve durante o século do setecentos e que adquire expressão muito característica é a casa que integra a capela na fachada* e que viria a se constituir num padrão de casa tipicamente portuguesa (Azevedo, C., 1969, p. 81).

Até mesmo as capelas centrais, como uma levantada por Vauthier e outra (?) observada pelo Imperador Pedro II em sua viagem a Pernambuco, que parecem ter sido raras nessa região, eram comuns em Portugal no século XVIII.

As casas do tipo **IIIA** do grupo constituído de *solares* deve ter sido muito freqüente em Pernambuco e no resto do Brasil, pois chegou a ser considerado um tipo *brasileiro* de arquitetura. Aqueles que assim o consideravam eram os escravos alforriados, principalmente na Bahia, e retornados à África no século XIX, onde passaram a ser conhecidos como *brasileiros,* como *brasileira* era a arquitetura que levaram e introduziram na pátria-mãe (Cunha, M.C., 1985, p. 99).

O que os africanos chamavam de *casa brasileira,* provavelmente por ser muito freqüente no Brasil, era o tipo designado neste trabalho como *solar* devido à sua semelhança com os homônimos portugueses. Importa lembrar que o tipo **IIIA** se caracteriza por ter dois pavimentos, escada interna, coberta em quatro águas, e pela ausência de alpendres. Nas *casas brasileiras* da atual Nigéria, onde se concentrou a maior parte de *brasileiros,* os alpendres são raros e quando aparecem limitam-se a uma fachada e nunca envolvem o edifício.

Os *sobrados sobre arcadas* do grupo **IV,** com seus pavimentos térreos vasados, parcial ou integralmente, por arcos plenos lembram a arquitetura oficial do período colonial, mais especificamente as Casas de Câmara e Cadeia. Essas Casas de Câmara com telhados em quatro águas e arcaria no pavimento térreo, são comuns em Portugal do século XVI ao XIX e derivam de tipos medievais (Smith, R., 1969, p. 112). A adoção desse tipo indica as grandes posses do proprietário, porque as casas assim construídas exigiram o concurso de profissionais de competência acima do nível médio do período colonial no meio rural. Em Pernambuco, considerando-se a locação às margens de rios de um número elevado de engenhos, poder-se-ia ainda justificar a prática de vasar em arcos de alvenaria todo o pavimento térreo das casas como prevenção contra eventuais inundações fluviais.

As casas dos grupos **V, VI** e **VII** foram todas construídas na segunda metade do século XIX. Sua denominação de *Bungalows* e *Falsos Bungalows* se deve à sua semelhança com os *bungalows* anglo-indianos, isto é, um tipo de casa desenvolvido no século passado pelos colonizadores ingleses a partir de um padrão da região de Bengala, Índia. Esse tipo foi disseminado pelos ingleses e assimilado pelos outros europeus em todas as suas colônias de clima tropical.

Na realidade, existem registros de vários tipos de *bungalows* ou *houses in Bengali style,* desde o século XVII (Hobson-Jobson, 1886), o que não significa dizer que esse tipo de casa não tenha existido antes.

Bungalow em Milnath, Índia, construído com mão-de-obra e materiais locais e adaptado ao uso europeu. (G. Grant, 1860).

Essencialmente, se constituía de um edifício térreo, assentado sobre um embasamento plano e horizontal que se elevava cerca de um metro em relação ao solo natural e com telhado em quatro águas que se estendiam para cobrir os alpendres periféricos. A técnica construtiva variava de acordo com os meios disponíveis sem mudar o seu partido arquitetônico básico. Assim, há *bungalows* com paredes de pau-a-pique, estruturas de coberta em madeira e recobrimento em palha; com paredes de tijolos, estrutura de coberta em madeira e recobrimento em telhas de barro e, até mesmo, montados em estruturas em ferro com vedações e recobrimento em chapas de ferro onduladas ou estampadas, como foi o caso dos pré-fabricados na Europa, no fim do século XIX ,e exportados para a África, Ásia e América do Sul.

Esse tipo recebeu aprovação geral dos seus usuários e reconhecimento oficial quando suas características, estudadas pelo *Royal Institute of British Architects,* foram consideradas ideais para a habitação dos europeus nos trópicos e recomendadas como procedimentos normativos (Smith, T.R., 1868). O uso sistemático da varanda com o objetivo de amenizar as condições ambientais do espaço interno das casas é, como diziam os arquitetos ingleses, a característica principal do *bungalow.*

Muitas casas-grandes de engenhos, de Pernambuco e de outras regiões no Brasil, têm ou tiveram dessas varandas e o seu aparecimento pode ter resultado da evolução das primitivas varandas entaladas *nortenhas* ou da importação, em fins do século XVIII ou início do XIX, do tipo anglo-indiano do *bungalow.* Não resta dúvida quanto à evolução da varanda *nortenha* até aquela utilizada no século XVIII e que ocupava parcial ou totalmente uma fachada, processo este constatado em Portugal. Por outro lado, considerando a lenta dinâmica da colonização portuguesa, custa a crer que a varanda linear tenha evoluído para a periférica ao longo de três e, até mesmo, quatro fachadas da casa.

Os portugueses poderiam ter conhecido algum tipo de *bungalow* indiano no século XVI, pois Goa, posto avançado do mercantilismo luso, situa-se na mesma região de Bengala. No entanto, a casa típica de Goa tem as características do *falso bungalow,* isto é, os telhados dos seus alpendres periféricos encontram as paredes do núcleo central o que sugere a sua execução posterior (Hutt, 1988, p. 116). A arquitetura dos portugueses em Goa foi essencialmente urbana, o que dificulta a comparação dos tipos arquitetônicos ali encontrados com os tipos rurais brasileiros.

No Brasil, só há registros consistentes de casas rurais térreas, com varandas em três lados, a partir do século XIX.

Na Bahia, casas-grandes de engenhos com essas características *entraram em voga no Recôncavo na segunda metade do século XIX* (Pinho, 1946, p. 273). Em estudos mais recentes, Esterzilda Azevedo, embora reconhecendo *não dispor de documentação confiável,* estima que essas mesmas casas datem do final do século XVIII (Azevedo, E.B., 1990, p. 50).

Em 1825, Alexander Caldleugh, descrevendo sua viagem à América do Sul de 1819 a 1821, observou que as casas da vizinhança do Rio de Janeiro eram, em sua grande maioria, cercadas por varandas.

Em 1834, o pintor francês Jean Baptiste Debret, em seu livro *Voyage pittoresque et historique au Brésil,* descreveu e desenhou o que viu no Rio de Janeiro de 1816 a 1831, chamando de *varandas brasileiras* as que viu ao longo de três fachadas das casas dos arredores da cidade e lhes atribuiu a função de atenuar o calor nos cômodos interiores.

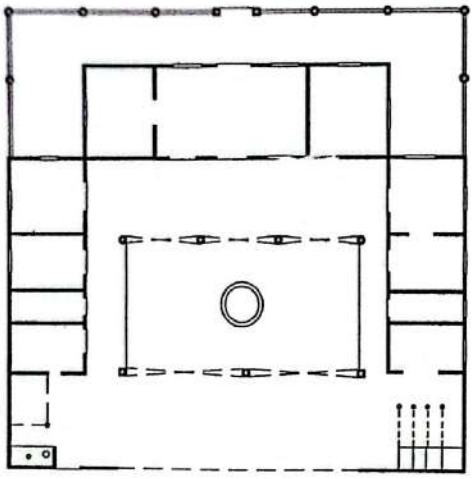
Em 1835, foi a vez de outro pintor, o alemão Rugendas, narrar sua viagem ao Brasil e, ainda com referência às *casas de colono,* que viu no Rio de Janeiro, notar curiosamente que *em torno delas se estende uma varanda que lembra as casas dos camponeses de alguns cantões suiços.*

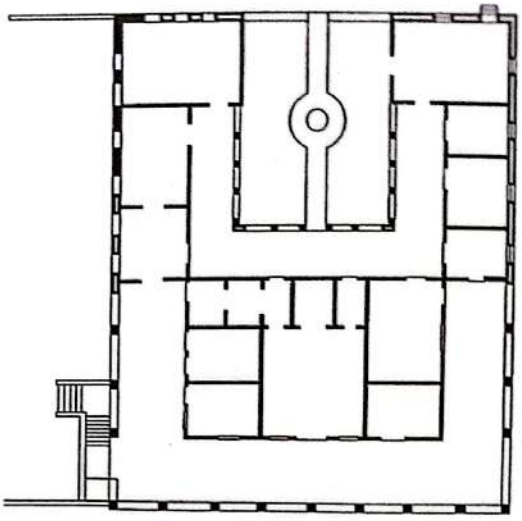
Casa de Grandjean de Montigny, na cidade do Rio de Janeiro, construída na segunda década do século XIX

Essas casas avarandadas, segundo o depoimento dos viajantes citados, eram casas de chácara e foram todas construídas nos arredores da cidade portuária do Rio de Janeiro, onde era possível se exercer a influência de gostos e costumes estrangeiros, principalmente após a *Abertura dos Portos,* em 1808. Essas varandas teriam sua origem nas casas-grandes dos engenhos (Santos, 1981. p. 35), no entanto, na vizinha região de Campos, que concentrava, no século XIX, a grande maioria dos engenhos de açúcar, não há registro de casa-grande alguma com varanda em três dos seus lados.

Das casas de fazenda, remanescentes na vizinhança da cidade do Rio de Janeiro, somente uma tem varanda em três lados, a de *Colubandê,* em São Gonçalo. Esta casa, segundo Paulo Santos, *tem uma dignidade e nobreza que a situam como dos pontos mais altos dos quatro séculos de arquitetura no Brasil e ademais disso, o prestígio de ser uma das casas mais autenticamente brasileiras.* O mesmo pesquisador conclui que, não existindo tipo similar em Portugal, a casa de *Colubandê* só pode ser uma invenção brasileira.

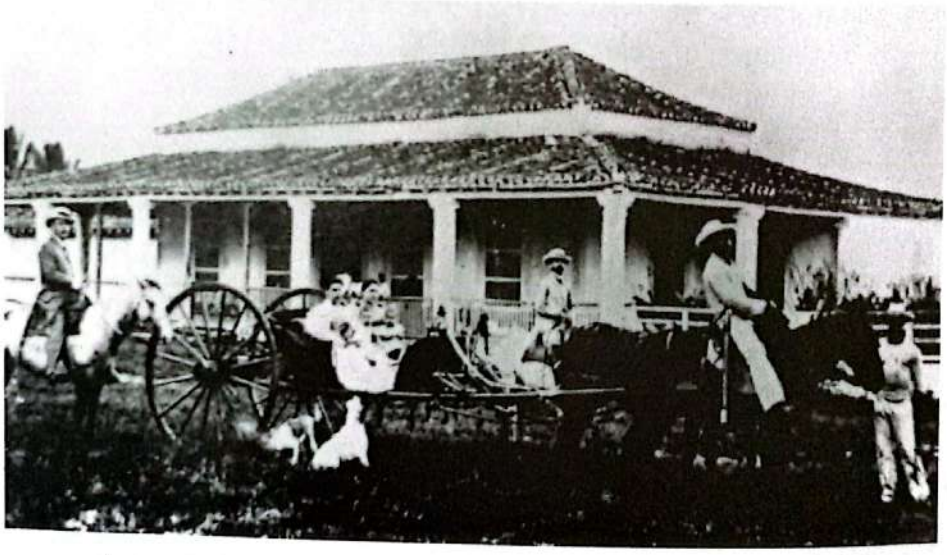
Casa de fazenda *Colubandê*, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, construída na segunda década do século XIX.





Acima, planta de uma casa rural cubana (F.P. de La Riva, 1952); ao lado, planta da fazenda *Colubandê* (Joaquim Cardoso, 1962).

Mas esta casa, cuja construção é *provavelmente de cerca de 1800* (Smith, R., 1969, p. 160) tem, como uma caracteristica que a diferencia da grande maioria de casas avarandadas, o pátio interno provido também de alpendres. A comparação da planta baixa desta casa com a de uma casa rural cubana do século passado (Riva,1952) sugere um cruzamento mais complexo e amplo de influências que teria sofrido a arquitetura realizada no Brasil e que contempla outras fontes além da antiga matriz portuguesa.

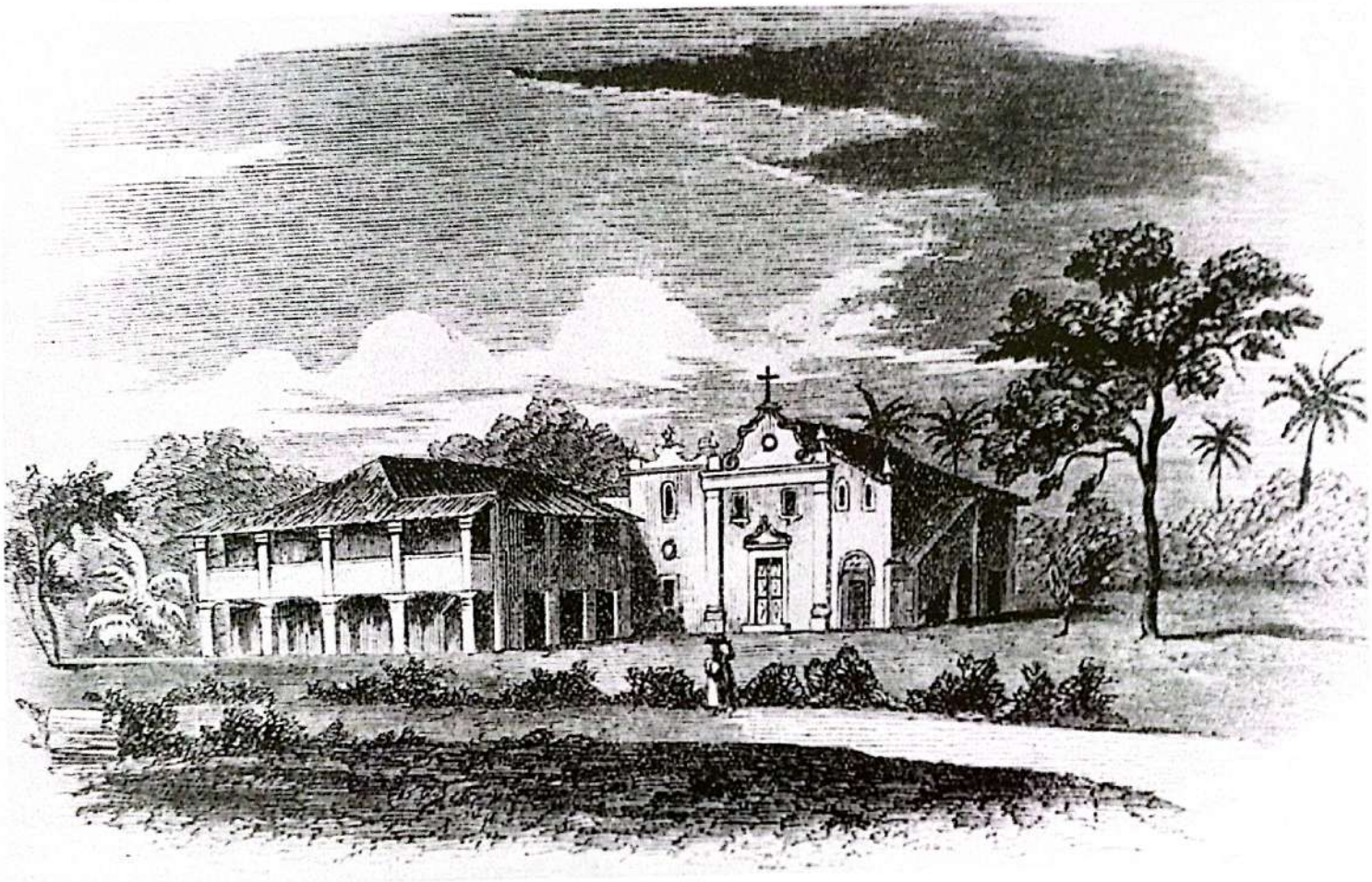


Casa de chácara nos arredores de Havana (F.P. de La Riva, 1952).

É lícito imaginar que esse tipo arquitetônico das casas avarandadas tenha surgido, no Brasil, nas zonas suburbanas e se difundido na zona rural, invertendo o sentido de influências suposto por Paulo Santos.

O primeiro registro de casas avarandadas desse tipo, em Pernambuco, data de 1824, quando Maria Graham publicou o seu livro intitulado *Journal of a voyage to Brazil and residence during the years 1821, 1822 and 1823* (Graham, 1824, p. 129). Graham descreveu naquela oportunidade um passeio pelos arredores da cidade do Recife e a visita a uma casa de campo que ela acredita ser do mesmo tipo de outras da vizinhança. Essa casa térrea e com varandas periféricas foi comparada com um *bungalow oriental* pela autora que já havia residido anteriormente na Índia e publicado, em 1812, um outro livro sob o título *Journal of a residence in India.*

Essa casa estava localizada num *sítio,* como eram chamadas as quintas ou chácaras que começaram a surgir nos arredores do Recife, no início do século XIX, resultantes de loteamentos de antigos engenhos de açúcar. Dentre os primeiros ocupantes desses *sítios,* havia muitos



Casa-grande e capela na praça *Chora Menino*, no Recife. (W. Hadfield, 1854).

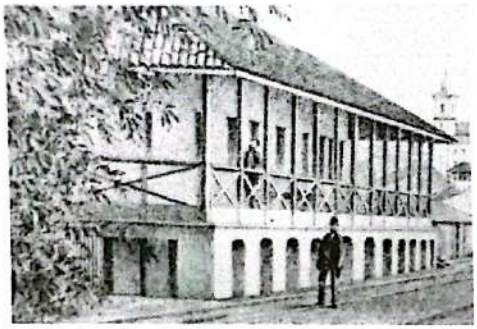
cidadãos ingleses, já em grande quantidade no Recife, e aos quais se credita a introdução do hábito de residir nos subúrbios dessa cidade (Freyre, 1977, p. 138).

A casa que Maria Graham visitou nos arredores do Recife e que comparou a um *bungalow oriental* pertencia a um cidadão inglês que pode tê-la adquirido de um brasileiro e não tê-la reformado, pode tê-la adaptado aos seus padrões de conforto ou ainda ter construído uma nova a seu gosto. A propósito, dois estrangeiros que haviam residido anteriormente no Recife, o inglês Koster (1809 - 1815) e o francês Tollenare (1816 - 1817) demonstraram, em suas crônicas, conhecer bem a cidade e seus arredores mas quando se referem às casas de chácara as descrevem sumariamente, sem notar a existência das discutidas varandas.

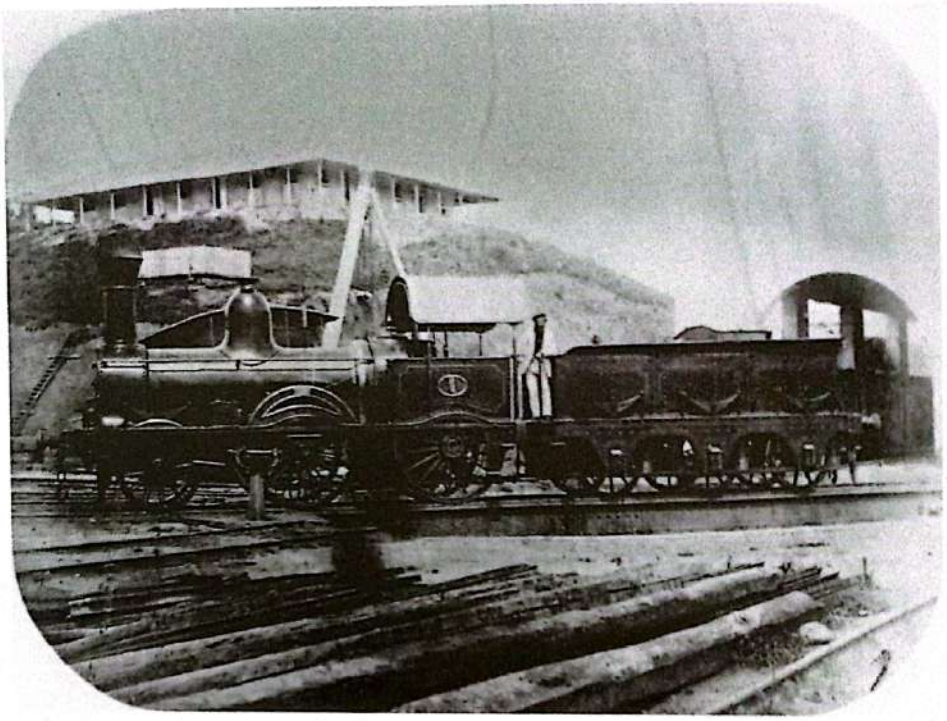
Teria sido fácil para o inglês, visitado por Graham, no Recife, adaptar a simples casa de chácara ao tipo que, se não vira, poderia conhecer pela experiência dos compatriotas na Índia, cercando-a com uma varanda e, portanto, fazê-la parecer com um *bungalow oriental.*

A presença inglesa no Recife foi significativa no século XIX. Em 1813, tiveram ali um cemitério exclusivo; em 1818, um hospital; e em 1838, uma igreja. Ligados ao comércio de exportação e importação, às fundições de peças de reposição para os maquinismos dos engenhos de açúcar, às estradas de ferro, às empresas de comunicação e às instituições financeiras, foram responsáveis pela introdução de hábitos e costumes adotados pelos nativos como símbolo de status social. Na realidade, no século passado, os ingleses estavam espalhados por todo o mundo subdesenvolvido, comprando matéria prima e vendendo produtos manufaturados. Tendo de residir em países de clima inóspito, tiveram de se adaptar, criando normas de procedimento, como as definidas pelo *Royal Institute of British Architects* para habitação de europeus nos trópicos.

As maiores e mais complexas das empresas inglesas eram as de construção e exploração das estradas de ferro que, não raro, construíam



Acima, casa de funcionário da estrada de ferro inglesa, no município pernambucano de Cabo de Santo Agostinho. Pormenor da litografia de Emil Bauch, 1852.



Ao lado, locomotiva e casa da estrada de ferro explorada pelos ingleses em Pernambuco. Foto de Augusto Stahl, 1858.

residências para seus altos funcionarios nos padrões de conforto ambiental considerados ideais segundo suas normas. Os tipos arquitetônicos dessas casas, por certo, eram modelares para os nativos, naturalmente. A casa-grande do engenho *Novo da Conceição,* classificada neste trabalho como *falso bungalow,* lembrava, *com as linhas de sua arquitetura... com o seu telhado em quatro águas, as casas em que os ingleses da Great Western e da Western Telegraph, moravam nos subúrbios do Poço da Panela, e de Apipucos, no Recife* (Rabelo, 1967).

É provável que o tipo do *bungalow* tenha sido introduzido nas colônias produtoras de açúcar nas Antilhas e no Caribe e, a partir daí, chegado ao Brasil. Desde fins do século XVIII até meados do século passado, os produtores de açúcar no Brasil importaram técnicas daquelas regiões. Junto com essas técnicas e com os profissionais ingleses e franceses que as introduziram, provavelmente chegaram também notícias sobre novas formas de habitar nos trópicos que não os tradicionais solares lusitanos.

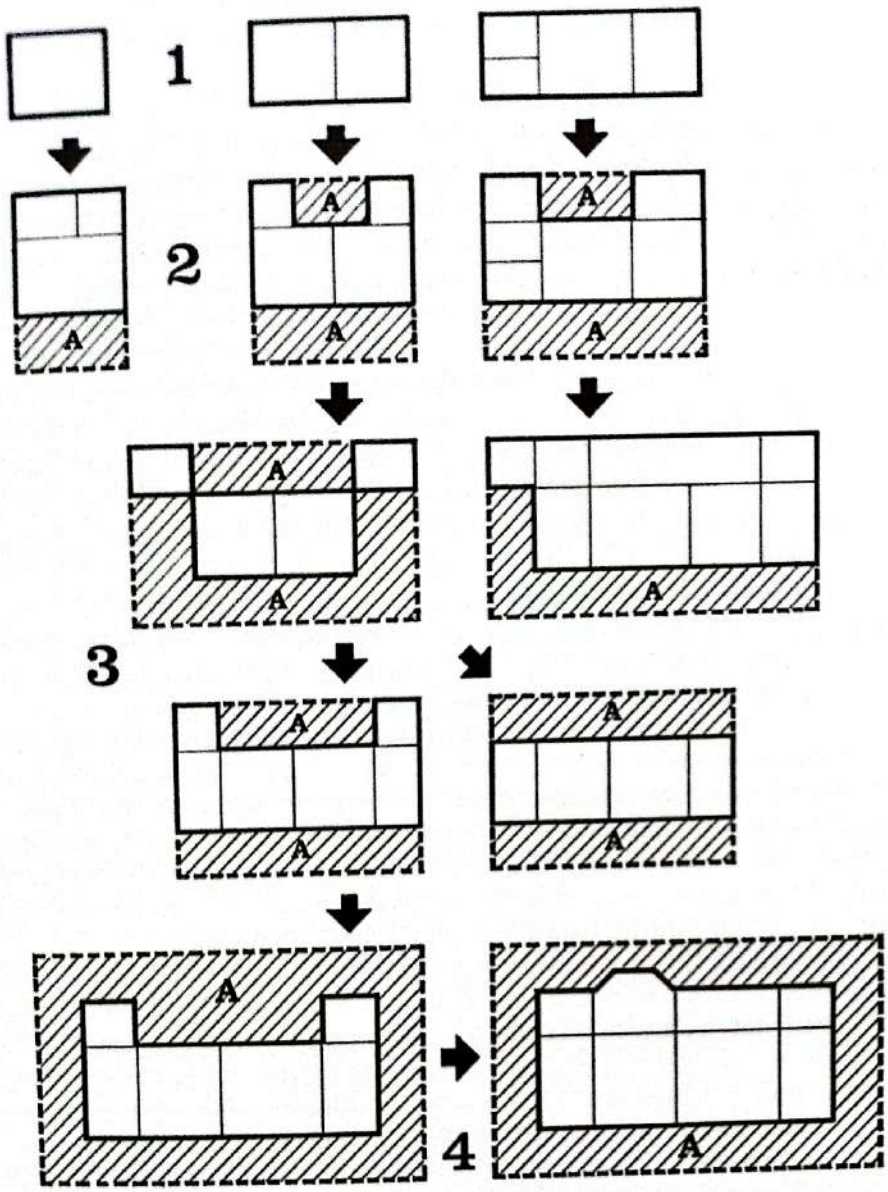
A propósito, Edward Long, em sua *History of Jamaica,* publicada em 1774, afirmava que as casas feitas pelos espanhóis, antigos colonizadores da ilha, eram muito pequenas mas que podiam ser facilmente aumentadas construindo varandas em três dos seus lados *à maneira oriental, e* isto teria sido, segundo Long, um mérito dos ingleses. O mesmo autor informa que as casas espanholas tinham varandas somente ao longo da fachada principal e, às vezes também, ao longo da fachada posterior e que os ingleses as cercavam inteiramente de varandas para torná-las mais *frescas e agradáveis.*

Na realidade, em todas as ilhas do mar do Caribe e do mar das Antilhas, cruzaram-se influências de tipos de arquitetura exógenos. Em 1899, Margherita Arlina Hamm, em seu livro, *Porto Rico and the West Indies,* notava que a maioria das casas da cidade de Ponce eram construídas *à moda de bungalows orientais* (Hamm, 1899, p. 29).

Na ilha de Trinidad, a arquitetura teria sido espanhola no século XVIII, francesa na primeira metade do século XIX e posteriormente inglesa (Acworth, 1949, p. 26). A residência do administrador da ilha, construída ali no período de influência inglesa, assemelha-se à casa-grande do engenho *Sapucají,* em Pernambuco, erigida em 1862.

Tipo semelhante ao *bungalow* também foi encontrado em ilhas de colonização francesa, como é o caso da Martinica, onde, no século XVIII, as

Casa do Superintendente da Marinha em Port-of-Spain, Trinidad. (A.C.Acworth).



Evolução das casas crioulas, um estudo da arquitetura vernacular francesa, (J. Edwards.1988).

1 - Primitivo Colonial Francês

2 - Colonial Francês

3 - Colonial Franco-Espanhol

4 - Pós-Colonial

A - Alpendre

casas dos senhores de engenho de açúcar tinham *galerias ao longo de três lados inteiramente integradas ao corpo principal da casa* (Mousnier; Bégot, 1987, p. 35A). Casas com essas características existiram também no Haiti, no mesmo período.

Grandes casas rurais com varandas periféricas já existiam desde o século XVIII, no sul dos Estados Unidos, como a casa *Parlange*, na Luisiana francesa, construída em 1750, um *clássico exemplo do estilo colonial francês* (Morrison, 1953, p. 263-4). A arquitetura colonial do sul dos Estados Unidos está repleta de exemplares de casas com varandas em todas as disposições conhecidas, também como resultado da diversidade de influências recebidas. Jay D. Edwards, em seu estudo publicado em 1988 sobre a arquitetura vernacular francesa da Louisiana, chegou a classificar as casas por suas plantas baixas e identificar-lhes a origem. Assim, as casas com varandas ao longo de uma ou duas fachadas (principal e posterior) teriam se originado do primitivo colonial francês; as que tinham três varandas e uma posterior entalada entre dois cômodos fechados, tipo correspondente ao designado neste trabalho como *bungalow*, se identificariam com o *estilo colonial franco-espanhol* (Edwards, J.,1988, p. 13).

Casas rurais com plantas retangulares e varandas periféricas foram típicas também nos engenhos de açúcar de Cuba, no século passado (Sanchez, 1936, p. 36).

Na realidade, casas rurais com varandas periféricas existiram na Colômbia, no Chile e na Argentina, no século XVIII, o que pode indicar uma

matriz espanhola. Contudo, as prováveis influências recebidas pelas casas-grandes dos engenhos pernambucanos têm suas origens em outras regiões produtoras de açúcar.

Voltando à realidade de Pernambuco, convém lembrar que casas-grandes com varandas periféricas não foram notadas por viajantes argutos como Koster e Tollenare, na segunda década do século XIX, nem por Vauthier, na metade desse mesmo século. Se elas fossem freqüentes e comuns por certo teriam sido percebidas. Comprovadamente, elas só começam a surgir em Pernambuco na segunda metade do século passado, por coincidência ou não, com a intensificação das atividades de empresas de cidadãos ingleses.

Os *chalets* do grupo **VIII** começam a surgir na zona rural de Pernambuco, em fins do século passado. Tendo como característica o telhado do corpo principal da casa em duas águas, foram construídos primeiramente nos subúrbios do Recife. Este tipo, oriundo da Europa Central, aparece simultanemente em todo o Brasil. No entanto Pereira da Costa, em seu *Estudo Histórico-retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco,* publicado em 1900, atribui à chegada ao Recife, em 1839, da *Companhia de Construção,* formada por 195 operários, sob a direção do engenheiro e arquiteto Augusto Koersting, a divulgação de novos conhecimentos sobre as artes da construção.

É bem verdade que esses operários foram utilizados principalmente na construção do teatro Santa Isabel, da Alfândega e do porto do Recife e, no interior da antiga província, na construção de pontes e estradas. Contudo, a participação desses operários foi episódica porque, ao fim de três anos somente, onze deles permaneciam em Pernambuco. Por outro lado, desde meados do século passado, cidadãos pernambucanos faziam seus estudos de engenharia na Europa e de lá traziam novas técnicas.

Pereira da Costa, no mesmo *Estudo* referido, afirmava que a nossa arquitetura não se recomendava pela sua originalidade nem pela sua elegância, defeito este que viria dos tempos da colônia quando se inspirava nos modelos da metrópole, *construídos com muita solidez.* No mesmo *Estudo,* notou que as construções rurais, como as urbanas, passaram a ter um aspecto elegante, quando escreveu:

As casa baixas, geralmente de quatro águas, com alpendres sobre pilares, deram lugar aos prédios elegantes construídos com os seus frontões e columnatas de formas e architectura differentes, no meio de jardins e pomares, fechados por gradil e portão de ferro, e por fim, os novos generos de construção , ao elegante chalet, com toda a leveza de seu typo original e às luxuosas habitações com sua frontaria de mármore bellamente architectadas, desde o modesto estylo toscano até o imponente góthico e o bello mourisco que dão às nossas estradas suburbanas e aos arrabaldes da cidade um aspecto imponente e agradável (Costa, F.A.P., 1900, p. 37).

O *elegante chalet* fazia parte do extenso rol de novidades do vocabulário eclético que se manifestava, essencialmente, na arquitetura urbana. A referência às *casas baixas, geralmente de quatro águas, com alpendres sobre pilares,* não é clara quanto à disposição dos alpendres, se lineares ou periféricos. Apesar de referir-se às *construcções do campo,* Pereira da Costa, de fato, alude às casas de chácaras nos *sítios* suburbanos do Recife, aparente limite de suas incursões, porque em toda a sua monumental obra sobre a história de Pernambuco, os *Anais Pernambucanos,* não há referências consideráveis às características formais de quaisquer dos edifícios dos engenhos de açúcar.

Tipologia

A classificação tipológica das capelas não se condiciona pelos seus elementos de decoração, embora estes sejam úteis para estimar a época de sua construção ou reforma. Uma vez construídas, as capelas foram os edifícios que menos se modificaram através do tempo. Raramente, nota-se tentativas de adaptação ao gosto contemporâneo e, quando isso ocorre, se manifesta no arranjo do frontão ou nos altares.

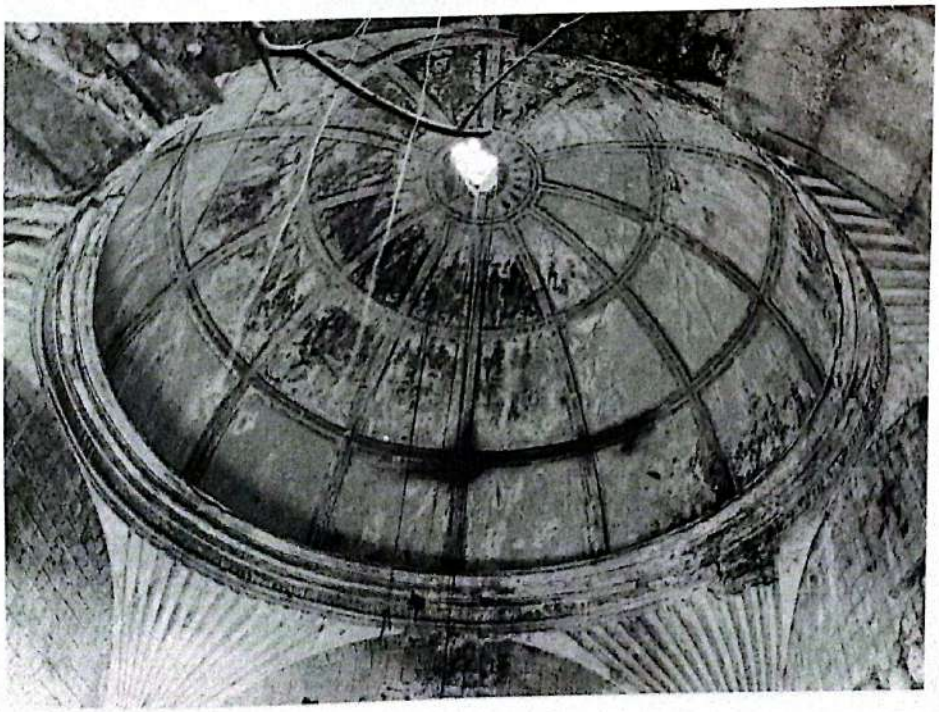
As capelas foram sempre construídas com materiais mais duráveis que os utilizados nos demais edifícios do engenho. As alvenarias, de pedra ou de tijolo, foram as técnicas preferidas, não se constatando caso algum de construção em taipa de qualquer tipo.

As coberturas sempre foram executadas com estruturas de madeira, utilizando-se tesouras de uma ou duas linhas, caibros e ripas. Enquanto as tesouras são em madeira lavrada, os caibros são, via de regra, roliços e as ripas freqüentemente se resumem a cascas de embira. O recobrimento é sempre em telhas de barro tipo canal. Contudo, no antigo morgado do Cabo, região onde se situaram alguns dos primeiros engenhos da capitania, encontra-se ainda as ruínas da ermida de São Gonçalo, com sua capela-mor coberta por uma cúpula esférica em alvenaria de tijolos.

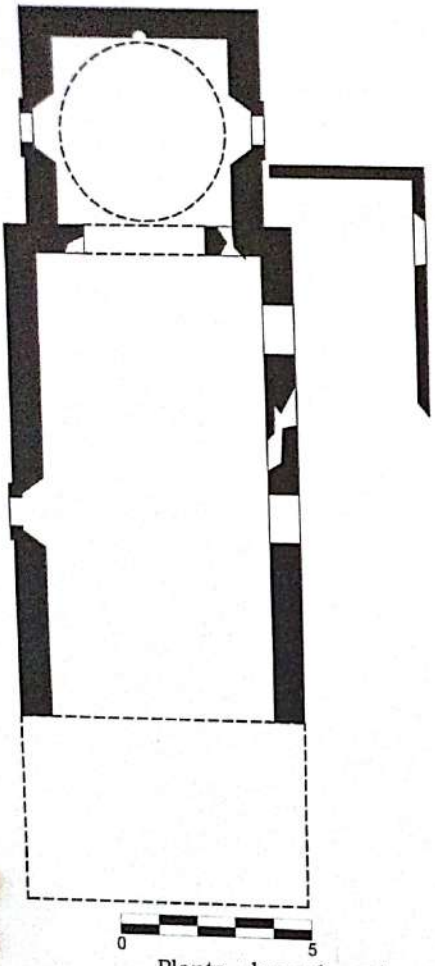
Considerando-se somente as capelas remanescentes, pode-se afirmar que os forros, quando existiam, limitavam-se à capela-mor, eram executados em madeira e tinham a forma de abóbadas de berço. No entanto, sabe-se que algumas dessas capelas foram suntuosas e teriam tido seus interiores profusamente decorados, como a do engenho *Bonito*, famosa por sua capela-mor forrada com abóbadas de arestas revestidas de talhas e por sua nave com um forro plano horizontal artisticamente pintado.

As capelas raramente tinham torres sineiras. Os seus sinos eram assentados em vãos abertos nas paredes no mesmo plano e ao lado da fachada do corpo principal.

As referências bibliográficas são unânimes quanto à riqueza dos interiores das capelas, mas o seu saque organizado e a venda de altares, imagens, pinturas e talhas impede uma classificação tipológica. Resta, como

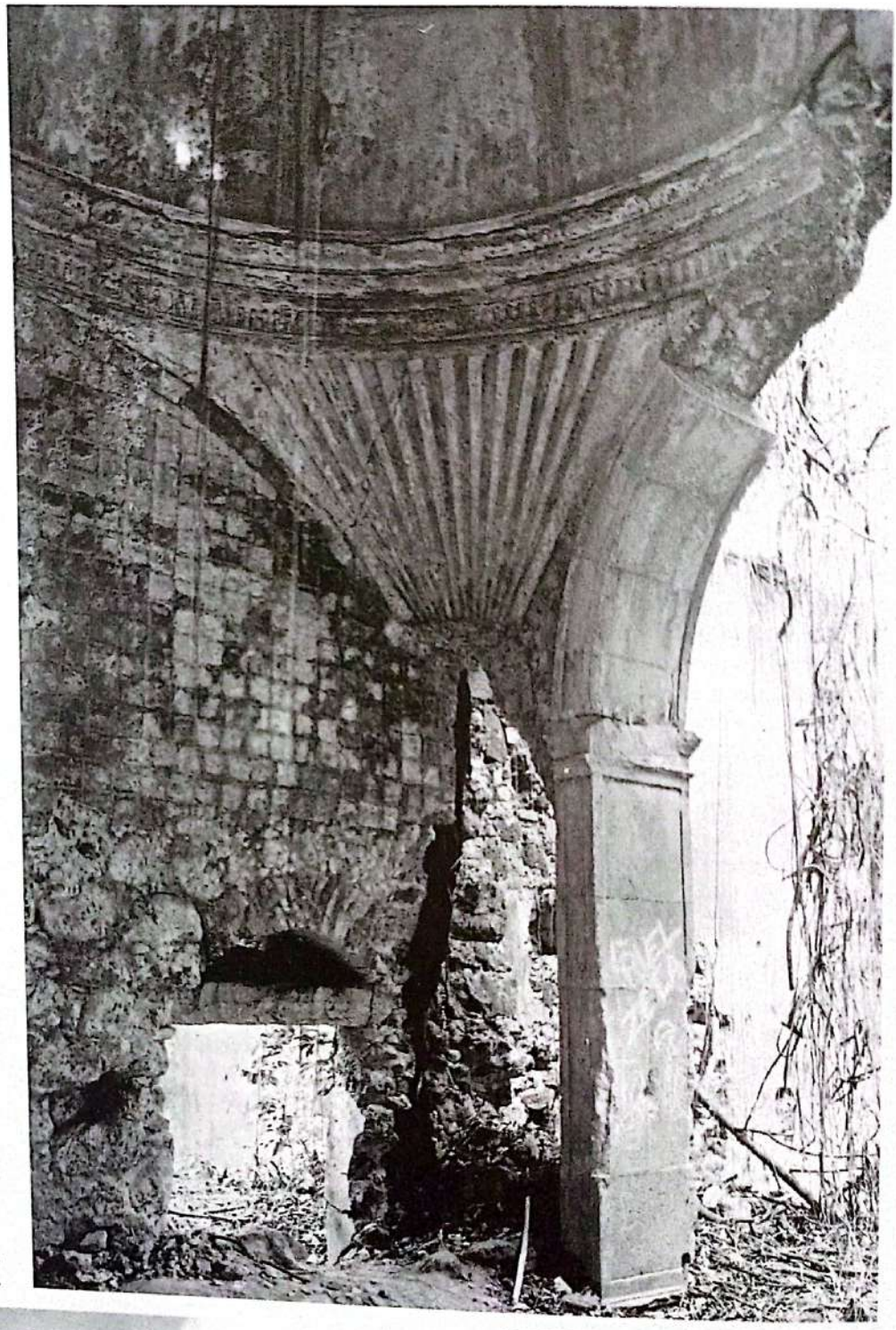


Cúpula da ermida de *São Gonçalo*, no Cabo de Santo Agostinho.



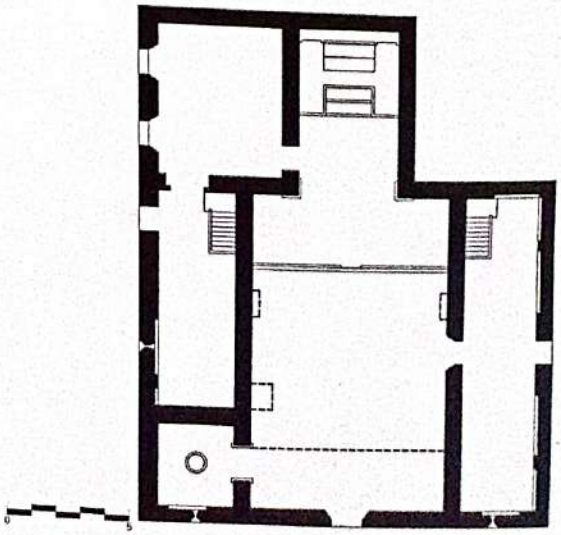
Planta das ruínas da ermida de *São Gonçalo*.
Levantamento do autor.

Ao lado, paredes que sustentam a cúpula da ermida de *São Gonçalo*, no Cabo de Santo Agostinho.



Fachada eclética da capela setecentista do engenho *Bonito*, em Nazaré da Mata.

Planta da capela do Engenho *Bonito*.
Fonte: FIAM.



Altar-mor, púlpito e tribuna da capela do engenho *Bonito*.

testemunho dessa opulência, a já referida capela do engenho *Bonito*, com seu altar-mor, arco-cruzeiro, tribunas e púlpito revestidos com talha dourada.

O programa era também muito simples, constituindo-se, basicamente, de nave, capela-mor, sacristia e coro. Os alpendres e galerias laterais aparecem somente em alguns tipos. Todas as atividades se realizam no pavimento térreo, à exceção do coro que, invariavelmente, situa-se no pavimento superior e ocupa o primeiro terço da nave, sobre a entrada principal.

Algumas capelas possuem galerias laterais, sempre em dois pavimentos quando a capela é contígua à casa-grande para garantir a privacidade da família do senhor do engenho.

As capelas foram classificadas em três grupos de partidos arquitetônicos e sua ordem é também cronológica, embora tipos de grupos mais antigos possam emergir ao mesmo tempo que os mais recentes.

O Grupo **I** possui o programa mais reduzido, essencialmente a nave, a capela-mor e a sacristia contidos em três volumes distintos, sendo o menor para a sacristia, o intermediário para a capela-mor e o maior para a nave. Os exemplares deste grupo estão presentes na iconografia holandesa do século XVII.

IA - Este tipo, com seu programa limitado à nave e à capela-mor, não tem registros iconográficos. Um dos dois exemplares remanescentes é a ruína de uma capela que, embora rural, não pertenceu a um engenho de açúcar propriamente dito. Trata-se da ermida de São Gonçalo, em terras do antigo engenho *Jurissaca*, que possuía sua própria capela.

Capela do engenho *Mundo Novo*, em Itaquitinga.

A ermida possui ainda uma capela-mor de planta quadrada coberta por uma cúpula sobre pendentes esféricos. Tanto o intradorso da cúpula como as faces internas das paredes que a sustentam eram revestidas com azulejos tipo tapete. Esta capela, originalmente não possuía sacristia. Os restos das paredes que ainda lá se encontram e que poderiam ter formado a sacristia de construção posterior não têm amarração com as paredes da capela-mor. Na frente desta capela, existe uma saliência de terreno que pode encobrir o que teria sido um adro ou a base de um alpendre. A construção da ermida é anterior à invasão holandesa.

É possível que este tenha sido o modelo das primeiras capelas rurais no Brasil Colônia.

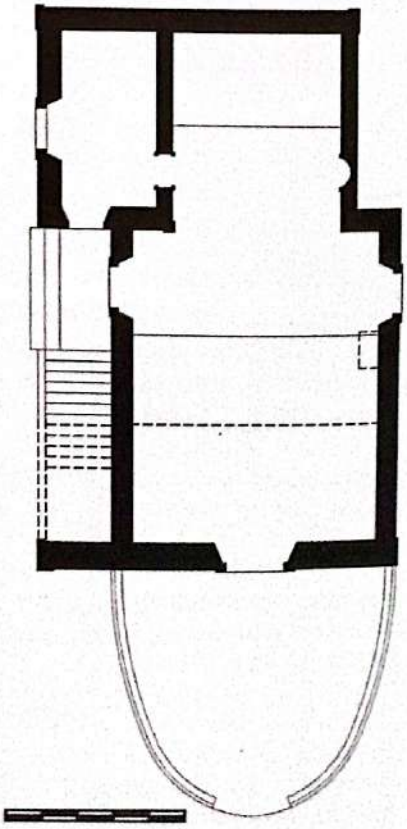
O outro exemplar remanescente, a capela do *Engenho Novo*, no município de Itaquitinga, não tem cúpula na capela-mor e data do século XVIII.

O tipo **IB** distingue-se do anterior somente pelo aparecimento da sacristia, sempre ao lado da capela-mor, e do coro, ao qual, às vezes, se tem acesso por escadas externas sem coberta. As dimensões das capelas variam muito, mas é constante a relação de superioridade do volume da nave em relação ao da capela-mor.

A composição básica dos vãos da fachada é o triângulo formado pela única porta central e as duas janelas do coro. Um óculo, no eixo vertical de simetria e um pouco acima do nível das janelas, aparece com razoável freqüência. Os elementos decorativos da fachada limitam-se ao frontão, cuja cornija se encurva de várias maneiras.

A este tipo pertencem as capelas dos engenhos *Patrimônio*, no município de Condado; *Terra Nova*, em Aliança; *Conceição* e *Tamataúpe de Flores*, em Buenos Aires; *Araticuns*, em Vicência; *São Sebastião*, em Itambé; *Monte Alegre*, em Macaparana; *Pindoba*, em Timbaúba; *Canavieira*, em Chã de Alegria; *Jurissaca*, no Cabo; *Murin*, em São José da Coroa Grande; *Penedo Velho* e *Primavera*, em Tracunhaém; *Bujari*, em Goiana; *Guabiraba*, em Limoeiro; *Pagy*, em Nazaré da Mata; e *Tabairé*, em Itaquitinga.

Vista e planta da capela do engenho *Tabairé*, em Itaquitinga. **Planta:** FIAM.

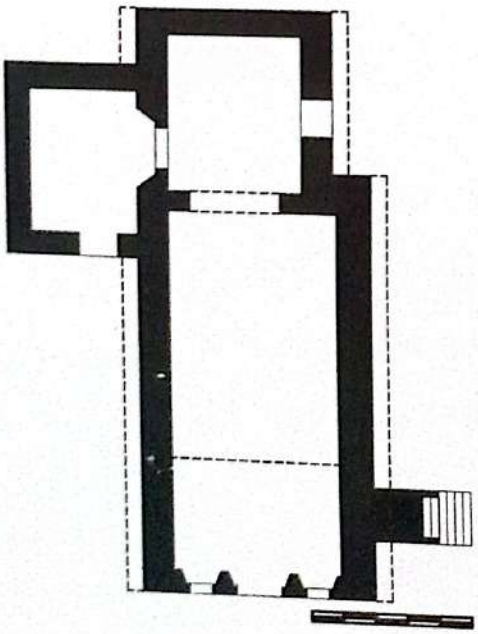


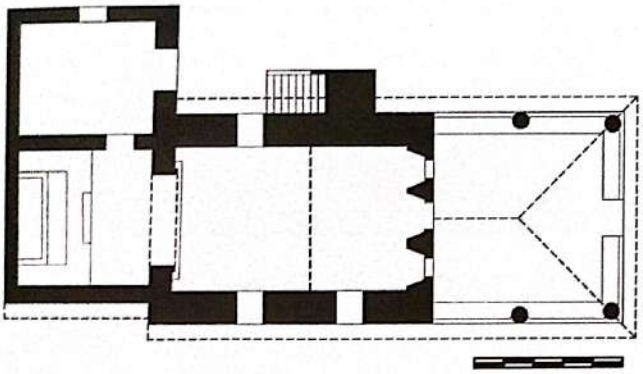
Capela do engenho *São Sebastião*, em Itambé.

Capela do engenho *Terra nova*, em Aliança.

Capela do engenho *Penedo Velho*, em Tracunhaém.

Planta e vista da Capela do engenho *Jurissaca*, no Cabo de Santo Agostinho.
Planta: FIDEM.





O tipo **IC,** além das características básicas, possui um alpendre com coberta em três águas na fachada principal.

A iconografia setecentista holandesa registra este tipo de capela com alpendres cobertos com uma, duas e três águas, mas os exemplares remanescentes em Pernambuco e na Paraíba têm três águas. Esses alpendres têm sempre a estrutura de coberta em madeira , recobrimento em telhas cerâmicas e se apoiam em colunas de alvenaria de tijolos.

No vizinho Estado da Paraíba, encontra-se o exemplar mais erudito desse tipo. Trata-se da capela do engenho de *N. Sra. do Socorro,* no município de Santa Rita. Os capitéis toscanos das colunas tronco-cônicas dessa capela setecentista atestam a importância do seu alpendre no programa do edifício.

Os exemplares pernambucanos desse tipo são as capelas do engenho *Garapu,* no município do Cabo, e do engenho *Caraúbas,* em Paudalho.

Acima, à esquerda, vista da capela do engenho *Garapu,* no Cabo de Santo Agostinho.
Acima, vista da mesma capela.
Foto de Juventino Gomes, acervo da Fundação Joaquim Nabuco.
Planta: FIDEM.

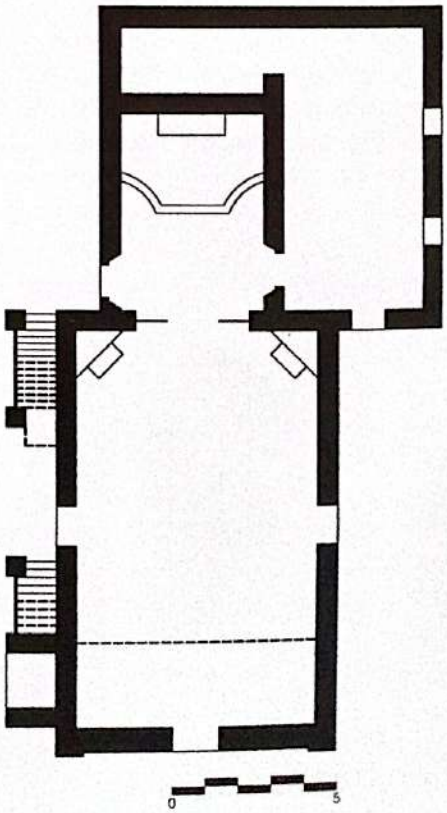
Capela do engenho *N. Sra. do Socorro,* em Santa Rita, Paraíba.

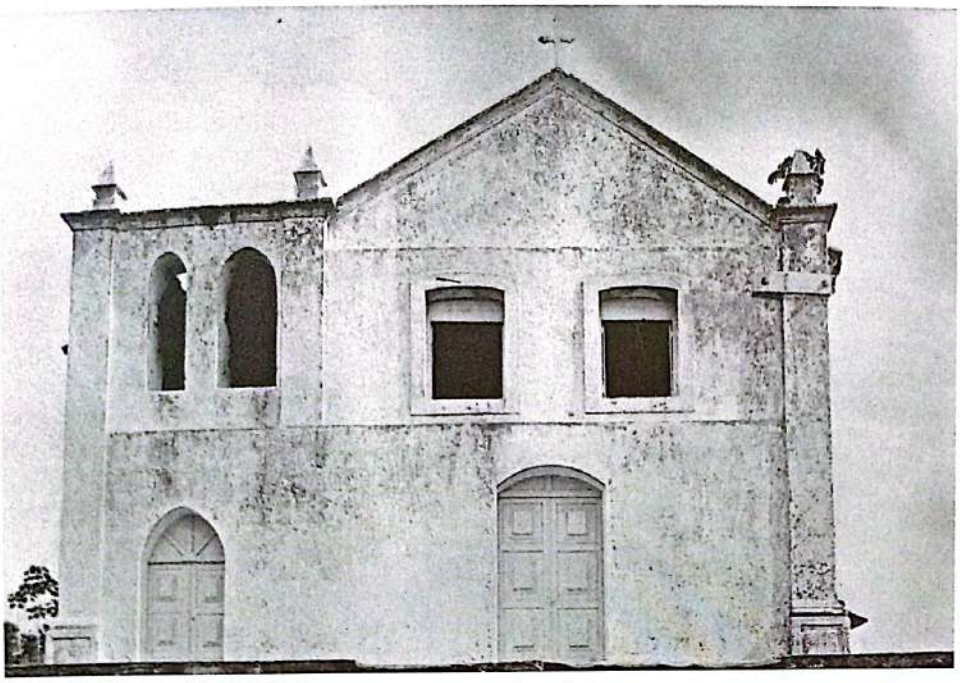
Capela do engenho *Caraúbas*, em Paudalho.

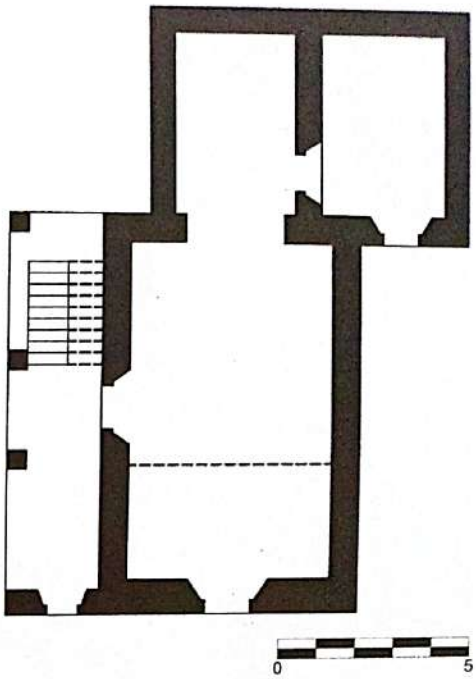
O grupo **II**, dividido em dois tipos, constitui-se de capelas com os mesmos espaços do grupo anterior e mais galerias laterais contíguas e paralelas à nave.

O tipo **IIA** se caracteriza por uma única galeria que serve, essencialmente, para cobrir a escada de acesso ao coro e, eventualmente, ao púlpito. Os exemplares deste tipo são as capelas do engenho *Massangana* e *Matas*, no município do Cabo; *Miranda*, em Goiana; e *Patos*, em São Vicente Férrer. Nesta última capela, a escada de acesso ao coro não é externa, mas pode tê-lo sido, pois ainda existe na galeria lateral o que pode ter sido o patamar de acesso para o coro ao nível do seu piso.

Vista e planta da capela do engenho *Miranda*, em Goiana.
Planta: FIAM.

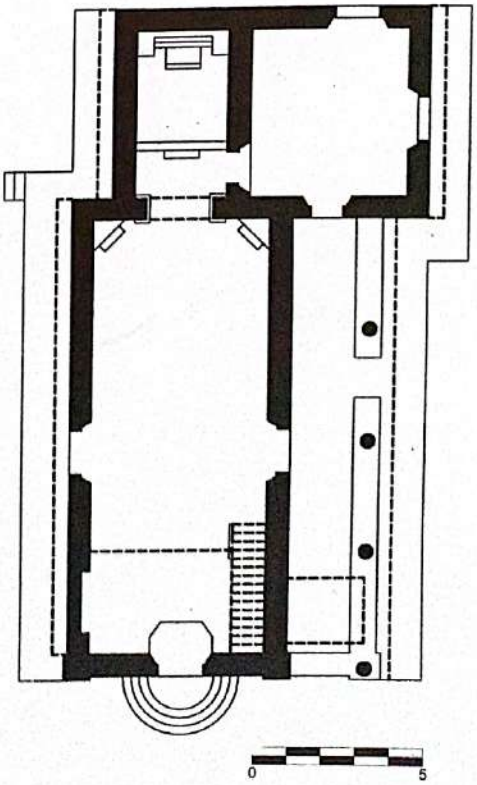






Vista frontal e planta da capela do engenho *Massangana*, no Cabo de Santo Agostinho.
Planta: FIDEM.

Planta, vista frontal e posterior da capela do engenho *Patos*, em São Vicente Ferrer.
Planta: FIAM.



Capela do engenho *Boa Vista*, em Timbaúba.

O tipo **IIB** é constituído de capelas com duas galerias fechadas, uma de cada lado da nave. Como nas capelas do tipo anterior, é nessas galerias que se localizam as escadas de acesso ao coro e ao púlpito. As capelas contíguas às casas-grandes sempre têm essas galerias com dois pavimentos.

Capela do engenho *Angústias*, em Carpina.

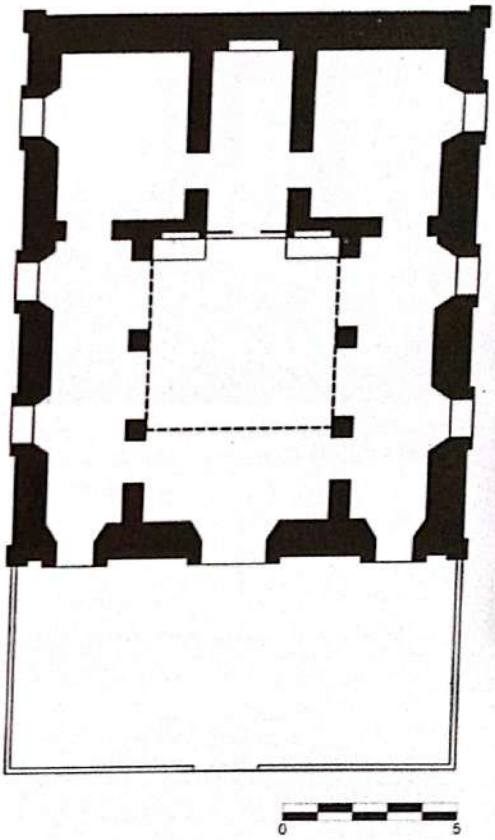
Os exemplares deste tipo são as capelas do engenho *Bonito*, no município de Nazaré da Mata; *Poço Comprido*, em Vicência; *Boa Vista*, em Timbaúba; e *Angústia*, em Carpina, todos do século XVIII. Construídas no século passado e pertencentes a esse mesmo tipo, são as capelas do engenho *Morojó*, no município de Nazaré da Mata, e *São João Novo*, em Pombos.

Cabe destacar, dentre essas, a capela do engenho *Bonito*, que ainda conserva um rico interior com obras de talha em madeira no altar-mor, no forro da capela-mor, no arco-cruzeiro, nos púlpitos e na mesa de comunhão. A nave tem um forro plano e horizontal, policromado, com a representação de São Francisco Xavier pregando aos índios.

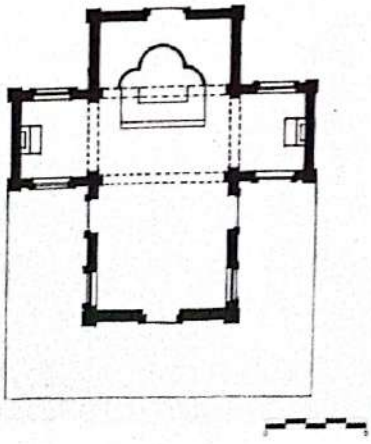
No mesmo lugar desta capela, os jesuítas haviam construído uma outra em 1606. A atual foi erigida em 1747 e sua fachada foi reformada em 1862.

A riqueza, o apuro e o capricho do interior dessa capela são um raro e eloqüente testemunho do que pode ter sido um procedimento muito freqüente nas capelas dos engenhos de açúcar em Pernambuco.

Planta e vista da capela do engenho *Limoeiro Velho*, em Escada. **Planta:** FIAM.



O grupo **III** é constituído de capelas de três naves sob um mesmo telhado contínuo. Os exemplares conhecidos são do século XIX e têm suas fachadas e interiores realizados no estilo neoclássico. A este grupo pertencem as capelas do engenho *Gaipió*, no município de Ipojuca, e *Limoeiro Velho*, em Escada.

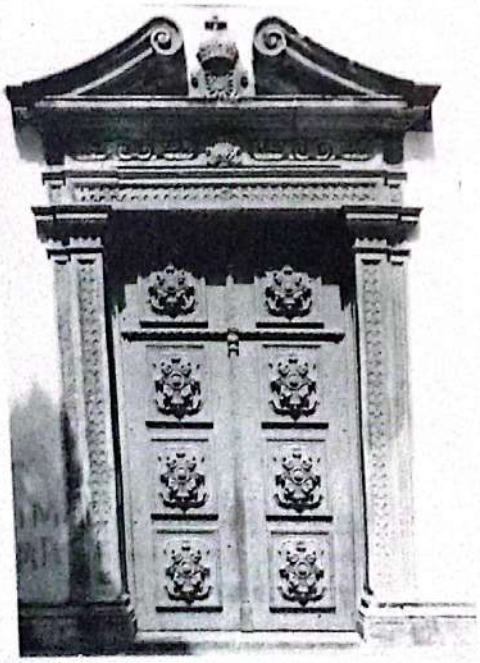


Vista e planta da capela do engenho *Freixeiras Velha*, em Escada. **Planta:** FIAM.

Capela do engenho *Gaipió*, em Ipojuca.

Vista da portada e da capela do engenho *N. Sra. do Patrocínio*, em Santa Rita, na Paraíba.

Portada da igreja do Espírito Santo, no Recife.



Em fins do século passado, surgem algumas capelas no estilo eclético que, devido à diversidade e dispersão dos exemplares, não chegam a se caracterizar como um tipo arquitetônico. É o caso da capela do engenho *Frecheiras Velha*, no município de Escada, com sua inusitada planta em cruz e seus vãos com bandeiras em ogivas neogóticas e também da capela do engenho *Matapiruna*, no mesmo município, em estilo neo-românico.

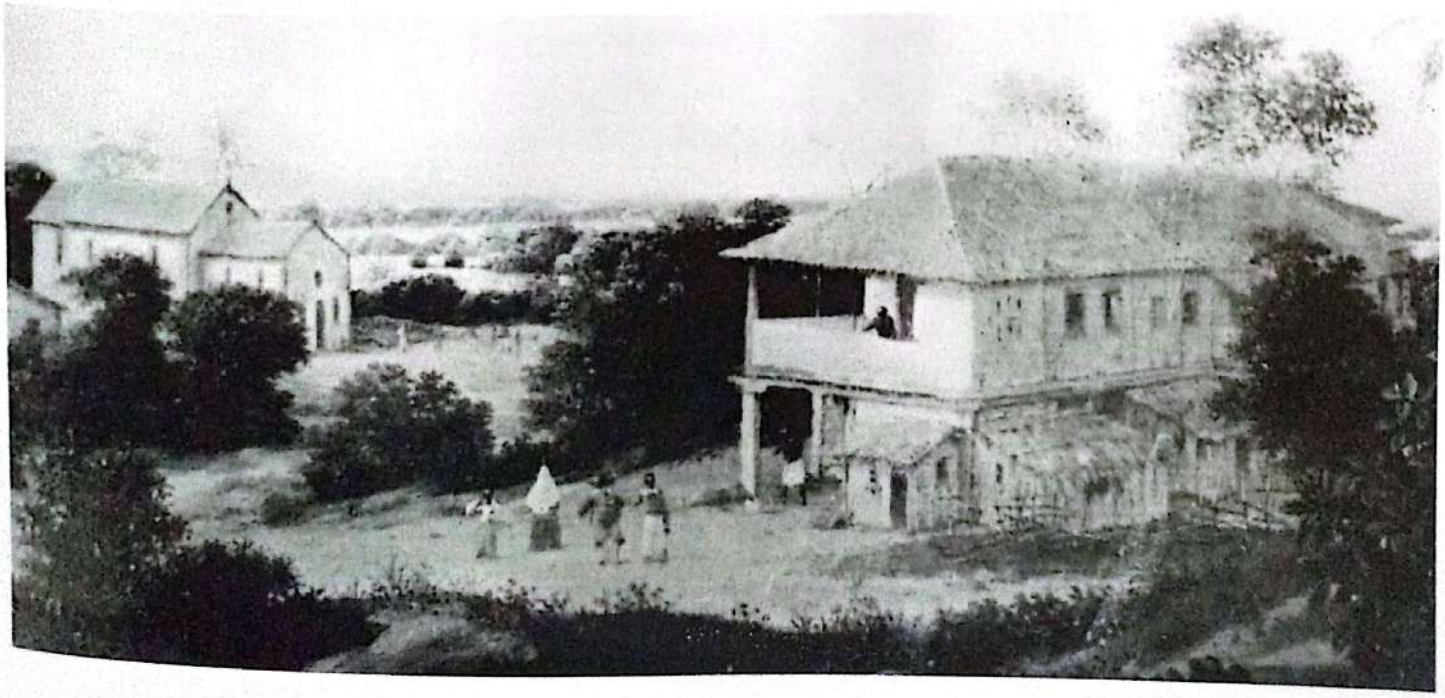
No vizinho estado da Paraíba, encontra-se uma capela cuja singularidade não se pode atribuir ao gosto eclético, porque sua construção data do período colonial. Trata-se da capela do engenho de *N. Sra. do Patrocínio*, no município de Santa Rita. A planta hexagonal de sua nave e o apuro estético de sua portada (semelhante à portada setecentista da igreja jesuíta do Espírito Santo, no Recife) atestam a erudição do exemplar.

Origens

A vida social do engenho de açúcar em parte se realizava nas capelas, que tanto se prestavam para demonstrar a fé católica do senhor de engenho como também as suas posses. Algumas delas devem ter sido verdadeiramente primorosas a ponto de despertar a admiração dos franciscanos, exímios artífices da opulenta arquitetura religiosa do Nordeste brasileiro. O Frei Jaboatão, em seu *Novo Orbe Seráfico*, publicado em 1764, referia-se à capela do engenho de *S. Franciso da Varge*, no distrito de Olinda, como *muy avantajada em fábrica* e *uma das muy perfeitas e bem ornadas que se achão por fora*, acrescentando que o senhor de engenho *mandou vir do Reyno as imagens do Seráfico Padre e Santo Antônio pelos annos de 1725* (Jaboatan, 1980, p. 36A).

Capelas tão *avantajadas*, por certo, não se destinavam somente aos ofícios religiosos, embora estes, em certas datas, fossem realizados com pompa singular. Ao referir-se à música que se executava em Pernambuco, Pereira da Costa em seus *Anais Pernambucano*, menciona algumas capelas de engenhos eventualmente dotadas de orquestras. Cita João Fernandes Vieira que tinha para *o serviço religioso da igreja de seu engenho de S. João da Várzea os melhores músicos que havia, formando uma capela composta de vários instrumentos e diversos ternos de charamelas*. Com relação a uma missa que teria sido celebrada em 1646, na capela de um dos engenhos situados na paróquia da Várzea, Pereira da Costa afirma que ela *foi cantada a três coros, com extremada música* (Costa, F. A. P., 1983, p. 157).

Capela de engenho com galilé fechada. Pormenor de quadro de Frans Post.



Mas não era somente missa que se dizia nas igrejas brasileiras do Brasil Colonial. Pelo menos nas igrejas das ordens religiosas, representavam-se peças teatrais e, até mesmo, se dançava. Não há informações sobre essa diversidade funcional nas capelas rurais, mas não resta dúvida alguma sobre a importância do papel das capelas na vida social dos engenhos (Freyre, 1961, p. 343).

As informações mais antigas sobre as capelas de engenhos em Pernambuco são a iconografia holandesa do século XVII. Segundo essa fonte, todas as capelas eram edifícios separados dos demais e, como eles, eram desprovidos de elementos decorativos. É possível que as capelas *avantajadas* e *bem ornadas* a que se referem o Frei Jaboatão e Pereira da Costa só tenham começado a surgir após a expulsão dos holandeses e conseqüente restauração integral da liberdade de culto da religião católica.

A bibliografia e iconografia sobre as capelas é muito sumária e pouco significativa por todo o século XVIII. Somente em 1821, com a publicação da *History of Brazil*, por James Henderson, volta a surgir, como uma de suas ilustrações, uma gravura com a imagem de uma capela de engenho de Pernambuco. Trata-se do engenho da *Torre*, próximo à cidade do Recife.

Pode-se notar que a capela, com sua fachada dividida pelas pilastras em três partes, já é um edifício bem maior do que os seus similares representados na iconografia holandesa. O corpo central, com seu frontão encimado por volutas sugere uma construção do século XVIII, o mesmo ocorrendo com o coroamento bulboso da torre sineira, sem dúvida um elemento raro na arquitetura rural religiosa de Pernambuco. Henderson apresenta a capela simplesmente junto com a casa, como uma *representação do exterior*, sem comentários no texto. Apesar de contíguos, capela e casa-grande têm cobertas independentes.

Capela e casa-grande do engenho *Macujê*.
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

Só resta uma fotografia da capela de fachada mais erudita, a do engenho *Macujê*. Como a do engenho da *Torre*, ela é conjugada com a casa-grande e tem sua fachada dividida por pilastras em três partes, ostentando, a central, uma composição primorosa com duas janelas rasgadas no coro, formando um triângulo com a única porta no pavimento térreo. Sua cornija encurvada, as volutas do seu frontão e seus coruchéus compõem-se exatamente como na fachada da capela do sítio da *Jaqueira*, construída nos arredores do Recife em 1766, cujo projeto e execução são atribuídos por Ayrton Carvalho ao *Mestre Pedreiro* Francisco Nunes Soares. Este mesmo artista, segundo D. Clemente da Silva-Nigra, construiu a fachada da igreja do mosteiro de São Bento, de Olinda, de 1761 a 1763 (Mello, J. A. G., 1959).

Capela do sítio da *Jaqueira*, no Recife (esquerda); e capela do engenho *São Braz*, no Cabo de Santo Agostinho (direita).

As semelhanças entre os corpos centrais das fachadas da capela do engenho *Macujê* e do sítio da *Jaqueira* são muito evidentes para serem ignoradas ou classificadas como coincidência. Podem ter sido concebidas e executadas por um mesmo artista ou por artistas diferentes seguindo um mesmo modelo. A analogia entre as duas capelas permite datá-las do século XVIII.

Uma outra capela também desaparecida é a do engenho *Noruega*, fartamente documentada por Gilberto Freyre, que atribui sua construção ao século XVIII. Como as capelas dos engenhos da *Torre* e *Macujê*, a do engenho *Noruega* era também conjugada com a casa-grande, o que parece ter sido típico no século XVIII, de quando data a remanescente e similar capela do engenho *Poço Comprido*.

Tanto as capelas dispostas em uma das extremidades como na parte central da fachada principal da casas rurais foram construídas no século XVIII, no norte de Portugal, provável origem do partido que surgiu em Pernambuco no mesmo século, como já foi sugerido no capítulo relativo às casas-grandes.

Os tipos de capela identificados nos antigos engenhos pernambucanos não diferem muito dos existentes nas zonas rurais e urbanas do resto do Brasil e são oriundos, sem dúvida, de Portugal. Contudo existem discordâncias quanto à função e ao edifício de origem dos alpendres erigidos na fachada principal das capelas .

Alpendres em capelas já existiam em Portugal desde o século XVI e, segundo Paulo Ormindo Azevedo, se destinavam a abrigar peregrinos por ocasião de festas religiosas com maior afluência de fiéis (Azevedo, P. O., 1983, p. 82). Em alguns casos, o púlpito delas se localiza num dos pilares do alpendre, como na capela do *Calvário*, em Fundão, Portugal.

Outro autor, Luiz Saia, reforça a tese da origem portuguesa dos alpendres nas fachadas das capelas rurais brasileiras, estendendo o universo de sua pesquisa além dos limites da regiões produtoras de açúcar.

Embora concordando quanto à origem portuguesa dos alpendres, os dois autores citados discordam quanto à função original desses espaços. Para Saia, o alpendre teria sua função mais ligada ao nártex, espaço seletivo das antigas basílicas reservados para os catecúmenos (Saia, 1939, p. 240).

Por outro lado, Azevedo considera o alpendre muito mais um filtro social do que religioso, excluindo, portanto, a hipótese de ligação de sua origem com o nártex. Segundo Azevedo,

nas capelas dos engenhos do Recôncavo, por exemplo, ao lado da capela-mor, e ligada a ela por uma janela com treliças, existe sempre uma sala onde os membros mais elevados da hierarquia patriarcal assistiam à missa; a nave era reservada, provavelmente, para os convidados assalariados e forros, assim como o alpendre e o adro para o exército de escravos (Azevedo, P. O., 1983, p. 83).

Capela do *Senhor dos Perdidos*, em Ponte do Lima, Portugal.

Capela do *Calvário*, em Fundão, Portugal.

As capelas dos engenhos de Pernambuco, no século XVII, segundo os quadros holandeses contemporâneos, não possuíam esse cômodo para uso exclusivo dos membros da família dos seus proprietários.

Construídos provavelmente no século XVIII, os engenhos *Noruega* (demolido) e *Poço Comprido*, possuíam capelas com galerias laterais em dois pavimentos, sendo o superior ligado ao pavimento do mesmo nível das casas-grandes contíguas. Dessa forma, garantia-se o privilégio do isolamento para os familiares dos senhores de engenho que tinham acesso exclusivo a cômodos situados no pavimento superior, nos quais assistiam

Capela urbana do *São Roque*, em Sirinhaém.

aos ofícios religiosos através de tribunas na nave e na capela-mor. Essas capelas não possuíam alpendre como também não o possuía a capela do engenho da *Torre*, representada por Henderson em 1821, e que tinha o mesmo partido arquitetônico das capelas referidas anteriormente.

Igreja urbana com alpendre fronteiro, em Pernambuco, segundo quadro de Frans Post.

Nesses casos, garantido o isolamento dos familiares do senhor de engenho, a nave da capela sem alpendre abrigaria assalariados, forros e escravos, o que, de certa forma, contraria a tese de Azevedo sobre a compartimentação do templo em função da posição social dos fiéis. Na realidade, por todo o período colonial e no século XIX, foram construídas capelas sem alpendre, conjugadas ou não com casas-grandes.

A segunda tese polêmica é a de Gilberto Freyre, quando afirma que *as igrejas assimilaram caracteres da casa-grande; o copiar, por exemplo* (Freyre, 1944, p. XXXVII).

Mais uma vez recorrendo aos quadros do holandês Frans Post, convém lembrar que o pintor retrata alpendres tanto em capelas rurais como nas urbanas. Nestas, o alpendre apresenta-se com um notável apuro de fatura e se constitui num importante elemento de composição plástica do edifício. Nas cenas de engenhos, num mesmo quadro, capelas alpendradas coexistem com casas de vivenda com alpendres entalados, como nas casas congêneres do norte de Portugal .

O excelente acabamento das colunas, arquitrave e tímpano do alpendre de uma das igrejas urbanas retratadas por Frans Post, expressa o requinte desse espaço e dá sentido aos argumentos que Luiz Saia usa para refutar os argumentos de Freyre.

Saia assevera que *a solução capela com alpendre não é exclusivamente rural e vizinha das casas-grandes alpendradas mas também urbana* e que, *além disso, não se deve esquecer que o edifício religioso alpendrado é uma tradição arquitetônica ocidental que data dos primeiros tempos do cristianismo* (Saia, 1939, p. 237).

Em Pernambuco, somente a partir do século XIX, os alpendres das casas-grandes passaram a ser um dos espaços arquitetônicos mais importantes do edifício, notando-se ali colunas toscanas de alvenaria de tijolos com capitéis bem cuidados, mas, nessa época, já rareavam as capelas alpendradas.

Uma outra hipótese, derivada da formulada por Gilberto Freyre, foi lançada por Joaquim Cardoso. Segundo este famoso engenheiro e poeta pernambucano,

a capela, na sua passagem do interior da casa-grande para o exterior, fica instalada num recanto da varanda que é então utilizada como nártex e não é absurdo admitir-se que, ao descer da varanda para se colocar ao largo da casa tenha levado consigo a necessidade de um alpendre (Cardoso, 1962, p. 10).

Em Pernambuco, o que se nota é a inversão do sentido desse suposto movimento da capela do interior da casa-grande para o seu exterior. Desde o século XVII, as capelas rurais pernambucanas eram isoladas das casas- grandes e com estas só viriam se juntar no século XVIII, para rarearem no século XIX e até desaparecerem, sendo substituídas por simples oratórios.

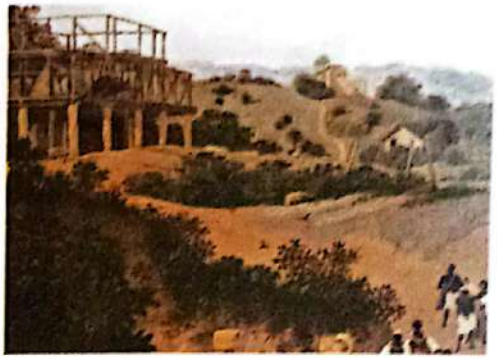
A propósito, é oportuno lembrar o caso muito singular de um engenho pernambucano, o *Coimbras*, no município do Cabo, cuja casa-grande, um autêntico *bungalow* de fins do século XIX, acolhe, de um lado uma senzala doméstica e do outro uma capela. Casa-grande e capela se juntam como se tivessem sido pré-fabricados isoladamente e justapostos posteriormente. Os seus alpendres conservam sua forma e funções originais, apesar de vizinhos, como que chamando a atenção para as suas diferentes origens.

Em Pernambuco, os alpendres das casas-grandes e das capelas tiveram origens e desenvolvimento distintos e independentes. Senão, como explicar o desaparecimento dos alpendres nas capelas, se persistiram, até fins do século XIX, as funções discriminatórias que lhes foram atribuídas? Por outro lado, nota-se que eram muito reduzidas as dimensões das naves das capelas alpendradas. Os alpendres significaram também a dilatação dos espaços destinados aos fiéis porque as reformas eram muito raras nas capelas rurais de Pernambuco. Capelas novas foram construídas com espaços internos mais generosos e corredores laterais, dispensando os alpendres fronteiriços. São justamente as capelas identificadas como sendo do tipo **IIB** que, segundo Paulo Ormindo Azevedo, teriam surgido no Brasil na segunda metade do século XVII e se constituíam numa criação autenticamente brasileira (Azevedo, P. O., 1983, p. 82).

A partir da metade do século passado, diminui muito o número de capelas rurais em Pernambuco. Vários engenhos foram remembrados e dezenas de engenhos menores foram erigidos sem as respectivas capelas que tanto marcaram a paisagem rural pernambucana

Quadro seiscentista, de Frans Post, que ilustra a hierarquia dos edifícios do engenho pernambucano (detalhe).

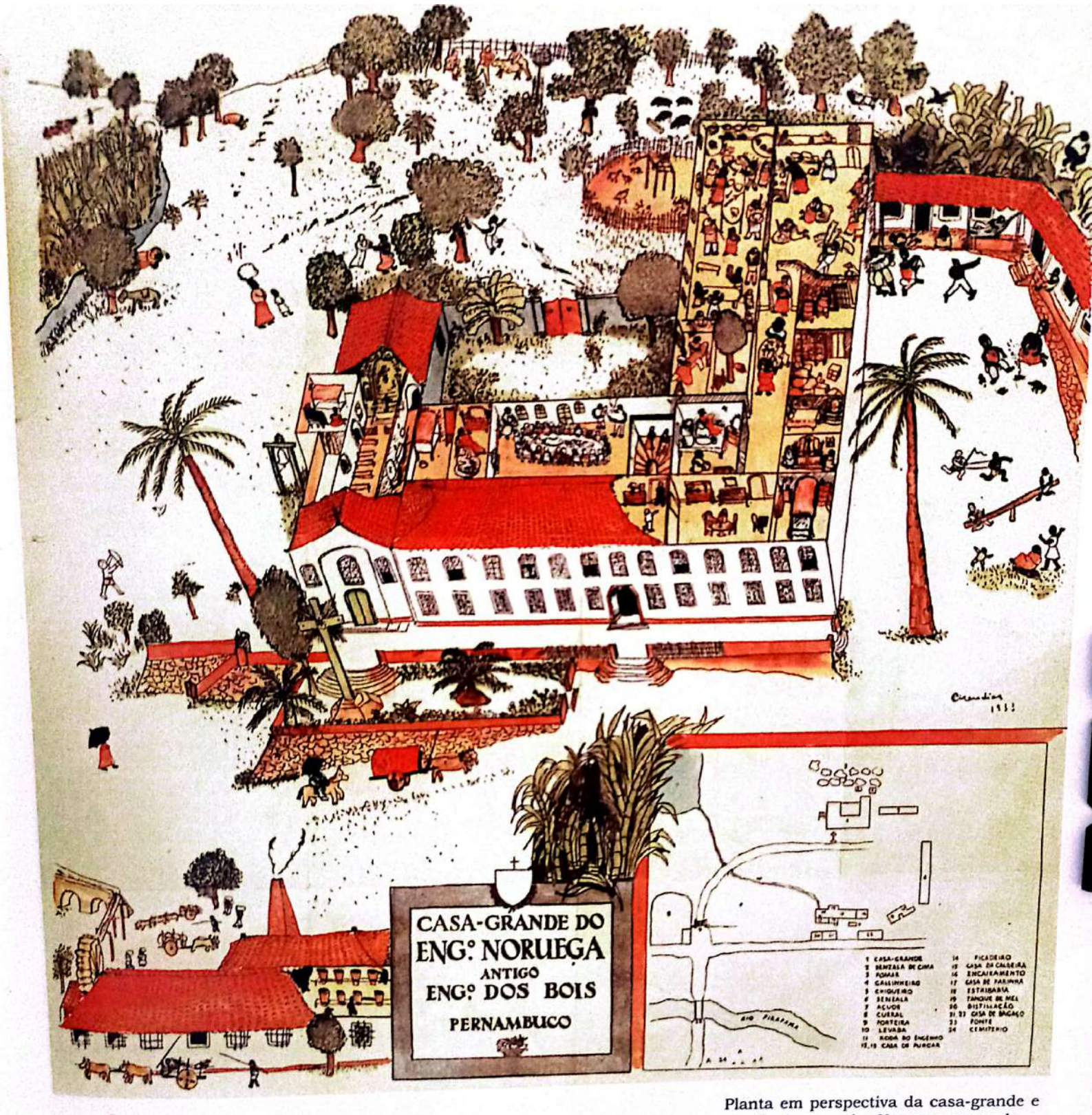
Ao lado, Engenho *Caraúbas*, em Paudalho, com os edifícios dispersos; abaixo, pequeno, Frans Post retrata a construção de um edifício em três pavimentos e em taipa, como indica o arcabouço em madeira; grande, Engenho Morenos, em Morenos.



Pormenor de um quadro de Frans Post. Casa de vivenda de engenho construida em taipa e do mesmo tipo encontradiço no norte de Portugal.

Casa de vivenda de engenho com alpendre em um dos lados da fachada, construida em alvenaria de pedra. Pormenor de um quadro de Frans Post.

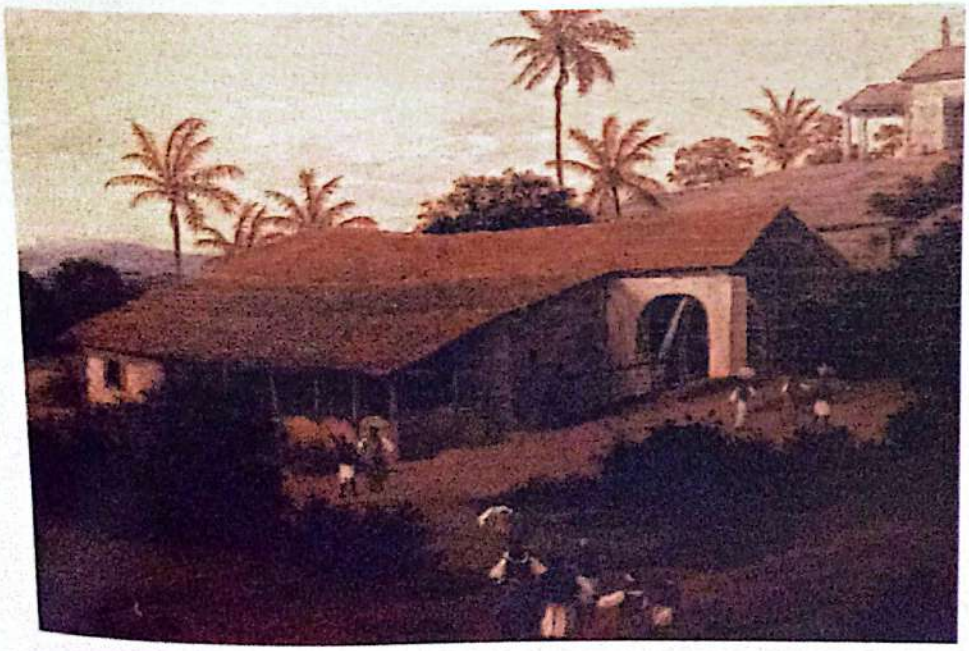
Casa-grande em Taipa com torre conjugada, construida em alvenaria. Pormenor de um quadro de Frans Post.



Planta em perspectiva da casa-grande e capela do engenho Noruega, segundo Cícero Dias, ilustrando *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre.
Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

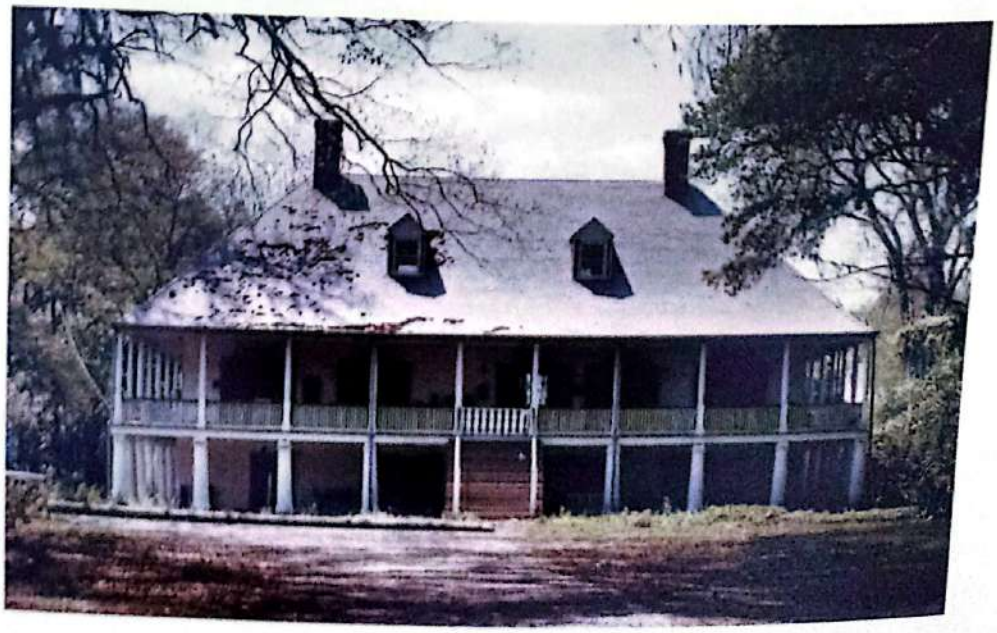
Casa-grande do engenho Noruega, detalhe de quadro de Cicero Dias no Museu do Estado de Pernambuco.

Casa com torre, provavelmente o sítio do Chacon, segundo quadro de Mario Nunes. Acervo do Museu do Estado de Pernambuco.



Acima, engenho pernambucano retratado por Frans Post, com uma casa-grande de telhado em três volumes. Ao lado, mesmo (?) engenho ainda sem a casa-grande, segundo quadro do mesmo pintor.

Acima, casa-grande de engenho pernambucano com alpendres posteriores. Pormenor de quadro de Frans Post. Ao lado , engenho pernambucano segundo quadro seiscentista de Wagener.



Acima, casa Pitot, construida em 1796, em New Orleans, EUA.
Ao lado , casa Farlange, construida em 1750, pelo Marquês Vincent Ternant, na Louisiana, EUA.
Fonte: Lee e Paul Malone, in *Louisiana Plantation Homes*, 1989.
Na página ao lado, interior da capela do engenho Bonito, em Nazaré da mata.

Acima, forro da nave da capela do engenho *Bonito*,em Nazaré da Mata. Capela urbana, em Olinda, com alpendre fronteiro, segundo pormenor de quadro de Frans Post.

Conclusões

O isolamento a que foi submetido o Brasil, no período colonial, inibiu de tal forma os registros portugueses de significativas realizações no campo da arquitetura que a memória iconográfica mais fidedigna desse período restringe-se ao século XVII e se deve aos holandeses que ocuparam Pernambuco por vinte e quatro anos. No século XIX, credita-se aos viajantes e residentes franceses e ingleses as melhores fontes iconográficas e bibliográficas relativas à arquitetura dos engenhos de Pernambuco. Os registros dos colonizadores no período colonial e dos brasileiros no Brasil Imperial são tímidos, o que pode significar a subestimação desse tipo de arquitetura. O maior historiador de Pernambuco, Pereira da Costa, na longa e detalhada história que escreveu sobre o estado em fins do século passado, não se deteve na descrição de qualquer edifício dos situados nos engenhos.

Considerando a dispersão e imprecisão das informações, é lícito afirmar que a indigência tecnológica e a mão-de-obra escrava foram as características essenciais da sociedade pernambucana até fins do século XIX. Mas o senhor de engenho, tradicionalmente retratado com sua aura de poder, de fato, em muitos casos, foi presa fácil dos comerciantes da cidade, donos do capital e açambarcadores dos negócios de exportação do açúcar. Por isso, a arquitetura rural se manifesta de maneira heterogênea e descontínua e a diversidade de seus tipos se deve mais às posses do que aos gostos dos senhores de engenho.

A princípio, dispostos organicamente no terreno e, mais tarde, racionalmente delimitando um pátio interno de forma retangular, os edifícios foram sempre independentes entre si quanto às suas formas e aos sistemas construtivos utilizados.

Desses edifícios, a capela destacou-se pela durabilidade dos materiais utilizados na sua construção e pelo apuro estético na execução de suas fachadas e de seus ricos interiores. Os demais edifícios poderiam ser provisórios e isto se evidenciava pelos materiais com que eram construídos. Portanto, a imagem de fortalezas e casas-fortes que, por muito tempo, esteve associada às casas-grandes dos engenhos pernambucanos só corresponde à realidade em poucos casos.

Nessa conjuntura de uma arquitetura funcional realizada estritamente nos limites das possibilidades econômicas dos senhores de engenho, os tipos arquitetônicos não se diferenciaram substancialmente.

A arquitetura das fábricas, por exemplo, manteve-se praticamente a mesma até meados do século XIX, quando enfim se adaptou para receber novos equipamentos. A habitação dos escravos é um outro exemplo de permanência e imutabilidade porque as relações sociais somente viriam a se modificar em fins do século passado.

A rigor, a arquitetura, enquanto artefato que atende a alguma satisfação estética além da funcionalidade, conforto ambiental e estabilidade estrutural, só se realizou nas casas-grandes e nas capelas dos engenhos pernambucanos.

Assim, a manipulação dos dados bibliográficos e iconográficos sobre os edifícios desaparecidos, somada à análise morfológica de mais de uma centena de edifícios remanescentes, autorizou a classificação tipológica dos edifícios dos engenhos pernambucanos, privilegiando, em primeiro lugar, as casas-grandes e, em segundo, as capelas.

Os interiores das casas-grandes se modificaram continuamente devido à natureza dos sistemas construtivos, que reservavam às paredes periféricas as responsabilidades estruturais. As freqüentes variações

nos numerosos arranjos das paredes divisórias internas impediram a sua classificação tipológica.

Uma vez comprovada a acidentalidade dos valores estéticos dos edifícios, a sua funcionalidade prevaleceu na caracterização final. Essa funcionalidade não diz respeito somente ao atendimento satisfatório das necessidades de um programa, mas contempla também a adaptação de modelos arquitetônicos oriundos da Europa a uma região de clima tropical.

Apesar da devastação da Mata Atlântica para a cultura da cana-de-açúcar, a região da Mata de Pernambuco, devido à proximidade do mar, à existência de alguns rios perenes e ao seu relevo levemente acidentado, ainda possui um clima ameno, principalmente se comparado com as regiões interiores do agreste e do sertão pernambucanos, passados mais de quatro séculos.

Esse clima era ainda mais agradável quando não se agredia sistematicamente o ecossistema. Daí os primeiros colonizadores não terem tido muita dificuldade para adaptar-se, porque, apesar de europeus, provinham de regiões de climas pouco rigorosos mas traziam com eles os preconceitos culturais que viriam a se refletir na arquitetura realizada na colônia.

Somente no século XIX, com a presença no Brasil de outros povos, notadamente ingleses e franceses, para os quais os trópicos se constituíam um incômodo, se vulgarizariam outras formas de construir visando, sistematicamente, a melhoria das condições de conforto ambiental.

A tipologia da arquitetura rural de Pernambuco tem, portanto, como parâmetro significativo, as sucessivas mudanças de procedimento de adaptação climática dos modelos importados. Os tipos que não são de origem portuguesa não se constituem, por exclusão, uma criação brasileira. O que seria, supostamente, brasileiro surge ao mesmo tempo, e até antes, em outras regiões fora do país, desautorizando a tese, senão da originalidade, com certeza, da exclusividade brasileira da matriz.

A propósito, o avarandado periférico sistematicamente construído ao longo de, pelo menos, três lados do núcleo retangular da casa, tem sido equivocadamente considerado como uma criação brasileira. Na realidade, esse tipo só existiu, comprovadamente, em Pernambuco, a partir do século XIX, quando já se faziam sentir no país outras influências que não a portuguesa.

A casa do senhor de engenho de Pernambuco foi o edifício que mais se modificou no complexo agroindustrial edificado e a sua diversidade tipológica restringe a poucos tipos a classificação que Gilberto Freyre lhe atribuiu de *clássico da arquitetura rural.*

Os tipos arquitetônicos se adaptaram de modo diferente às condições mesológicas e sociológicas. Assim, por exemplo, quanto ao conforto ambiental, uma parede espessa de alvenaria de pedra pode vir a ser um isolante térmico tão eficiente quanto um avarandado periférico. No entanto, a parede de pedra tinha, primordialmente, uma ostensiva responsabilidade estrutural, representava também segurança contra agressões externas e o isolamento térmico resultante era quase acidental num clima quente, o que não ocorria com o avarandado periférico, sistematicamente utilizado para criação de um espaço intermediário atenuante dos rigores do clima tropical.

Embora a tipologia tenha sido amparada pela análise comparativa de exemplares e respectivas referências bibliográficas de outras regiões do Brasil e de outros países, refere-se exclusivamente à realidade pernambucana.

Como produto subsidiário, estão relacionados, para proteção legal, dezenas de edifícios remanescentes de antigos engenhos de açúcar em Pernambuco. A tipologia desses edifícios é uma contribuição para a definição de critérios mais precisos de valorização e conseqüente preservação desses testemunhos da história da arquitetura rural e da economia açucareira em Pernambuco.

Referências Bibliográficas

1. ACKERMAN, James S. *Palladio.* Barcelona: Gustavo Gilli, 1988.

2. ACWORTH, A. W. *Teasure in the Caribbean. A First Study of Georgian Buildings in the British West Indies.* London: Pleiades Book, 1949.

3. ANCHIETA, José de, Pe. *Cartas Jesuíticas III.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

4. ANDRADE, Gilberto O. *João Pais do Cabo. O Patriarca, seus Filhos, seus Engenhos.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

5. ANDRADE, Manuel C. *Geografia de Pernambuco.* Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1974.

6. ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, 1976.

7. AZEVEDO, Carlos. *Solares Portugueses.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

8. AZEVEDO, Esterzilda B. *Arquitetura do Açúcar.* São Paulo: Nobel, 1990.

9. AZEVEDO, Fernando. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].

10. AZEVEDO, Paulo O. D. Alpendres na Arquitetura Religiosa. Revendo as teorias. *Barroco,* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1983.

11. BARLAEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980.

12. BARREIRA, João. A Habitação em Portugal. *Notas sobre Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.

13. BLUTEAU, Raphael, Dom. *Vocabulário Portuguez e Latino.* Coimbra: Colégio de Artes da Companhia de Jesus, 1712.

14. BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS QUATRO CAPITANIAS. *Fontes para a História do Brasil Holandês,* Recife: PHNG, 1981.

15. CARDOSO, Joaquim. Um Tipo de Casa Rural do Antigo Distrito Federal e Estado do Rio. *Módulo,* Rio de Janeiro: n. 29, ago,1962.

16. CAVALCANTI, Orlando Juiz. *Coleção de Escrituras Doadas ao IAHGP.*

17. CORONA, E., LEMOS, C. *Dicionário da Arquitetura Brasileira.* São Paulo: Edart, 1972.

18. COSTA, Francisco A. P. Anais Pernambucanos. Recife: Fundarpe, 1983.

19. _____. Estudo Histórico Retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco. *Revista do IAHGP.* Recife: n. 54, a. XXXVIII, 1900.

20. COSTA, Lúcio. Depoimento de um Arquiteto Carioca. Rio de Janeiro: *Correio da Manhã,* 15 jun. 1951.

21. COUTO, Domingos L., Dom. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1981.

22. CUNHA, Mariano C. *Da Senzala ao Sobrado.* São Paulo: Nobel/Edusp, 1985.

23. CUNHA FILHO, José M. *À Margem do Problema Arquitetônico.* Rio de Janeiro: 1943.

24. DEBRET, Jean Baptiste. Voyage Pittoresque et Historique au Brèsil, ou Sèjour d'un Artiste Français au Brèsil Depuis 1816 Jusqu'en 1831 Inclusivement... Paris: Firmin Didot Frères, 1834, 1835, 1839.

25. DIEGUES JR., Manuel. O Bangüê em Pernambuco no Século XIX. *Revista do Arquivo Público,* Recife: n. 56, 1952.

26. EDWARDS, Jay D. *Louisiana Remarkable French Vernacular Architecture (1700-1900).* Louisiana: Baton Rouge, 1988.

27. EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

28. FRAGINALS, Manuel M. *O Engenho (II e III).* São Paulo: Hucitec/Unesp, 1989.

29. FREYRE, Gilberto. Arquitetura, Sociedade e Cultura nos Trópicos. *Anais do I seminário Nacional nos Trópicos.* Recife: Massangana, 1984.

30. _____. *Ingleses no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

31. _____. *Casa-Grande e Senzala.* 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

32. _____. *Sobrados e Mucambos.* 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

33. _____. *Vida Social do Nordeste, Aspectos de um Século de Transição. In:* Diario de Pernambuco, Recife: 1925. Edição Comemorativa do 1° Centenário.

34. GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia.* São Paulo: Duas Cidades, 1983.

35. GRAHAM, Maria. *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there During the Years 1821, 1822 and 1823.* London: 1824.

36. GRANT, Colesworthy. *Rural Life in Bengal. Letters from an Artist in India to his Sisters in England.* London: W. T. Hacker, 1860.

37. HADFIELD, William. *Brazil the River Plate and the Falkland Islands.* London: 1854.

38. HAMM, Margherita A. *Porto Rico and the West Indies.* London, New York: F. Tennyson Neely Publisher, 1899.

39. HENDERSON, James. *A History of Brazil.* London: Longman, Hurts, Rees, Orme and Brown, 1821.

40. HOBSON-JOBSON. *A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive.* London: Rutledge & Kegan Palm, 1969. First published, 1886.

41. HUTT, Antony. *Goa, a Traveller's Historical and Architectural Guide.* Essex: Scorpion Publishing, 1988.

42. INVENTÁRIO DOS PRÉDIOS QUE OS HOLANDESES HAVIÃO EDIFICADO OU REPARADO ATÉ O ANO DE 1654 EM QUE FORÃO OBRIGADOS A EVACUAR ESTA PROVÍNCIA. Pernambuco: Typogaphia de Santos & Companhia, 1839.

43. JABOATAN, Antônio S. M., Fr. *Novo Orbe Seráfico Brasílico (1764).* Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1980.

44. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

45. LEÃO FILHO, Joaquim. Dois Engenhos Pernambucanos. *Revista do SPHAN,* Rio de Janeiro: n. 10, 1946.

46. LEMOS, Carlos A. C. *A Casa Brasileira.* São Paulo: Contexto, 1989.

47. _____. *Arquitetura Brasileira.* São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.

48. LONG, Edward. *History of Jamaica or General Survey of the Ancient and Modern State of the Island.* London: 1774.

49. MELLO, José Antônio G. *Fontes para a História do Brasil Holandês.* Recife: PHNG, 1981.

50. _____. Casa grande. *Revista do Museu do Açúcar.* Recife: n. 6, a. IV, 1971.

51. _____. Capela de N. Sra. da Jaqueira. *Cadernos de Arte do Nordeste.* Recife: n. 1, a. I, abr., 1959. Edição dos amigos do DPHAN.

52. MELO, Evaldo C. *Rubro Veio.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

53. _____. *Olinda Restaurada.* São Paulo: Forense Universitária, 1975.

54. MENEZES, Ivo P. Arquitetura Rural em Minas Gerais (séc. XVIII e início do XIX). *Barroco.* Belo Horizonte: 1983.

55. _____. Fazendas Mineiras. *Documentário Arquitetônico.* Belo Horizonte: UFMG, 1969.

56. MORRISON, H. *Early American Architecture from the First Colonial Settlements to the National Period.* London, New York: Oxford University, 1953.

57. MOUSNIER, Mireille, BÉGOT, Danielle. *Usines et Habitations Sucreries. Trois Siècles de Patrimoine Industriel Martiniquais.* Fort-

de-France: Bureau du Patrimoine du Conseil Regional de la Martinique, 1987. Catálogo de Exposição.

58. PEDRO II, Imperador. Viagem a Pernambuco em 1859. *Revista do Arquivo Público*. Recife: 1950-1951.

59. PINHO, Wanderley. *História de um Engenho do Recôncavo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

60. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

61. RABELO, Maurício. Casas Grandes de Engenhos. *Revista do Museu do Açúcar*. Recife: 1967.

62. RAGATZ, Lowell Joseph. *The Fall of the Planter Class in the British Caribbean (1763-1833)*. New York, London: The Century Co., 1928.

63. RIBEIRO, Orlando. *Geografia e Civilização* . Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.].

64. RIVA, Francisco P. de La. La Habitacón Rural en Cuba. *Revista de Arqueologia y Etnologia*. La Habana: dez./jan., 1952.

65. SAIA, Luis. O Alpendre nas Capelas Brasileiras. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro: n. 03, 1939.

66. _____. *Residências Rurais no Brasil Colônia*. São Paulo: 1958. Tese de Livre-docência.

67. SANCHES, Joaquim Y Weiss. *Arquitectura Cubana Colonial*. La Habana: Cultural, 1936.

68. SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1981.

69. SCHOTT, Willen Conselheiro. Inventário, na Medida do Possível, de Todos os Engenhos Situados ao Sul do Rio da Jangada até o Rio Una. *Fontes para a História do Brasil Holandês*, Recife: PHNG, 1981.

70. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

71. SMITH, Robert. O Caráter da Arquitetura Colonial do Nordeste. *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro: 1940.

72. _____. Arquitetura Civil no Período Colonial. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro: n. 17, 1969.

73. SMITH, T.R. *On Buildings for European Occupation in Tropical Climates, Specially India*. London: Proceedings of the Royal Institute of British Architects, 1868.

74. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1839.

75. TERWEN, J. J. The Buildings of Joan Maurits Van Nassau. In: *VAN NASSAU, Joan Maurits-Siegen (1604-1679)*. Le Hague: E. Vanden Boogart, H. H. Hoetink, P. T. Whiteahead, 1979.

76. TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

77. VAUTHIER, L. L. Diário Íntimo. *Revista do SPHAN/MES*. Rio de Janeiro: n. 4, 1940.

78. _____. Casas de Residência no Brasil. *FAUUSP/SPHAN*. São Paulo: 1975.

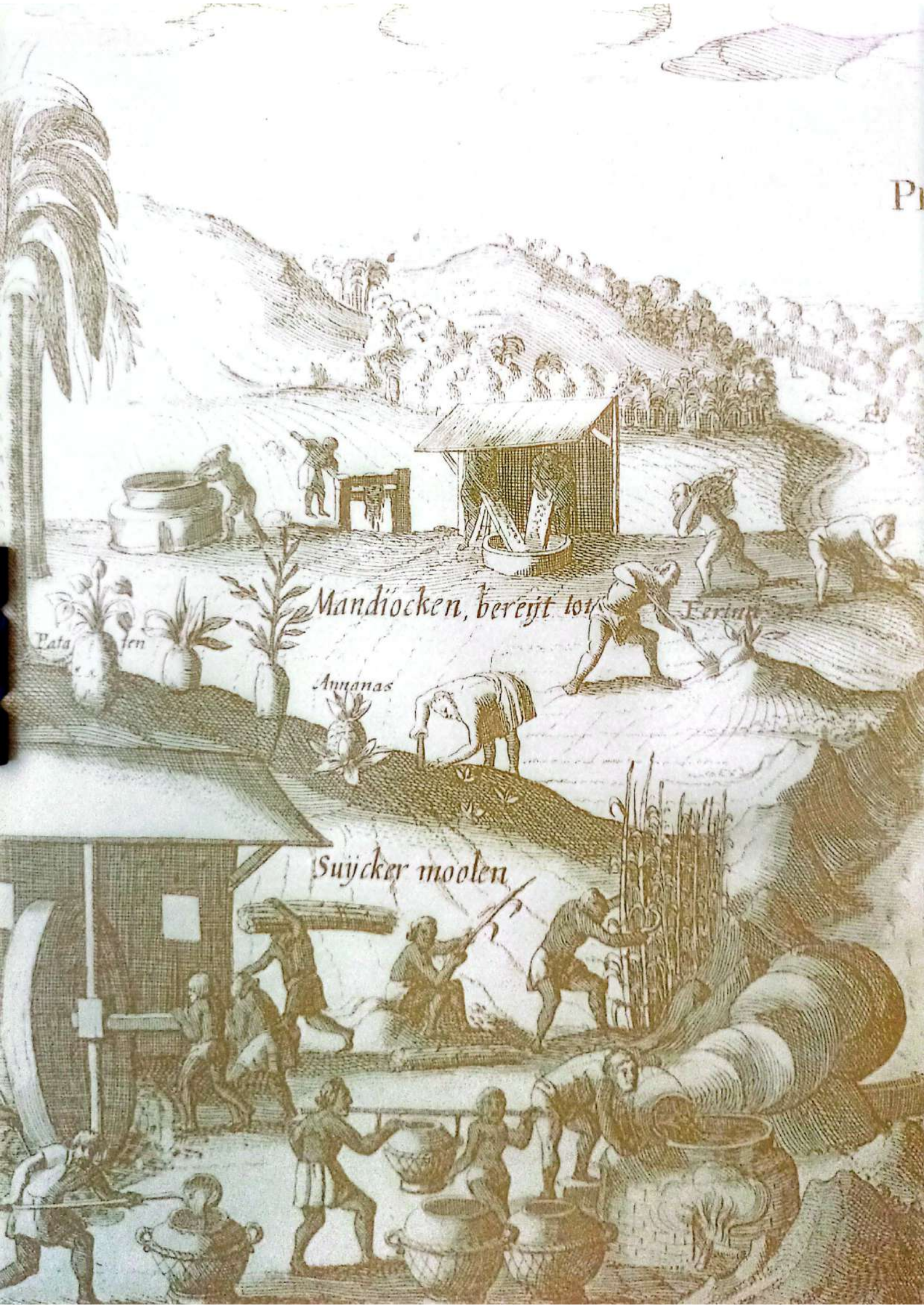
79. _____. Des Maisons D'Habitation au Brèsil *Revue de L'Architecture et des Travaux Publics*. Paris: v. 11, 1853.

80. VIEIRA, João Fernandes. Regimento que Há de Guardar o Feitor-Mor do Engenho para Fazer Bem sua Obrigação e Desencarregar Bem a sua Consciência e, Pelo Contrário, Dará Conta a Deus e Ficará Obrigado a Restituição ao Dono da Fazenda. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: PHNG, 1981.

Fotolitos e impressão
foram realizados por
Fac Form Impressos Ltda.
Recife. Pernambuco.
O papel utilizado foi
couché mate de 120g.

Esta edição conta com uma tiragem
de 2000 exemplares, e acabou-se de
imprimir em fevereiro de 1998.

FAC FORM
GRÁFICA
Fone: (081) 339.6566


Mandiocken, bereijt tot
Ferinn
Pata
ten
Annanas
Suijcker moolen

ERNAMBUCO
A
A
K
D
B
C
E
H
F
Resif
G

ISBN 85-85197-06-4
9 788585 197063